

Quando o Diário Oficial

virou **guerra**

DURANGO DUARTE



Durango Duarte

QUANDO O DIÁRIO OFICIAL VIROU GUERRA

Durango Duarte

QUANDO O DIÁRIO OFICIAL VIROU GUERRA

Copyright Instituto Durango Duarte
Edição, 2026 – Ed. Instituto Durango Duarte

PESQUISA HISTÓRICA

Marlucia Bentes Costa
Renata Gabriele da Silva Brito

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Raquel Ponce

REVISÃO

Marlucia Bentes Costa
Ivan Gerassimov

NORMATIZAÇÃO

Giselle Azevedo

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Giselle Azevedo CRB° 11/695

D812q Duarte, Durango Martins.

Quando o diário oficial virou guerra / Durango Duarte. – Manaus:
Instituto Durango Duarte, 2026c.
158 p. : il. color. ; 778,0 Mb.

Ebook (PDF).
Inclui referências e apêndices.
Contém nota sobre o autor.
ISBN 978-65-01-98066-9.

1. Amazonas – História – Política (Século XX). 2. Diário Oficial do Estado
(DOE) – Amazonas. 3. Eleições estaduais. 4. Mestrinho, Gilberto (1928-2009).
5. Imprensa e política. I. Título.

CDU 94(811.3) “195”
CDD 981.1306

2026
Instituto Durango Duarte
Rua Prof. Samuel Benchimol, 477 - Parque Dez de Novembro
Cep: 69055-705 - Manaus-Am
Tel: (92) 98455-6826

SUMÁRIO

8 ————— Apresentação

12 ————— Introdução

Parte 1

14 ————— Capítulo 1 - O estopim: decreto e trincheira:
quando o Diário Oficial virou palanque

22 ————— Capítulo 2 - As primeiras salvas: “cartel”,
“calúnia” e a arena da assembleia

30 ————— Capítulo 3 - A cidade assina: moções,
cartas e o mapa das solidariedades

35 ————— Capítulo 4 - “Coragem de rato acuado”:
o insulto como método

40 ————— Capítulo 5 - A pauta do TRE: recursos,
atas e a novela da diplomação

45 ————— Capítulo 6 - Natal em chamas

52 ————— Capítulo 7 - O léxico do ataque:
“um ladrão que fala em povo”

62 ————— Capítulo 8 - Estribuchamento de um rato

69 ————— Capítulo 9 - O ringue jurídico: a luta pela diplomação

75 ————— Capítulo 10 - Famílias, bancos e siglas: a SPVEA
e o Chico Quiabo

80 ————— Capítulo 11 - A diplomação no horizonte

84 ————— Capítulo 12 - “Uns olhos que não são vesgos”:
o fecho da narrativa

Parte 2

91	—————	Introdução
92	—————	Capítulo 1 - A guerra nas bancas: quando a imprensa escolhe seus lados
97	—————	Capítulo 2 - O tribunal paralelo da imprensa
103	—————	Capítulo 3 - A escalada da tensão
109	—————	Capítulo 4 - O atentado e o desfecho
116	—————	Capítulo 5 - O jornal como extensão de uma vendeta pessoal
122	—————	Capítulo 6 - O atentado e a derrota
127	—————	Capítulo 7 - O Jornal
134	—————	Capítulo 8 - A contagem regressiva para a vitória
142	—————	Referências
144	—————	Apêndices
144	—————	Apêndice A - Cronologia da crise
145	—————	Apêndice B – A linha do tempo do estopim
146	—————	Apêndice C - Linha do tempo da crise no T.R.E
147	—————	Apêndice D - Personagens
151	—————	Apêndice E - Informações adicionais
151	—————	Apêndice F - Glossário de termos e expressões
154	—————	Apêndice G – Parlamentares diplomados
158	—————	Sobre o autor

Colenda

ITONV é um
m "faz tudo"
lo turbulento
manchadas d
que ele, n
ala, quase lh

autor de um

MO

dando a en
telatório do
sitaram fôr
do Estado
eraro púb
ram os plu
ira de Im
icado entr
os e o Go

fazer um
cheguer

PARTE NO NÃO O

Ladrões

Os fedepulhas, quando se trata de roubar, de agir bastardamente em favor de seus interesses, nada respeitam, tudo sacrificam, mesmo que seja a dignidade de um Tribunal. Assim, como arma de sua tão decantada "batalha judiciária", já desmoralizada, ROUBARAM do próprio recinto do Tribunal Regional Eleitoral os documentos correspondentes às urnas 37 e 37-A, para criarem caso e dificultarem os trabalhos apuratórios de responsabilidade dessa Colenda Côrte.

Ladrões por vocação, instinto e, em sua maioriedade, como esse Un A CRÍTICA, os fedepulhas usam todos os recursos sérios para levar os trabalhistas a perderem os trabalhos, veredando, assim, pelo que eles entendem, processo. Usam as consequências para os ladrões e chantagistas para per a boca no m corre...

Que tenham muita

OS ESPERNEIOS

"imprensa".

APRESENTAÇÃO

Este livro conduz o leitor ao coração de um acontecimento singular da política amazonense: o instante em que um periódico concebido para registrar atos administrativos foi convertido em arma de combate político. Em 4 de dezembro de 1958, por decreto e por nota oficial, o Diário Oficial do Estado do Amazonas deixou de ser apenas arquivo da burocracia e se transformou em palanque cotidiano, megafone governamental e arena pública de confronto. A partir daí, durante cinquenta dias decisivos, suas páginas tornaram-se o palco de uma crise eleitoral prolongada, vivida como batalha moral, jurídica e retórica.

O período aqui reconstituído — de 4 de dezembro de 1958 a 23 de fevereiro de 1959 — concentra o clímax dessa disputa: a contestação da eleição que dera vitória a Gilberto Mestrinho, o cerco político ao Tribunal Regional Eleitoral e a escalada dos ataques entre governo, oposição e imprensa privada. O que se lê, dia a dia, não é apenas a sequência de fatos, mas a encenação desses fatos, com seus atores, antagonistas, plateias convocadas e desfechos preparados como inevitáveis.

A proposta do livro é tão simples quanto rigorosa: reconstruir narrativamente o que o Diário Oficial publicou, preservando o fio cronológico e o tom original das notas, cartas, telegramas, editoriais e acusações. Nada é suavizado. As palavras mais duras, os apelidos animalizantes, os insultos e imputações pessoais permanecem entre aspas, sempre atribuídos ao impresso oficial, com data e página indicadas. Não se trata de afirmar que tais acusações sejam verdadeiras; trata-se de registrá-las como alegações efetivamente veiculadas, e compreender o papel que desempenharam na arquitetura do conflito. A cada passo, a narração obedece à regra de atribuição estrita: “o Diário Oficial afirma...”, “segundo a nota publicada em...”.

Essa escolha metodológica dá ao texto uma dupla densidade. Primeiro, ela devolve ao leitor o ritmo real do embate, sem o conforto das sínteses retrospectivas. O conflito aparece como foi vivido: acumulativo, repetitivo, às vezes febril, sempre estratégico. Segundo ela permite que se observe o Diário Oficial como ator histórico autônomo — não apenas um veículo do governo, mas um agente

que produz enquadramentos, fabrica inimigos, organiza calendários morais e reescreve o sentido dos acontecimentos. Ao longo da narrativa, o jornal oficial se apresenta sucessivamente como trincheira, tribunal paralelo, vitrine de obras e, por fim, como cronista vitorioso de sua própria guerra.

O leitor encontrará, assim, uma história de linguagem em estado de combate. Nas primeiras semanas, a retórica governista opera pela ruptura da legitimidade concorrente: rotula a imprensa privada a um cartel de chantagem, reduz a oposição à condição de inimigo moral e desloca o debate para o terreno do descrédito pessoal. Em seguida, pressiona o tempo institucional, transformando prazos do Tribunal em afronta ao povo e convertendo procedimento jurídico em obstáculo político. Paralelamente, ergue uma contraprova simbólica por meio de obras, inaugurações e rituais cívicos, colando eficiência administrativa a virtude moral. Finalmente, ao aproximar-se a posse, o Diário Oficial assume um tom de consagração: proclama-se lente correta do real e fixa a memória de vitória total.

Mas o livro não se encerra no jornal oficial. Ao atravessar a trincheira, ele mostra que a chamada “imprensa livre” também foi parte ativa do conflito. A Crítica e A Tarde não aparecem como simples observadores: são agentes com interesses, estilos e estratégias próprios. Constroem suspeitas, pressionam o Tribunal, respondem a ataques com novos ataques, disputam entre si a autoridade de falar em nome do “povo” e da “democracia”. O resultado é um campo comunicacional fragmentado e combativo, em que a notícia é arma, e a moral pública é território em disputa. Do outro lado, O Jornal consolidou-se como o bastião do governo na imprensa privada, refletindo com precisão as mesmas estratégias de seus adversários, ainda que a serviço do poder estabelecido. Enquanto a oposição enxergava fraude, O Jornal proclamava a expressão da soberania popular. Se os críticos anunciavam um clima de terror, suas páginas retratavam a serena normalidade das instituições. Sua missão foi desmontar, ponto a ponto, a narrativa oposicionista, caracterizando-a como uma farsa cuidadosamente orquestrada por aqueles que não sabiam perder.

Ao fim do percurso, o leitor percebe que esta não é apenas a crônica de uma eleição contestada. É a anatomia de um método de propaganda e guerra psicológica, testado em plena vida institucional. A obra evidencia como reputações são construídas e demolidas pela repetição discursiva; como a “vontade popular” pode ser invocada para dobrar calendários legais; e como um órgão estatal, sob a retórica de “defender a liberdade”, pode converter-se em máquina de persuasão.

A crise termina formalmente, a gramática do Diário Oficial retorna ao protocolo administrativo, mas a cicatriz permanece: a experiência de usar o Estado como narrador soberano do conflito deixa rastros na memória política e nos procedimentos que se seguem.

Por isso, estudar essas páginas não é exercício de antiguidade. É uma chave de leitura para o presente. A sequência aqui reconstituída mostra, com a clareza incômoda dos documentos, como se arma uma trincheira de linguagem, como se dramatiza o tempo do Judiciário, como se fabrica inevitabilidade e como se tenta fixar uma versão única para a posteridade. Este livro convida o leitor a assistir a essa engrenagem por dentro — não para repetir seus gestos, mas para reconhecê-los quando voltarem a operar sob novas vestes.

O que se oferece nas páginas seguintes é, portanto, uma reconstrução fiel do discurso de um conflito e uma reflexão histórica sobre a potência — e o perigo — da palavra quando ela se torna método de poder. Que o leitor possa atravessar estas linhas com a atenção de quem lê o passado, e com a lucidez de quem sabe que o passado, muitas vezes, volta a falar.

Kleber Paiva.



PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

Um Chantagista A RETALHO...

Depois de fugir à seringa, bamboleando como havaiana experimentada, fazendo dos negaceios a sua arma de defesa, fugindo frontalmente aos assuntos mais importantes para se ater aos detalhes insignificantes com intuito de iludir os menos avisados, Humberto Calderaro, cuja "posição de sentido" é a postura de cócoras, de quem procura níqueis do chão voltou a por a cabeça de catita fora de sua gaveta mercenária.

Em nossa reportagem anterior, com a inflexibilidade dessa ciência positiva que é a matemática, mostramos à luz ofuscante dos algarismos, as quantias recebidas pelo chantagista do Passado Governo que, considerada a de-

valorização da nossa moeda, representaram DEZ VEZES MAIS do que recebera do Governo Trabalhista.

Sabemos também que, para substituir as tetas de que ficou desfalcado, o chantagista, pe-faro de rato para localizar os de sua espécie, trasladou-se para os cofres do Banco da Amazônia e da SPVEA, onde obteve recursos e financiamentos, inclusive para aquisição do seu maquinário, cujo pagamento vem efetuando a troca de laudatórios, toda vez que essas instituições são vergastadas pelos prejudicados.

Sem outro assunto mais sério e mais consentâneo, atira-se o onagro contra os que exercem a sua profissão neste órgão, num estre-

vasamento de seu ódio e da sua impotência para terçar armas no campo da argumentação, da verdade contra a verdade, em que opuladores tenham que se enfrentar de pé.

Sabidamente analfabeto, vale-se o quartau de um Espírito Santo de Orelha, qualquer ou qualquer macaco, para lhe dar escon-douro às protérvias e injúrias, com que pretende massacrar a sua situação insustentável, atirados um pelo outro pelo mesmo amor pelo alheio.

Como pretende inocentar-se no caso das jóias furtadas de conhecida família de nossa sociedade, contaremos, em outra ocasião, a história por inteiro, para conhecimento dos que ainda não a ouviram.

O PRINCÍPIO DO FIM

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, reunido ontem para apreciar o ÚLTIMO RECURSO interposto pela F. D. P., deliberou não tomar conhecimento do mesmo, por UNANIMIDADE, por falta de amparo legal, pondo, dessarte, paradeiro à célebre "batalha eleitoral" em nosso Estado.

O Recurso em questão dizia respeito a parte das eleições realizadas em Eirunepê, e fôra apresentado intempestivamente.

Com esse julgamento, chegamos ao princípio do fim, pois, agora, só resta a aprovação pela Corte Eleitoral das Primeira e Segunda Zonas, o que terá lugar hoje, passando, depois, à organização dos Mapas e Relatórios, para efeito da PROCLAMAÇÃO dos candidatos eleitos, o que será feito dentro de três ou quatro dias.

Quanto à DIPLOMAÇÃO, ficará, depois disso, dependendo, apenas, da confecção dos Diplomas pelas tipografias da cidade.

Reentramos, assim, no regime de tranquilidade e de trabalho de que tanto carece o Estado, pois nada valeram os recursos espúrios com que a Oposição pretendeu tumultuar o ambiente e procrastinar o pleito, mesmo sacrificando o bem estar do povo, e pouco ligando ao estado emocional de seus companheiros, que mantiveram enganados com fins inconfessáveis.

Merece os maiores encômios a conduta dos luites do T. R. E. que se mantiveram

INTRODUÇÃO

Quando o Diário Oficial virou jornal de guerra

Na década de 1950, a política amazonense fervilhava na disputa entre dois partidos e dois projetos. De um lado, o Partido Social Democrático (PSD), liderado pelo tradicional Álvaro Maia, que retomara o governo em 1950. Do outro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de onde emergiu um líder combativo da ala jovem: Plínio Ramos Coelho. Eleito governador em 1954, Plínio Coelho imprimiu um estilo marcado pela moralização da máquina pública e por um audacioso projeto de industrialização, buscando libertar a economia da dependência extrativista. Ao final de seu mandato, em 1958, articulou a sucessão para Gilberto Mestrinho, também do PTB, visando garantir a continuidade de seu projeto. A eleição, porém, longe de ser um desfecho pacífico, acirrou as tensões até transformar-se no epicentro de uma crise que colocaria em cheque as próprias instituições.

Em 4 de dezembro de 1958, essa guerra política ganhou um palco inusitado e um combatente singular. Através de um decreto, o Governo do Amazonas alterou radicalmente a função de seu Diário Oficial. O periódico, até então um mero repositório de atos administrativos, burocrático e neutro, foi oficialmente convertido em arma. Ganhou uma “parte noticiosa — não oficial”, justificada como necessidade de “resguardar o povo” e “garantir a livre manifestação do pensamento”. Na prática, o jornal do Estado transformou-se no megafone unificado do governo, em sua trincheira de papel para uma batalha final.

O alvo era claro: assegurar, a qualquer custo narrativo, a posse do governador eleito Gilberto Mestrinho, cuja diplomação era contestada pela oposição e pressionada no Tribunal Regional Eleitoral. Nas semanas que se seguiram, até janeiro de 1959, as páginas do Diário Oficial explodiram com uma violência verbal inédita. A linguagem do Estado deixou de ser a da lei e do despacho para adotar o insulto, a animalização e a desmoralização pessoal. Títulos como “Coragem de rato

acuado”, “Um ladrão que fala em povo” e “Um rato com eclampsia” tornaram-se comuns. A oposição e a imprensa crítica foram sistematicamente retratadas como um cartel de chantagistas e inimigos da vontade popular. Paralelamente, o jornal publicava uma enxurrada de telegramas de apoio, balanços de obras e discursos que construíam a imagem de um governo eficiente e moralmente superior, sitiado por forças tenebrosas.

Este livro reconstrói, minuto a minuto, a narrativa desses 50 dias decisivos. É um mergulho na engrenagem de uma guerra psicológica travada com tipos móveis e papel jornal. Acompanhamos, pela sequência exata das publicações, como o discurso oficial escalou, como pressionou o Judiciário transformando prazos processuais em afronta ao povo, e como tentou fixar, na esfera pública, uma única versão dos fatos: a sua. Todas as palavras de ódio, os apelidos infames e as acusações graves são reproduzidas fielmente, entre aspas e com referência, não como verdade, mas como prova documental do método.

Aqui, o Diário Oficial é estudado não como um veículo, mas como um ator histórico autônomo – um agente que produziu realidade, fabricou inimigos e reescreveu o sentido da democracia em pleno funcionamento. É a anatomia de como um Estado, em período de crise, pode se apropriar de sua própria voz institucional para conduzir uma campanha de descrédito e persuasão. Ao final, a crise eleitoral se encerra, Mestrinho toma posse, e o Diário retorna à sua rotina burocrática. Mas a cicatriz fica: a experiência perigosa de transformar a linguagem do poder em arma deixa uma lição incômoda e atemporal. Esta história não é apenas sobre o Amazonas de 1958; é um espelho para se compreender como, em qualquer tempo, a disputa pelas palavras precede e define a disputa pelo poder.

Parte 1

ARIS

DIARIO OFICIAL

Assassino.

to bem morto,
da deco

O trêfego, rídículo e desfrutável
Carachué dos Pa

DIARIO OFICIAL

PORTE N

Não

Diario Oficial

ADMINISTRAÇÃO DO DR. PLÍNIO RAMOS COELHO, GOVERNADOR DO ESTADO

ANO LXV

MANAUS — Quinta-feira, 4 de Dezembro de 1958

NUMERO — 18.768

GOVÉRNO DO ESTADO

NOTA OFICIAL

O Governo do Estado do Amazonas, CONSIDERANDO a necessidade de salvar o direito dos cidadãos de se defenderem quando agredidos, negado pela maioria dos órgãos de publicidade de Manaus cujos diretores acordaram entre si negar espaço em seus jornais, em todo o caso em que as suas pessoas, julgadas por eles intangíveis, estivessem em causa; CONSIDERANDO, também, a necessidade de resguardar o povo em geral do bloqueio dessa imprensa malsã que cerceia a liberdade do cidadão de proceder, EM LEGÍTIMA DEFESA, fato que possibilita a chantage organizada, com o sacrifício de uma das mais nobres conquistas da Humanidade, que é a LIBERDADE DE PENSAMENTO; CONSIDERANDO que o povo e o Governo não podem e nem devem ficar à mercê de um Sindicato da Chantage contra as liberdades individuais defendidas pela Constituição e pelas leis, inclusive pela LEI DE IMPRENSA que assegura ao atingido o direito de contraditar; CONSIDERANDO, tam-

bém, a necessidade de dar ao Povo e ao Governo meios próprios de manifestar o seu pensamento livremente, o GOVERNO decretou transformando o DIÁRIO OFICIAL, permitindo-lhe a elasticidade necessária para que possa suprir as deficiências dessa imprensa sôrdida, facultando as suas páginas para os que dele necessitarem e que forem garroteados pelo Sindicato da Chantage contra o pensamento do povo.

Nestas condições, o Diário Oficial passará a aceitar, de hoje por diante, de partidos políticos, pessoas jurídicas ou pessoas físicas, qualquer colaboração, contra quem quer que for, inclusive contra o próprio Governo, observada a ética da imprensa sã e resguardada a responsabilidade dos autores.

Como jornal noticioso e informativo o Diário Oficial, que será oferecido à venda nas bancas de jornais, através de jornaleiros nas ruas, e em postos nos bairros, constituirá, daqui por diante, uma garantia do povo contra a prepotência e a chantage organizada.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO N.º 75 DE 4 de DEZEMBRO DE 1958

Dá nova finalidade ao «Diário Oficial do Estado» e providências outras.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a «NOTA» dos Diretores das empresas jornalísticas locais, hoje publicada, representa o cerceamento da liberdade de imprensa consequentemente a livre manifestação de pensamento a quem a ela recorre em defesa de seus direitos e de sua integridade moral;

CONSIDERANDO que aludida «NOTA» importa numa afronta clara da não existência de liberdade de

CONSIDERANDO, ainda, que ficam comprovadas as existências de um Sindicato e de um Monopólio contra a livre manifestação do cidadão, consoante lhe faculta a LEI DE IMPRENSA, e que, finalmente, tais atitudes geram um clima de desigualdade entre os habitantes de um Estado, que se vêem na perspectiva desconcertante de não terem um periódico ao alcance de suas mãos para darem combate à calúnia e à chantagem,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica transformado o «DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO» em duas partes:

- a) a parte oficial propriamente dita;
- b) a parte noticiosa não oficial.

Parágrafo único — A parte oficial compreenderá as respectivas publicações dos Poderes Públicos, decorrentes de preceitos legais, enquanto a parte noticiosa não oficial dará respeito às matérias publicitárias de caráter particular.

Parte 1

Capítulo 1

O ESTOPIM - DECRETO E TRINCHEIRA: QUANDO O DIÁRIO OFICIAL VIROU PALANQUE

(4 - 6 de dezembro de 1958)

A VIRADA DE CHAVE

A quinta-feira, 4 de dezembro de 1958, amanhece como um dia comum em Manaus. O Diário Oficial do Estado do Amazonas, publicação burocrática que normalmente traz apenas decretos, portarias e atos administrativos, circula como de costume. Mas nesta edição, algo extraordinário está prestes a acontecer. Nas páginas 1 e 2, o governador Plínio Ramos Coelho anuncia uma transformação que mudará para sempre a natureza do periódico oficial e marcará o início de uma das mais intensas guerras de palavras da história política amazonense.

O tom é de declaração de guerra. A NOTA OFICIAL que abre a edição não é um mero comunicado administrativo, mas um manifesto político, uma declaração de princípios e, sobretudo, uma acusação frontal contra a imprensa privada de Manaus. O texto é longo, denso e carregado de indignação. Não há rodeios, não há diplomacia. O governo acusa os “diretores de jornais” de terem formado um “sindicato da chantagem”, um cartel que nega o direito de resposta aos cidadãos e ao próprio governo.

A atmosfera na capital amazonense é de tensão. A eleição de 3 de outubro, que deu vitória ao candidato governista Gilberto Mestrinho, está sendo contestada pela oposição no Tribunal Regional Eleitoral. A imprensa local, em sua maioria alinhada com a oposição, tem atacado o governo de forma sistemática. Mas o que desencadeou a crise imediata foi um incidente aparentemente menor: um membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Moacir Bessa, teria insultado o jornalista Aristóphano Antony ao passar de jeep em frente à sua casa. Antony, diretor de um jornal oposicionista, reagiu com um artigo virulento. O PTB tentou publicar uma nota de resposta nos jornais locais, mas todos se recusaram a publicá-la, alegando um acordo entre os diretores de não aceitar ataques uns contra os outros.

É este “bloqueio” que o governo Plínio Coelho decide romper de forma espetacular. A solução encontrada é audaciosa e sem precedentes: transformar o Diário Oficial, o jornal do Estado, em um veículo de comunicação política, aberto a “partidos políticos, pessoas jurídicas ou pessoas físicas” para publicar “qualquer colaboração, contra quem quer que for, inclusive contra o próprio Governo”. A promessa é de que o D.O. será vendido em bancas, como um jornal comum, e se tornará “uma garantia do povo contra a prepotência e a chantagem organizada”.

A FUNDAÇÃO DA TRINCHEIRA

O documento central desta fase é a NOTA OFICIAL publicada na primeira página do *Diário Oficial* de 4 de dezembro de 1958. O texto merece ser reproduzido em extensão, pois é a pedra fundamental de toda a estratégia que se seguirá nos próximos 50 dias:

O governo do estado do Amazonas, considerando a necessidade de salvaguardar o direito dos cidadãos de se defenderem quando agredidos, negado pela maioria dos órgãos de publicidade de Manaus cujos diretores acordaram entre si negar espaço em seus jornais, em todo o caso em que as suas pessoas, julgadas por eles intangíveis, estivessem em causa; considerando, também, a necessidade de resguardar o povo em geral do bloqueio dessa imprensa mais que cerceia a liberdade do cidadão de proceder, em legítima defesa, fato que possibilita a chantagem organizada, com o sacrifício de uma das mais nobres conquistas da humanidade, que é a liberdade de pensamento; considerando que o povo e o governo não podem e nem devem ficar à mercê desse sindicato da chantagem contra as liberdades individuais defendidas pela constituição e pelas leis, inclusive pela lei de imprensa que assegura ao atingido o direito de contraditar; considerando, também, a necessidade de dar ao povo e ao governo meios próprios de manifestar o seu pensamento livremente, o governo decretou transformando o Diário Oficial, permitindo-lhe a elasticidade necessária para que possa suprir as deficiências dessa imprensa sórdida, facultando as suas páginas para os que dele necessitem e que forem garroteados pelo sindicato da chantagem contra o pensamento do povo. (D.O.E, 1958, p. 1)

A nota é seguida pelo **DECRETO N.º 75 DE 4 de DEZEMBRO DE 1958**, que formaliza a transformação. O decreto é um documento jurídico, mas seu preâmbulo é tão político quanto a nota que o antecede:

O Governador do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais, considerando que a NOTA dos Diretores das empresas jornalísticas locais, hoje publicada, representa o cerceamento da liberdade de imprensa consequentemente a livre manifestação do pensamento a quem a ela recorre em defesa de seus direitos e de sua integridade moral; considerando que aludida NOTA importa numa demonstração clara da não existência de liberdade de imprensa para uso do público em geral, cerceada pelos próprios diretores dos jornais locais, num flagrante atentado nos Direitos do Homem, que são referendados pelo atual regime democrático brasileiro, onde se assegura o lúdimo direito de resposta; CONSIDERANDO, ainda, que ficam comprovadas as existências de um Sindicato e de um Monopólio contra a livre manifestação do cidadão, consoante lhe faculta a LEI DE IMPRENSA, e que, finalmente, tais atitudes geram um clima de desigualdade entre os habitantes de um Estado, que se vêem na perspectiva desconcertante de não terem um periódico ao alcance de suas mãos para darem combate à calúnia e à chantagem, DECRETA: Art. 1.º — Fica transformado o «DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO» em duas partes: a) a parte oficial propriamente dita; b) a parte noticiosa não oficial. (D.O.E 1958, p. 1-2)

O artigo 2º do decreto estabelece que o *Diário Oficial* “circulará em tantas páginas quantas sejam necessárias, e ao preço comum dos demais órgãos de imprensa em circulação”. A mensagem é clara: o D.O. deixa de ser um boletim administrativo para se tornar um concorrente direto dos jornais privados, mas com uma vantagem decisiva, ele é financiado pelo Estado.

O INIMIGO INDIVISO E A MANOBRA HÍBRIDA

A estratégia retórica do governo Plínio Coelho, tal como expressa na Nota Oficial e no Decreto nº 75, é sofisticada e revela uma compreensão profunda dos mecanismos de propaganda política. Três elementos centrais merecem análise detalhada:

1. A sindicalização do adversário

O uso sistemático do termo “sindicato da chantagem” não é casual. Ao transformar a pluralidade de jornais com suas diferenças de linha editorial, proprietários e interesses em um “sindicato”, o governo realiza uma operação de simplificação e unificação do inimigo. Não há mais “A Crítica”, “A Tarde”, há apenas o “sindicato”, uma entidade monolítica, conspiradora e criminoso. Essa operação tem vários objetivos:

- **Deslegitimação coletiva:** Ao acusar todos os jornais de participarem de um “conluio”, o governo invalida qualquer crítica que venha da imprensa. Não importa o conteúdo da crítica: ela é, por definição, produto de um “cartel” e, portanto, interesseira e falsa.
- **Criminalização:** O termo “sindicato da chantagem” não é apenas uma metáfora política; é uma acusação criminal. Chantagem é crime previsto no Código Penal. Ao usar esse termo, o governo não está apenas criticando a imprensa; está acusando-a de atividade criminoso.
- **Inversão da acusação:** A imprensa, que tradicionalmente se posiciona como fiscalizadora do poder, é transformada em opressora. O governo, por sua vez, se apresenta como vítima e defensor do povo contra a tirania dos “diretores de jornais”.

2. A manobra híbrida: Liberdade como arma

A grande audácia da estratégia do governo é usar o vocabulário da liberdade de imprensa para justificar o uso do aparato estatal como arma política. O Decreto nº 75 invoca os “Direitos do Homem”, a “liberdade de pensamento” e o “lídimo direito de resposta” para legitimar a transformação do *Diário Oficial*. A narrativa construída é a seguinte: a verdadeira ameaça à liberdade de imprensa não vem do Estado, mas da própria imprensa privada, que forma um “monopólio” e “cerceia” o direito dos cidadãos.

Essa inversão é o coração da manobra. O governo não está atacando a liberdade de imprensa; está, supostamente, defendendo-a. O *Diário Oficial* não é uma ferramenta de propaganda; é um instrumento de “democratização” da comunicação. Essa narrativa é poderosa porque apela para valores universalmente aceitos (liberdade, democracia, direito de defesa) e porque coloca a oposição em uma posição defensiva: como podem os jornais se opor à liberdade de imprensa?

3. A imprensa sórdida e o povo virtuoso

A Nota Oficial estabelece uma dicotomia moral clara: de um lado, a “**imprensa sórdida**”, os “**aretinos**” (referência a Pietro Aretino, escritor renascentista italiano conhecido por suas sátiras e acusado de chantagem), os “**vendilhões**”; do outro, o “**povo**”, sempre virtuoso, sempre vítima, sempre ao lado do governo. Essa dicotomia será repetida à exaustão nas páginas do *Diário Oficial* nos próximos dias. O objetivo é criar uma identificação entre o governo e o povo, isolando a imprensa como uma elite corrupta e antipopular.

Telegramas e VAMPIROS (5 de dezembro de 1958, pp. 4-5)

No dia seguinte à publicação do decreto, o *Diário Oficial* já circula com sua nova “parte noticiosa não oficial”. A edição de 5 de dezembro é um marco: é a primeira vez que o jornal oficial se transforma em um veículo de propaganda política explícita. As primeiras “vozes” que aparecem são as do próprio governo, que publica os telegramas enviados pelo governador Plínio Coelho às “altas autoridades da República”.

O telegrama ao Presidente Juscelino Kubitschek é particularmente revelador. Nele, o governador narra sua versão dos acontecimentos, acusando a imprensa de formar um “sindicato de chantagens” e de tentar “subverter a ordem”. Mas o tom do telegrama não é de pedido de socorro; é de afirmação de força:

“Pode Vossa Excelência ficar tranquilo que Governo está forte para resguardar a ordem pública, contando, como conta, com solidariedade do povo que já conhece de sobra os aretinos em questão”. (D.O.E, 1958, p. 4)

A mensagem é dupla: por um lado, o governador informa as autoridades federais sobre a crise; por outro, ele deixa claro que não precisa de ajuda, que está no controle da situação. A publicação desses telegramas no *Diário Oficial* serve para mostrar ao público local que o governo tem o apoio (ou ao menos a ciência) das autoridades federais, fortalecendo sua posição.

Mas é o editorial “**Os VAMPIROS do Pensamento**” que estabelece o tom da nova fase do *Diário Oficial*. O título, em letras maiúsculas, já anuncia a virulência do ataque. O texto é uma peça de retórica inflamada, que mistura referências históricas (a Revolução Francesa, Voltaire) com acusações diretas:

Muito sangue custou à Humanidade, notadamente à nobre e luminosa França, para que os DIREITOS DO HOMEM fossem aceitos por todas as nações do mundo. Atualmente, só nos países totalitários esses direitos não são observados, justamente nas nações de povos escravizados e nas republiquetas caudilhistas. A LIBERDADE DE IMPRENSA é condição básica, inalienável, essencialíssima, nos Regimes Democráticos. Só receia uma imprensa livre os criminosos, os ladrões dos dinheiros do povo, os especulatórios e os chantagistas. Essa vampirização do pensamento nós a repelimos e contra ela lutaremos com todas as nossas forças, com o intuito de preservar a consciência do povo dessa coisa hedionda que se pretende fazer contra ela. (D.O.E, 1958, p. 4)

O editorial inverte completamente a acusação. Não é o governo que está atacando a liberdade de imprensa; são os “vampiros” da imprensa privada que estão “vampirizando o pensamento” do povo. A metáfora do vampiro é particularmente eficaz: ela sugere uma criatura que suga a vida de suas vítimas, que age nas sombras, que é parasitária e maligna. A imprensa não é apenas criticada; ela é desumanizada.

O editorial termina com uma promessa e um anúncio: A guerra de palavras, que começou com um decreto, agora se prepara para ganhar as ruas.

O *DIÁRIO OFICIAL*, órgão que o ilustre Governador Plínio Coelho transformou, por decreto, de serventia do povo, não deixará mais NENHUM CIDADÃO, EMPRESA, SOCIEDADE, quem o desejar, sem defesa. O povo, portanto, pode ficar descansado. Atenção trabalhistas: amanhã à noite, a partir das vinte horas, gigantesca concentração em frente ao PTB, em homenagem ao governador Plínio Coelho e ao professor Gilberto Mestrinho. Todos os trabalhistas deverão estar presentes ao grandioso comício. (D.O.E 5/12/1958, p. 4)

A Realidade dos Acontecimentos

A história negra de um cartel organizado com o intuito de submeter a liberdade de um povo

No Amazonas, contrariamente ao que se verifica em todas as partes do mundo, e a própria imprensa que, através dos diretores de jornal, se organiza em camorra para garrotear a livre manifestação do pensamento

Tudo não passaria de um simples caso, por argumentar, de injúria, configurado em Lei, não fora o desfiguramento do mesmo pelo atingido, dilatando o seu volume para uma tentativa de assassinato, querendo se sobrepor à Lei, fazendo justiça pelas suas próprias mãos. Nosso companheiro Moacir Bessa passou num «jeep» em marcha pela casa de Aristophano Antony e disse alguns desaforos, excitado como anda toda a gente pela conduta insólita da oposição, tentando procrastinar o pleito com toda a sorte de manobras escusas, da qual esse jornalista é o arauto.

Aristophano não viu Moacir Bessa mas, atingido em sua vaidade de intangível, embora ataque toda a gente, vestiu-se e saiu em busca de Moacir Bessa para abatê-lo, segundo suas próprias declarações.

Mesmo assim, o assunto teria sido solucionado, definitivamente, visto nosso companheiro Moacir Bessa ter endereçado uma carta ao senhor Aristophano Antony retratando-se dos seus impulsos e oferecendo amplas desculpas.

Nada obstante esse procedimento do nosso companheiro Moacir Bessa, o senhor Aristophano Antony, que se julga o mais valente dos homens, saiu novamente em procura do nosso companheiro Moacir Bessa para matá-lo, como se lê no artigo assinado por esse cavalheiro no seu jornal.

Posteriormente, por interferência de terceiros a que não esteve ausente Sua Reverendíssima D. João de Souza Lima, cujos bons ofícios foram solicitados pela família do senhor Aristophano, o assunto foi dado por encerrado.

Entretanto, contrariamente ao esperado, o senhor Aristophano Antony fez publicar no seu jornal uma tremenda catilinária contra o nosso companheiro Moacir Bessa, envolvendo na mesma, de maneira degradante, o ilustre Governador Plínio Ramos Coelho e o candidato eleito, Professor Gilberto Mestrinho, que nada tinha com o que se estava passando.

Isto pôste, usando de um natural e legítimo direito de defesa, a Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro encaminhando aos jornais uma «NOTA», a qual não foi publicada, porque existia um CONVENIO SECRETO ENTRE OS DIRETORES DOS JORNAIS, SEGUNDO O QUAL NENHUM JORNAL ACEITARIA QUALQUER PUBLICAÇÃO CONTRA QUALQUER PESSOAL

leis vigentes, inclusive contra a própria Lei de Imprensa, a Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro distribuiu boletins pela cidade repelindo a afronta e esclarecendo o povo.

Pelo exposto, o povo do Amazonas terá verificado a espécie de imprensa existente em nossa terra, que se arroga o direito de infamar e caluniar todo o mundo, como bem o entende, e tenta impedir os atingidos de se defenderem, organizando-se em cartel, em camorra, para estrangular os mais sagrados di-

reitos dos cidadãos: a Liberdade de Pensamento!

Covardes como todo o prepotente, esses diretores do Sindicato da Calúnia foram pedir garantias às forças federais, telegrafaram às mais altas autoridades da República, poltronizados pelas próprias atitudes, receiosos de que o povo, conhecedor do assunto e justiceiro, deliberasse impor os seus direitos, o da liberdade de se manifestar dentro da Lei, uma das mais belas conquistas da Humanidade.

Coisas do Augias CURUÇA'...

De início, a Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro não se apercebeu de uma figura por demais grotesca que assumiu a direção de um dos pasquins que circulam em nossa capital, ou seja «A Gazeta», já mais conhecida como «A Gaveta». Em verdade, e bem mais fácil entretantar diretamente chantagistas que escrevem, a lidar com analfabetos que unicamente assinam o que para eles fazem. Identificar o «espírito santo de orelhas» é uma tarefa difícil. Daí a razão de haver a Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro omitido, na relação dos diretores de jornais, o nome de Augias Pinheiro Gadelha, apelidado de «Curuçá» por um fato que divulgaremos em outra oportunidade.

Este analfabeto, que bem melhor se situaria na classe dos meliantes primários, embora aquela classe corresse o risco de ser por ele enlameada, é um

dos mais indignos vendilhões que se conhece. Após a primeira reunião da Associação Amazonense de Imprensa, abrigo dos integrantes do «Sindicato da Calúnia», Augias Curuçá Gadelha, às carreiras, veio hipotecar solidariedade ao governador Plínio Ramos Coelho e ao governador eleito do Estado, professor Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, relatando todas as discussões travadas pelos seus colegas do Sindicato. Após isso, na última reunião da AAI, encostado na parede pelos cacaniques Epaminondas Barahuna Humberto Calderaro Filho, Aristophano Antony e Aluisio Archer Pinto, resolveu mudar de opinião e continuar fazendo parte do ajuntamento de escroques que ora dominam a imprensa baré.

Este é um ligeiro perfil de Augias Curuçá Gadelha. O resto, virá depois.

NOTA

Comunico a quem interessar possa que, desde 8 de setembro do corrente ano, estou no exercício da Presidência do Glorioso e Invencível PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Secção do Amazonas, sendo o responsável pelos atos da Executiva.

Manaus, 4 de dezembro de 1958.

GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO

Parte 1

Capítulo 2

AS PRIMEIRAS SALVAS: “CARTEL”, “CALÚNIA” E A ARENA DA ASSEMBLEIA

(5 - 6 de dezembro de 1958)

O FOGO CRUZADO

Se o dia 4 de dezembro foi o da declaração de guerra, os dias 5 e 6 marcaram o início do combate propriamente dito. O *Diário Oficial*, agora em sua nova configuração, não se limita a publicar notas e decretos; ele se transforma em um jornal de opinião, com editoriais longos, artigos assinados e uma cobertura detalhada dos eventos políticos. A linguagem torna-se cada vez mais agressiva, os ataques mais pessoais e a narrativa mais elaborada.

A edição de 5 de dezembro traz um artigo fundamental para entender a estratégia do governo: **“A Realidade dos Acontecimentos: A história negra de um cartel organizado com o intuito de submeter a liberdade de um povo”**. O título é longo e dramático, e o conteúdo não decepciona. O artigo narra, em detalhes, o incidente entre Moacir Bessa e Aristóphano Antony, transformando-o em uma prova do “conluio” da imprensa.

A narrativa apresentada pelo *Diário Oficial* é a seguinte: Moacir Bessa, “excitado” pela “conduta insólita da oposição”, passou de jeep pela casa de Aristóphano e “disse alguns desaforos”. Aristóphano, “atingido em sua vaidade de intangível”, saiu em busca de Moacir “para abatê-lo”. Moacir, então, enviou uma carta de desculpas, mas Aristóphano a rejeitou e publicou um artigo atacando não apenas Moacir, mas também o governador Plínio Coelho e o governador eleito Gilberto Mestrinho. O PTB tentou publicar uma nota de resposta nos jornais, mas todos se recusaram, alegando um “convênio secreto” entre os diretores.

A narrativa é construída de forma a apresentar Moacir Bessa como uma vítima de sua própria “excitação” (justificável, dada a “conduta insólita da oposição”) e Aristóphano como um agressor vingativo e covarde. O “convênio secreto” entre os diretores de jornais é apresentado como prova irrefutável da existência do “cartel” e do “sindicato da chantagem”.

A HISTÓRIA NEGRA E A NOTA OFICIAL

O artigo **“A história negra de um cartel organizado com o intuito de submeter a liberdade de um povo”** é publicado nas páginas 5 (edição de 5/12) e 7 (edição de 6/12), com pequenas variações. A repetição não é acidental; ela serve para fixar a narrativa na mente do leitor. O texto é extenso e merece ser citado em extensão:

No Amazonas, contrariamente ao que se verifica em todas as partes do mundo, é a própria imprensa que, através dos diretores de jornal, se organiza em camorra para garrotear a livre manifestação do pensamento. Tudo não passaria de um simples caso, por argumentar, de injúria, configurado em Lei, não fora o desfiguramento do mesmo pelo atingido, dilatando o seu volume para uma tentativa de assassinato, querendo se sobrepor à Lei, fazendo justiça pelas suas próprias mãos. Nosso companheiro Moacir Bessa passou num jeep, em marcha pela casa de Aristóphano Antony e disse alguns desaforos, excitado como anda toda a gente pela conduta insólita da oposição, tentando procrastinar o pleito com toda a sorte de manobras escusas, da qual esse jornalista é o arauto. (D.O.E, 1958, p. 5)

O texto continua narrando a tentativa de reconciliação e a recusa de Aristóphano:

Mesmo assim, o assunto teria sido solucionado, definitivamente, visto nosso companheiro Moacir Bessa ter endereçado uma carta ao senhor Aristóphano Antony retratando-se dos seus impulsos e oferecendo amplas desculpas. Nada obstante esse procedimento do nosso companheiro Moacir Bessa, o senhor Aristóphano Antony, que se julga o mais valente dos homens, saiu novamente em procura do nosso companheiro Moacir Bessa para matá-lo, como se lê no artigo assinado por esse cavalheiro no seu jornal. Posteriormente, por interferência de terceiros a que não esteve ausente Sua Reverendíssima D. João de Souza Lima, cujos bons ofícios foram solicitados pela família do senhor Aristóphano, o assunto foi dado por encerrado. (D.O.E, 1958, p. 5)

A narrativa então chega ao ponto crucial: a recusa dos jornais em publicar a nota do PTB:

Entretanto, contrariamente ao esperado, o senhor Aristóphano Antony fez publicar no seu jornal uma tremenda catilinária contra o nosso companheiro Moacir Bessa, envolvendo na mesma, de maneira degradante, o ilustre Governador Plínio Ramos Coelho e o candidato eleito, Professor Gilberto Mestrinho, que nada tinha com o que se estava passando. Isto posto, usando de um natural e legítimo direito de defesa, a Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro encaminhou aos jornais uma «NOTA», a qual não foi publicada, porque existia um convenio secreto entre os diretores dos jornais, segundo o qual nenhum jornal aceitaria qualquer publicação contra qualquer deles!! (D.O.E, 1958, p. 5)

A conclusão do artigo é uma acusação frontal:

Pelo exposto, o povo do Amazonas terá verificado a espécie de imprensa existente em nossa terra, que se arroga o direito de infamar e caluniar todo o mundo, como bem o entende, e tenta impedir os atingidos de se defenderem, organizando-se em cartel, em camorra, para estrangular os mais sagrados direitos dos cidadãos: a Liberdade de Pensamento! Covardes como todo o prepotente, esses diretores do Sindicato da Calúnia foram pedir garantias às forças federais, telegrafaram às mais altas autoridades da República, poltronizados pelas próprias atitudes, receosos de que todo o povo, conhecedor do assunto e justiceiro, deliberasse impor os seus direitos, o da liberdade de se manifestar dentro da Lei, uma das mais belas conquistas da Humanidade. (D.O.E, 1958, p. 5)

O artigo termina com um ataque pessoal a Augias Pinheiro Gadelha, diretor de “A Gazeta”, descrito como “analfabeto”, “meliante primário” e “vendilhão”. A inclusão desse ataque no final do artigo serve para mostrar que o *Diário Oficial* não tem medo de nomear e atacar individualmente seus adversários.

O CONTRASTE E A TESE DO POVO

A estratégia narrativa do *Diário Oficial* nesta fase inicial já revela dois elementos que se tornarão centrais nos próximos dias: **a tática do contraste** e **a tese do povo soberano**.

1. A tática do contraste

Nas edições de 5 e 6 de dezembro, o *Diário Oficial* já começa a empregar uma tática que se tornaria sua marca registrada: a justaposição de ataques virulentos com notícias sobre obras e realizações do governo. Na mesma edição que traz o artigo “A história negra de um cartel”, o jornal publica notas sobre a visita do Comandante da Guarnição Federal ao governador, sobre telegramas de solidariedade recebidos de diversas partes do estado e sobre a “gigantesca concentração” do PTB em homenagem ao governador.

O objetivo é claro: mostrar que, enquanto a imprensa ataca e conspira, o governo trabalha e recebe o apoio do povo. O contraste é brutal e intencional. De um lado, a “imprensa sórdida”, os “vampiros”, os “chantagistas”; do outro, o governo trabalhador, o povo solidário, as forças federais que oferecem apoio.

Um exemplo particularmente revelador dessa tática é a nota sobre a visita dos jornalistas da “Folha do Norte” de Belém a Manaus. Segundo o *Diário Oficial*, Umberto Calderaro teria telegrafado para Belém e São Paulo dizendo que “Manaus estava em pé de guerra”. A “Folha do Norte” enviou repórteres para cobrir a suposta crise, mas, ao chegarem, constataram que a cidade estava calma. O D.O. usa esse episódio para acusar Calderaro de mentiroso e irresponsável:

Em consequência da mentira espalhada pelo irresponsável Diretor de A Crítica, chegaram ontem a Manaus, dois repórteres da Folha do Norte, um dos mais respeitáveis jornais do país, que se edita em Belém, capital do vizinho Estado do Pará. Na terra marajoara, como em São Paulo e outros grandes centros, circula a notícia de que Manaus está quase em revolução. E o resultado é este: a Folha do Norte gasta dinheiro, envia dois de seus profissionais a esta capital, e os mesmos retornarão levando apenas uma certeza: nós, do Partido Trabalhista Brasileiro agimos com critério e honestidade, enquanto o informante Calderaro, mentiu, como é de seu costume. (D.O.E, 1958, p. 8)

A mensagem é dupla: Calderaro é um mentiroso, e o governo está no controle da situação. A cidade permanece tranquila; não há “pé de guerra”, e a única “guerra” que existe é a guerra de palavras travada pelo próprio *Diário Oficial*.

2. A tese do povo soberano e o antagonista judiciário

Na edição de 6 de dezembro, o *Diário Oficial* publica um editorial que se tornará fundamental para entender a estratégia do governo nos dias seguintes: “UM PAÍS A SERVIÇO DA CONFUSÃO”. O editorial ataca o deputado federal Francisco Pereira da Silva (apelidado de “Chico Quiabo Carachué dos Passarinhos”), acusando-o de espalhar mentiras sobre a situação em Manaus na Câmara Federal. Mas o mais importante do editorial é a tese que ele apresenta sobre a eleição e o papel do Judiciário:

A frase “**A eleição é do povo e não dos Juízes**” é o coração da tese populista que o governo defenderá nos próximos dias. A mensagem é clara: a vontade do povo, expressa nas urnas, é soberana e não pode ser contestada ou revertida pela Justiça Eleitoral. O papel do Tribunal Regional Eleitoral não é julgar a validade da eleição, mas “sacramentar” a vontade popular. Qualquer decisão que vá contra a vitória de Mestrinho é, por definição, uma afronta à democracia.

Vencemos as eleições e temos certeza disso. Ainda agora continuamos com mil e duzentos votos à frente, não obstante todos os pesares e, se eles, os fedepulhas ladrões e prevaricadores, que foram derrotados, não se conformam com a sua situação de vencidos, imagine-se nós, que VENCEMOS!... **A eleição é do povo e não dos Juízes**. Decide quem pode decidir, isto é, o povo, como bem o disse o General Teixeira Lott. E o povo saberá fazer respeitar a sua vontade, essa vontade que a Justiça Eleitoral vai sacramentar, dentro em breve, impondo aos brasileiros do Amazonas, como do seu dever, confiança no Regime e no comportamento da Justiça. Ainda há juízes em Berlim. (D.O.E, 1958, p. 6)

Essa tese é perigosa porque subverte o papel do Judiciário em uma democracia. O T.R.E. não é um mero “carimbador” de resultados eleitorais; ele é o guardião da legalidade do processo. Ao sugerir que a Justiça deve apenas “sacramentar” a vontade do povo, o *Diário Oficial* está, na prática, negando ao Judiciário o direito de julgar os recursos da oposição. A frase final — “Ainda há juízes em Berlim” — é uma referência a uma lenda sobre Frederico II da Prússia, que teria respeitado uma decisão judicial contra seus interesses. A mensagem subliminar é: esperamos que os juízes do T.R.E. façam o mesmo e respeitem a “vontade do povo”.

A ARENA DA ASSEMBLEIA

A Assembleia Legislativa do Amazonas entra na crise já nos primeiros dias. Na edição de 5 de dezembro, o *Diário Oficial* publica uma nota sobre a visita da bancada trabalhista ao governador Plínio Coelho. A nota é reveladora do clima de polarização:

A nota menciona que os deputados usaram termos como “**ratos e guabirus**” para se referir aos opositores. Essa linguagem animalizante, que será amplificada pelo *Diário Oficial* nos dias seguintes, já está presente nos discursos da Assembleia:

Com essa atitude, os deputados trabalhistas, mais uma vez, mostraram-se dignos da confiança em si depositada pelo povo amazonense, um povo que confia nos trabalhistas, porque sabe que nestes reside o verdadeiro futuro do Amazonas, do Amazonas escoimado dos **ratos e guabirus** do tipo desses que surgem como dignidades e não passam, na realidade, de meros mordedores do erário público, subprodutos pestilenciais da escroquerie e da chantagem. (D.O.E, 1958, p. 6)

A Assembleia, dominada pela bancada trabalhista, se torna um aliado fundamental do governo na guerra de palavras. Os deputados não apenas manifestam solidariedade; eles assumem uma “posição de combate”, usando a tribuna da Casa para atacar a imprensa e a oposição. O *Diário Oficial*, por sua vez, amplifica esses discursos, transformando a Assembleia em uma caixa de ressonância da narrativa governista.

Outro elemento importante é a publicação de **abaixo-assinados** de apoio ao governo. Na edição de 6 de dezembro, o D.O. publica um abaixo-assinado de “funcionários da Prefeitura Municipal de Manaus”, com dezenas de nomes, manifestando “irrestrita solidariedade” ao governador Plínio Coelho, ao governador eleito Gilberto Mestrinho e a Moacir Bessa. A publicação desses abaixo-assinados serve para criar a imagem de um apoio popular massivo ao governo, isolando a imprensa como uma elite desconectada do povo.

Aristóphano pede garantias

Um dos episódios mais reveladores desses primeiros dias é a notícia de que Aristóphano Antony teria pedido garantias à Guarnição Federal, alegando estar ameaçado de morte. O *Diário Oficial* transforma esse pedido em mais uma prova da “covardia” do jornalista, publicando uma nota com o título **“Aristóphano Chantagem Antony pede garantias à Guarnição Federal”**:

O chantagista e peculatório Aristóphano Antony, líder e presidente do «Sindicato da Calúnia», pois para exercer essa liderança foi demitido da Prefeitura de Manaus por peculato (furto) solicitou garantias ao Comando da Guarnição Federal de Manaus, dizendo-se ameaçado de morte. Acovardou-se e acorrou-se perante o povo, temendo uma represália, não por parte do Governo, mas sim da massa trabalhista, que congrega 80 por cento de nossa população. Pode o covarde estar tranquilo. Nós, do PTB, não o queremos morto, sob hipótese alguma. Desejamos vê-lo vivo ainda durante muitos anos, para que possa figurar na cidade inteira como exemplo completo da escroqueria, da chantagem, do peculato, de um rosário de crimes enfim. Queremos vê-lo desprezado por todos os homens de bem, que lutam honestamente para ganhar a vida. Iremos sentir o povo murmurar baixinho, à sua passagem: «ali vai um ladrão. Seu exato lugar era na Penitenciária, onde por sinal já passou seis meses trancafiado, pelo vergonhoso crime de traição à pátria, manifestando-se publicamente ao lado das potências do Eixo, na segunda guerra mundial». Não há assim necessidade alguma de Aristóphano «Chantagem» Antony demonstrar a sua covardia. Não desejamos vê-lo morto. Se morrer nessa confusão, ninguém se iluda: foi de medo! (D.O.E, 1958, p. 5)

O ESTOPIM E A ESCALADA

Os três primeiros dias da crise (4, 5 e 6 de dezembro de 1958) estabelecem todos os elementos que dominarão a guerra de palavras nos próximos 47 dias. O *Diário Oficial* não é mais um boletim administrativo; ele é uma arma política, usada com maestria pelo governo Plínio Coelho para atacar seus adversários, construir uma narrativa favorável e mobilizar apoio popular.

A estratégia é clara: deslegitimar a imprensa, criminalizar a oposição, pressionar o Judiciário e apresentar o governo como o único defensor da democracia e da vontade popular. O vocabulário é violento, os ataques são pessoais e a narrativa é maniqueísta. Não há espaço para nuances, para debate racional ou para reconhecimento da legitimidade das críticas. Há apenas dois lados: o bem e o mal, o povo e os “vampiros”, a democracia e a “chantagem”.

Nos próximos dias, essa estratégia se aprofundará e radicalizará. A linguagem se tornará ainda mais agressiva, os ataques mais pessoais e a pressão sobre o Judiciário mais intensa. A guerra de palavras está apenas começando, e o *Diário Oficial* está determinado a vencê-la, custe o que custar.

Diario Oficial



ADMINISTRAÇÃO DO DR. PLÍNIO RAMOS COELHO, GOVERNADOR DO ESTADO

ANO LXV

MANAUS — Segunda-feira, 8 de Dezembro de 1958

NUMERO — 18.771

GOVÊRNO DO ESTADO

O GOVERNADOR DIRIGE-SE ÀS ALTAS AUTORIDADES

A respeito dos acontecimentos de Manaus, o governador Plínio Ramos Coelho endereçou, ontem telegramas ao Exmo. Sr. Presidente da República, aos Ministros da Guerra e da Justiça, além do Presidente do Supremo Tribunal Federal e Comando da 8.ª Região Militar.

É o seguinte o teor do telegrama expedido, na manhã de ontem, pelo governador Plínio Ramos Coelho:

Informada esta chefia por jornais chegados hoje dessa capital de que telegramas estão sendo transmitidos por elementos interessados em criar clima

desagradável para Governo fora do Estado vg uma vez que aqui nada conseguiram vg não sendo mesmo levados a sério pela população vg informo a vossa Excelência que até hoje nenhuma prisão política foi efetuada vg reina paz na cidade et clima Estado eh de perfeita ordem pt Acreamento que nenhum jornalista estah preso ou ameaçado vg assim como juizes estão resguardados na intangibilidade de seus atos et de suas pessoas físicas pt A azoada eh provocada por elementos derrotados no ultimo pleito mas que afirmam contar com mesmos juizes para ganharem nos Tribunais et por alguns Jornais que romperam com o Governo

vg sem este tenha dado motivo vg et se organizaram numa especie de Sindicato chantagem et calunia vg negando direito resposta aos chantagados et caluniados pt Unica reação que Governo estah promovendo eh a de publicar sua defesa no Diário Oficial do Estado vg que passou a ser Jornal mais lido et procurado do Amazonas vg numa prova evidente da solidariedade povo a este Governo vg et tambem comprovação cansaço esse mesmo povo contra metodo usados Imprensa Manaus Pt Saudações cordiais Plínio Ramos Coelho Governador Estado Amazonas

SOLIDARIEDADE AO GOVÊRNO

Continuam chegando às mãos do governador Plínio Ramos Coelho e do prof. Gilberto Mestrinho, diversas manifestações de solidariedade, testemunhadas através de telegramas, cartas, ofícios, pessoalmente etc.

Sábado, além dos telegramas que divulgam em outro local, S. Excia. recebeu um ofício com o seguinte teor:

«Manaus, 5 de dezembro de 1958. Senhor Governador: Honra-me comunicar a Vossa Excelência, que o senhor deputado Jackson Cabral, na reunião de ontem desta Assembléia, solicitou fosse consignado na ata dos trabalhos, um voto de solidariedade a Vossa Excelência, em face da nota publicada nos diversos jornais que se editam nesta capital, na qual os Diretores de Jornais rompem relações com o Governo do Estado e o Partido Trabalhista Brasileiro. Outrossim, informo a Vossa

Excelência, que o deputado Eros Pereira da Silva, apresentou um adendo, no sentido de ser extensiva essa manifestação ao Professor Gilberto Mestrinho. Aproveito o ensejo que se me oferece, para apresentar-lhe os meus elevados protestos de consideração e distinguido apreço. Francisco de Assis Paixoto-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, em exercício».

Recebeu ainda o governador Plínio Ramos Coelho a seguinte carta: «Partido Trabalhista Brasileiro — Diretoria Distrital — Cachoeirinha. Manaus, 4 de dezembro de 1958. Exmo. Dr.

PLÍNIO RAMOS COELHO, DD Governador do Estado. Companheiro Governador Plínio Ramos Coelho. No momento em que o Sindicato da Injúria reúne suas forças, até há pouco matakados para dirigir contra os construtores do Novo Amazonas, as baterias mentirosas da calúnia organizada, ten-

tando proteger a ação deletéria de um dos seus membros, o Diretório Distrital do Partido Trabalhista Brasileiro, da Cachoeirinha, com sede na avenida Carvalho Leal n.º 1.635, vem, de publico prestar ao nobre companheiro a sua irrestrita solidariedade, anunciando a sua firme disposição de se colocar ao lado do Governador do Amazonas, seja qual for a circunstância e o momento. Ao mesmo tempo, este Diretório pede-lhe que transmita igual solidariedade e apoio ao preclaro companheiro Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, eleito Governador do Amazonas pela vontade soberana do povo, para desespero daqueles que esperavam repôr no poder o regime maldito que levou leprosos famintos a protestar e a pedir pão nas ruas de Manaus. Receba, companheiro Governador a nossa solidariedade e conte conosco para qualquer parada. Saudações trabalhistas. a) JOÃO EVANGELISTA».

Parte 1

Capítulo 3

A CIDADE ASSINA: MOÇÕES, CARTAS E O MAPA DAS SOLIDARIEDADES

(8 de dezembro de 1958)

A MOBILIZAÇÃO ENCENADA

Na segunda-feira, 8 de dezembro, o *Diário Oficial* amanhece transformado em um grande mural de apoio popular ao governo. As páginas, antes reservadas a decretos e portarias, agora estampam abaixo-assinados, moções de sindicatos e cartas de diretórios políticos de bairros. A estratégia é clara: mostrar que, enquanto a “imprensa golpista” ataca, o “povo” se levanta em defesa de seu governador. É a encenação de uma unanimidade que busca isolar a oposição e apresentá-la como uma minoria raivosa e desconectada da vontade popular. A cidade é chamada a tomar partido, e o *Diário Oficial* torna-se o palco onde essa tomada de posição é registrada e amplificada.

O povo fala (ou escreve)

A edição de 8 de dezembro é um mosaico de manifestações de apoio. O “**ABAIXO ASSINADO**” dos moradores do Bairro de Educandos (p. 1) é publicado com destaque, ocupando uma coluna inteira:

Nós abaixo assinados moradores do Bairro de Educandos, vimos protestar contra as atitudes tomadas por vários jornais de nossa capital, que se colocaram contra o Governo do Estado e o candidato eleito Gilberto Mestrinho, e ao mesmo tempo hipotecar irrestrita solidariedade a S. Exa. o sr. Governador Plínio Ramos Coelho, pela atitude assumida em defesa do povo do Amazonas. (D.O.E, 1958, p. 6)

Logo ao lado, a **carta do Partido Trabalhista Brasileiro – Diretório Distrital – Cachoeirinha** (p. 1) segue o mesmo tom, usando uma linguagem ainda mais forte:

O Diretório Distrital de Cachoeirinha do Partido Trabalhista Brasileiro, vem... manifestar o seu repúdio à imprensa reacionária e chantagista que, a serviço de interesses ocultos, tenta subverter a ordem pública e desrespeitar a vontade soberana do povo, expressa nas urnas de 3 de outubro. (D.O.E, 1958, p. 5)

Outras notas, como a da **União dos Operários em Construção Civil** e do **Sindicato dos Contabilistas de Manaus**, reforçam a imagem de um apoio amplo e multissetorial.

A construção da legitimidade pela aclamação

A publicação em massa desses documentos não é um ato de jornalismo, mas de propaganda política. A análise aprofundada revela a construção de uma narrativa de aclamação popular:

- **A voz da rua como fonte de poder:** Ao dar tanto espaço a abaixo-assinados e cartas de bairros, o D.O. transfere a fonte de legitimidade política. Não são mais os editoriais dos grandes jornais ou os discursos da oposição que importam, mas a “voz do povo”, devidamente orquestrada e publicada pelo governo. O objetivo é criar um plebiscito informal e cotidiano, no qual o governo sempre sai vitorioso.
- **O mapa da solidariedade:** A diversidade de entidades que assinam as notas (sindicatos, diretórios de bairro, associações) cria um “mapa da solidariedade” que cobre toda a cidade. Isso constrói a imagem de que o apoio ao governo não é restrito a um grupo, mas é um sentimento geral. A oposição, por sua vez, é retratada implicitamente como um grupo isolado, sem base popular.
- **A linguagem da unidade:** A linguagem das notas é notavelmente uniforme. Termos como “irrestrita solidariedade”, “repúdio à imprensa chantagista” e “vontade soberana do povo” se repetem, sugerindo uma coesão ideológica que provavelmente foi coordenada pelo próprio governo. Trata-se da encenação de uma unanimidade que não admite fissuras.

A solidariedade se estende a Mestrinho

É crucial notar que a solidariedade não se restringe ao governador Plínio Coelho. Quase todas as notas estendem o apoio ao governador eleito, Gilberto Mestrinho, cuja diplomação está em xeque no T.R.E. A moção da Assembleia Legislativa é explícita:

“Vai essa solidariedade por extensão ao valoroso candidato vitorioso ao Governo do Estado, Professor Gilberto Mestrinho, atual Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro”. (D.O.E, 1958, p. 7)

Isso demonstra que a batalha no *Diário Oficial* é também uma forma de pressionar o Judiciário, usando o “clamor popular” como argumento para acelerar a diplomação e garantir o resultado da eleição.

Uma coreografia com maestro

O encadeamento dos dias anteriores explica a eficácia do 8/12: a Nota Oficial e o Decreto (4/12) abriram a comporta; os telegramas nacionais (5–6/12) nacionalizaram a disputa; o sábado de “solidariedades” e convocatórias (6/12) preparou a página para receber, na segunda-feira, a enxurrada de assinaturas. Na tessitura do jornal, o que se lê em 8/12 é efeito, não acaso.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

CORAGEM de Rato Acuado

No depois que o Governo deu as provas mais incontundíveis de respeito a livre manifestação do pensamento e de integral apoio a essa manifestação, o rato CALDERARO conseguiu coragem necessária para por a cabeça de fora da gaveta como as catitas de sua espécie, quando verificaram que não há perigo de sair a caça.

O ilustre Governador PLÍNIO CORLEHO chegou mesmo a pedir ao povo que deixasse o guabiru em paz, ate e os seus eclogas, pondo maximo empenho nessa solicitação.

Só depois disso e de var, juntamente com seus camaradas de Sindicato, ocupado por muitos dias os bens officios da Radional, implorando a todas as autoridades do Sul do Páiz, inclusive ao Presidente da ABI e aos seus comparsas da Metropole, num linguajar de quem está de calças nas mãos, um auxilio urgente de que não necessitavam, o rato ordinario teve coragem de sair em campo aberto.

Dai o poltrão, travestido de «valente» sair a liça procurando numa algaravia insubstistente, tapar o sol com uma panera, como usualmente se diz para se saber, ao certo, quanto recebeu o camondongo do Banco de Crédito da Amazônia, a todos os titulos, sem esquecer financiamentos para compra de máquinas e equipamentos para sua arapuca era de mister provocar uma devassa nesse Instituto de Crédito, o que infalivelmente virá, amanhã ou depois diante dos escandalos já verificados, como está acontecendo na SPVEA.

Compreensível, portanto, é que o sabujo, tremulo e desconfiado, se tenha constituido em defensor do Sr. Jose Matos, nada obstante os despaueiros verificados nesse banco constituido em organo pontico, com evidente prejuizo de suas finalidades e, destarte, da produção gomifera e do Amazonas.

Quanto a dizer que silenciou sobre certos fatos escabrosos da atual administração, é apenas outra chantagem por isso que inexistente justificativa para o silêncio, tão «valente» que é o ou bônico...

O Governo não está e nem nunca esteve interessado nos silências dos chantagistas. Se tem alguma coisa a comemorar são livres os chantageiros da imprensa para o fazer, apenas não receberão dinheiro com as anuências de publicações. O silêncio em tal caso seria uma tração. Sendo ao povo, uma traição a mais do chantagista CALDERARO em busca das trinta moedas.

Finalmente, intitula o chantagista a sua arenga de «DE IGUAL PARA IGUAL», aceitando as nossas acusações e querendo derramar sobre o Governo um pouco do seu conteúdo. «DE IGUAL PARA IGUAL» uma ova. Emanado de um rato, esse conceito nós o repelimos, preferindo ser pior, ou melhor, IGUAL NUNCA!

E' bem divertida a argumentação do safado para justificar que tinha direito a cobrar as NOTÍCIAS sobre os atos do Governo, e dizendo-se chantageado porque o Governador repeliu os ass-

tos aos cofres públicos. O povo sabe tão bem como nós o que isso significa, notadamente o comércio e a industria, que têm nesse metodo, em caca-rizes no couro, o efeito dessas manobras...

Aceitamos a alegação de «doença mental», mas não nos conformamos, porque apurado em inquerito, que outras pessoas tenham presenteado, usado e exibido em publico as referidas jóias, fazendo vista cega a sua procedência... A infâmia de querer afirmar que na familia do Governad - ha tambem um diabol mental que j. efien. a furios é de ta. mane. epe nte, que poderiamos reixar sem esporta, por isto que a acusação de que o Sr. Edmison Coelho recabera, de graça, como fiscal voluntário da COAP, alguns quilos de carne em uma das feiras da cidade, foi destruida pelo inquerito levado a efeito por official do Exército, sem qualquer ligação com o governo estadual.

No caso das jóias furtadas, pela familia Calderaro, a questão é outra. Admitimos que a senhora cleptomaniaca estivesse doente, com as faculdades mentais perturbadas. Descoberto o furto, que fazer? Procurar a Policia ou o furtado, seria o caminho. Que aconteceu, porém? Calderaro, sadio, bom do juizo, que nunca teve meningite como o Sr. Edmison, se fez receptador, presenteou a sua esposa com uma das jóias, vendeu outras e foi compeido a devolver as demais.

(Continúa na 6.ª pagina)

CONVITE

O GOVERNO DO ESTADO tem a satisfação de convidar as autoridades e o ovo em geral para assistirem à cerimônia de inauguração e entrega à coletividade, dos barcos coletores de leite adquiridos pelo Poder Executivo na Dinamarca para servir ao povo amazonense.

Em especial, convida os familiares dos veteranos desbravadores do Careiro e Cambixé, Velho Lino e Cel. Medeiros Raposo, cidadãos que pelos nobres serviços prestados ao Amazonas, deram nome aos modernos e velozes barcos.

Parte 1

Capítulo 4

“CORAGEM DE RATO ACUADO”: INSULTO COMO MÉTODO

(8 a 12 de dezembro de 1958)

O ATAQUE ZOOLOGICO

A segunda semana de dezembro marca uma escalada brutal na linguagem do *Diário Oficial*. Se, antes, o ataque era direcionado ao ‘sindicato da chantagem’ de forma mais abstrata, agora torna-se pessoal, virulento e, sobretudo, zoológico. A estratégia de desumanização dos adversários é levada ao extremo, com o uso de metáforas animais que buscam não apenas criticar, mas aniquilar moralmente os alvos. *O jornal* transforma-se em um bestiário de insultos, e a política, em uma caçada.

O bestiário do *Diário Oficial*

O primeiro grande exemplo dessa nova fase é o título “**Bouhid suspenso pelo rabo**” (8/12/1958, p. 8). A notícia, que trata da suspensão de um funcionário da SPVEA por suposta malversação de fundos, é transformada em um ato de humilhação pública. O texto em si é burocrático, mas o título é puro escárnio:

A notícia, que trata da suspensão de um funcionário da SPVEA por suposta malversação de fundos, é convertida em humilhação pública pela manchete. O miolo é registral; o título opera o golpe retórico. A imagem do “rabo” desloca o caso administrativo para o circo do escárnio e o cola ao repertório zoológico da semana.

Remetido, concluso, ao Procurador Geral da República o inquérito contra o sr. Bouhid, acusado de malversação dos dinheiros públicos. As denúncias foram consideradas procedentes pelo Tribunal de Contas da União, que determinou a suspensão do sr. Bouhid de suas funções na SPVEA. (D.O.E, 1958, p. 8)

Mas é no dia 12 de dezembro que a estratégia atinge seu ápice. O título “**Coragem de rato acuado**” ocupa a manchete da parte não oficial, em uma referência direta ao jornalista Aristóphano Antony:

Só depois que o Governo deu as provas mais inconfundíveis de respeito a livre manifestação do pensamento e de integral garantia aos **ratos e guabirus** que o atacam, é que o sr. Aristóphano Antony resolveu sair da toca. E o fez da maneira mais covarde e mais ridícula que se pode imaginar... Atacou o nosso companheiro Deputado Pereira da Silva, que o havia chamado de rato, na tribuna da Assembleia Legislativa. (D.O.E, 1958, p.4)

É o ápice do ciclo. A referência direta ao jornalista Aristóphano Antony vem embalada por uma tese: só depois de “garantida” a liberdade de expressão é que o “rato” teria saído da toca. A peça narra, com deboche, o episódio em que o deputado Pereira da Silva o chamou de “rato” na tribuna; o D.O. amplifica a injúria e a promove a título de capa da parte não oficial.

Só depois que o Governo deu as provas mais inconfundíveis de respeito à livre manifestação do pensamento e de integral garantia aos ratos e guabirus que o atacam, é que o sr. Aristóphano Antony resolveu sair da toca. E o fez da maneira mais covarde e mais ridícula que se pode imaginar... (D.O.E, 1958, p.4)

A desumanização como estratégia de aniquilação moral

O uso sistemático de insultos zoológicos não se trata de um mero recurso de estilo, mas de uma estratégia política calculada. A análise aprofundada revela seus objetivos:

- **Remoção da humanidade do oponente:** Ao chamar os adversários de “ratos” e “guabirus”, o D.O. os remove do campo do debate político racional. Ratos não têm ideias, não têm argumentos; eles apenas roem, infestam e devem ser exterminados. A desumanização é o primeiro passo para justificar qualquer tipo de ataque, por mais violento que seja.
- **O insulto como instrumento de intimidação:** A humilhação pública, como no caso de “suspense pelo rabo”, serve como um aviso para outros opositores. A mensagem é clara: quem se opuser ao governo não será tratado como um adversário político, mas como um criminoso ou um animal, e terá sua honra destruída nas páginas do jornal oficial.
- **Criação de um Inimigo Físico e Repulsivo:** A metáfora animal transforma o inimigo político em algo físico e repulsivo. É mais fácil odiar um “rato” do que um jornalista com argumentos. Essa estratégia apela para as emoções mais básicas do leitor, como o nojo e o medo, e simplifica a complexidade da disputa política em uma luta do bem contra o mal, do limpo contra o sujo.

O contraste como engrenagem narrativa

Enquanto o insulto ocupa a manchete da parte não oficial, a lateral da página exhibe progresso: chegada de “modernos barcos coletores de leite”, anúncios de obras, promessa de escolas e planos para a SPVEA. A mensagem implícita é sempre a mesma: de um lado, o governo do trabalho; do outro, os bichos que atacam. O leitor recebe um quadro de compensação moral no qual cada ofensa vem acompanhada de uma “obra” como contraprova de virtude.

O contraste entre a barbárie e a civilização

Enquanto a selvageria verbal domina as manchetes, o *Diário Oficial* continua a usar a tática do contraste. Na mesma edição de 12 de dezembro, em meio aos “ratos”, o jornal publica notícias sobre a chegada dos “modernos barcos coletores de leite” (p. 51), a construção de escolas e os planos de desenvolvimento da SPVEA. A justaposição é brutal e intencional: de um lado, a barbárie dos “ratos” que tentam destruir o estado; do outro, a civilização, o progresso e o trabalho do governo Plínio Coelho. O D.O. constrói uma narrativa na qual o governo é a única força de ordem e modernidade em meio ao caos gerado pela oposição.

A Assembléia Legislativa

Compareceu ao Palácio Rio Negro, representada pela sua maioria, constituída da bancada trabalhista, para hipotecar sua solidariedade e seu apoio ao Governador Plínio Ramos Coelho.

Coesa e galhardamente, a bancada trabalhista na Assembléia Legislativa do Estado, na reunião de ontem, colocou-se resolutamente ao lado do governador Plínio Ramos Coelho, anunciando a sua posição de combate ao lado do companheiro tão insolitamente atingido pelas baterias pagas da calúnia e da mentira. No decorrer das orações proferidas na tribuna daquela Casa, pelos diversos deputados que ali se sucederam, foi dito e re-dito dos verdadeiros motivos que procavam a questão ora em foco, demonstrando-se como o Partido Trabalhista Brasileiro, Secção do Amazonas, o que está fazendo é tão somente sair em legítima defesa, quando atingido por um chacal da imprensa, que circundou em torno de sua personalidade de Catão de lama, uma aureola de respeito e acatamento.

Com essa atitude, os deputados trabalhistas, mais uma vez, mostraram-se dignos da confiança em si deposita-

da pelo povo amazonense, um povo que confia nos trabalhistas, porque sabe que nestes reside o verdadeiro futuro do Amazonas, do Amazonas escumado dos ratos e guabirús do tipo desses que surgem como dignidades e não passam, na realidade, de meros mordedores do erário público, sub-produtos pestilenciais da «escroquerie» e da chantagem.

VISITA AO GOVERNADOR

PLÍNIO COELHO

Após a sessão, os deputados trabalhistas Abdala Sahdo, Arlindo Porto, Eros Pereira da Silva, Anfremon Monteiro, Ney Rayol, Assis Peixoto, Raimundo Brasil Barbosa, Marques da Silveira, Jackson Cabral, Manuel Saraiwa Filho, Belarmino Lins, Armando Mendes e Darcy Michiles, dirigiram-se incorporados ao Palácio «Rio Negro», onde apresentaram ao companheiro, governador Plínio Ramos Coelho, a

solidariedade da bancada do glorioso e invencível P.T.B., na Assembléia, nessa luta contra os inimigos do Amazonas.

SOLIDARIOS COM A POSIÇÃO DO GOVERNO

O Dr. Helso do Carmo Ribeiro e seus Delegados da Capital, estiveram à tarde de ontem no Palácio Rio Negro, para hipotecarem ao Governador Plínio Ramos Coelho e ao candidato eleito, Professor Gilberto Mestrinho, sua integral solidariedade, relativamente aos últimos acontecimentos, em que esses ilustres representantes do povo amazonense, líderes incontestáveis do trabalhismo caboclo foram, como autoridades e como cidadãos, indignamente atingidos.

QUANDO da apresentação da FOLHA DA TARDE, traçamos uma linha de conduta a seguir, dentro do nosso lema: **TRABALHO É VERDADE**. Comprometemo-nos a fazer uma imprensa sã e honesta, estrididos nos sagrados princípios da justiça e da verdade. Enalteçamos o procedimento dos demais confrades que já encontramos no campo da luta jornalística. Esperávamos receber a atenção especial dos veteranos do batente, que veriam em nós, o irmão menor a ensaiar os primeiros passos. E numa confraria que arregimentaria mundos, seríamos uma trincheira a mais em defesa do povo; em favor do injustiçado; em prol daqueles que, sem um meio de defesa, teriam em nosso vespertino o sentinela indormido, o porta-voz intempestivo de seus lamentos.

Não encontramos, todavia, o esperado. O desencanto veio precoce, tal a ventania que desmorona uma rosa. O mundo com o qual sonhávamos, nada mais era do que um mundo de poeta; um mundo de sonhos.

FOLHA DA TARDE na atual conjuntura, em que os demais órgãos da imprensa local, vem de público romper suas relações com o Governo do Estado, e com um comportamento político, situa a sua verdadeira posição:

a) Não tomamos conhecimento da crise reinante, pois não fomos procurados por algum confrade, nem nos foi dado a conhecer a situação;

b) O que vemos em tudo isso, é a desconsideração de parte dos demais

MOVIMENTO NO T.R.E. SOBRE O JULGAMENTO DOS RECURSOS EM PAUTA, NO DIA DE ONTEM.

O Tribunal Regional Eleitoral votou a se reunir na manhã de ontem, para julgar alguns recursos da frente Democrática Popular, contra diversas seções que funcionaram nas eleições de 3 de outubro. Funcionaram como Delegados do Partido Trabalhista Brasileiro os drs. Manuel Barbuda e Dalmir Câmara, enquanto a FDP esteve representada pelo sr. Manuel Braga dos Santos.

Após os debates, o TRE assim deliberou: negar provimento ao recurso da FDP contra a validade de apuração da 1.ª Secção de Carauari; considerar nulas as urnas das 4.ª, 5.ª e 6.ª Secções de Carauari, que a Junta Apuradora se negara a apurar; Determinar a abertura de inquérito para apurar a responsabilidade do Juiz Eleitoral de Carauari, no tocante aos vícios e irregularida-

des constantes nas referidas urnas; transformar em diligência o recurso da FDP, pedindo a anulação da apuração da 50.ª Secção da 1.ª Zona Eleitoral.

SESSÃO SECRETA

Após os julgamentos, o Tribunal Regional Eleitoral esteve reunido em sessão secreta. A nossa reportagem, embora sem nenhuma confirmação, apurou que na reunião, foi dada ciência aos desembargadores e juizes, que o Supremo Tribunal Eleitoral não concordou com a dilatação de prazo solicitada pelo TRE para proclamação e diplomação dos eleitos no pleito de 3 de outubro, e que, em consequência da negativa, o desembargador Azarias Menescal de Vasconcelos quiz renunciar a presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

TARDE, não nos deram ciência do ocorrido, fato que repelimos a altura, pois este vespertino é um órgão de imprensa, tão vibrante e independente como os demais, que está sendo feito a custa de suor, dificuldades e sacrifícios;

c) Tomamos a desconsideração, como uma agressão moral ao nosso vespertino motivo pelo qual, mais uma vez afirmamos: **DEIXAMOS DE TOMAR CONHECIMENTO DO ROMPIMENTO ENTRE OS DEMAIS JORNAIS E O GOVERNO DO ESTADO,**

d) Continuaremos a nossa linha de **INDEPENDENCIA**, dentro do nosso

dando publicidade a toda e qualquer matéria, desde que seja assumida a responsabilidade pelo seu, ou seus signatários, pois assim procedendo estamos dentro dos ditames da imprensa, pondo as nossas colunas a favor da verdade, e do livre direito de defesa;

e) FOLHA DA TARDE, é um vespertino independente e nesta posição se manterá, custe o que custar. A desconsideração dos demais jornais de Manaus, responderemos com a nossa independência e vitória.

(Transcrito da «Folha da Tarde» de Manaus, de 4 de Dezembro de 1958).

Parte 1

Capítulo 5

A PAUTA DO TRE: RECURSOS, ATAS E A NOVELA DA DIPLOMAÇÃO

(5 - 8 de dezembro de 1958)

O DRAMA JURÍDICO

Paralelamente à guerra de palavras travada nas ruas e nas páginas do *Diário Oficial*, uma batalha mais silenciosa, mas igualmente decisiva, desenrola-se nos corredores do Tribunal Regional Eleitoral. A diplomacia do governador eleito, Gilberto Mestrinho, está suspensa por uma série de recursos impetrados pela oposição. O T.R.E. se torna o epicentro da crise, e cada decisão, cada adiamento, é imediatamente transformado em munição na guerra política. O *Diário Oficial* assume a tarefa de cobrir essa “novela da diplomacia”, não como observador isento, mas como protagonista que busca pressionar os juízes e moldar a opinião pública.

A justiça sob pressão

Desde o início da crise, o D.O. dedica uma seção específica para o “**MOVIMENTO NO T.R.E.**” (5/12/1958, p. 6). A cobertura é marcada pela impaciência e pela suspeita. O editorial “**Um Patife a serviço da confusão**” (6/12/1958, p. 6) já estabelecia o tom:

A eleição é do povo e não dos Juízes. O povo votou, o povo elegeu, e a vontade popular não pode ser garroteada pela burocracia judicial. O Tribunal Regional Eleitoral tem o dever de proclamar os eleitos, e não de procrastinar a decisão, a pretexto de examinar recursos que não têm o menor fundamento. (D.O.E, 1958, p.6)

O jornal publica notas sobre as sessões, os votos dos juízes e os argumentos dos advogados, sempre com inclinação favorável ao lado governista. Notas sobre “**SESSÃO SECRETA**” (5/12/1958, p. 6) e “**SOBRE O JULGAMENTO DOS RECURSOS EM PAUTA**” (5/12/1958, p. 6) alimentam uma atmosfera de conspiração, sugerindo que forças ocultas estão agindo nos bastidores para reverter o resultado da eleição.

A politização do judiciário e a tese da vontade popular soberana

A cobertura do T.R.E. pelo *Diário Oficial* é um caso exemplar de politização do Judiciário. A análise revela uma estratégia de pressão e deslegitimação:

- **O judiciário como antagonista:** O T.R.E. é sutilmente transformado em um antagonista da vontade popular. A lentidão do processo, natural em qualquer disputa jurídica complexa, é retratada como uma manobra deliberada para “garrotear” a decisão do povo. A narrativa do D.O. constrói uma dicotomia perigosa: de um lado, a vontade soberana do povo, expressa nas urnas; de outro, a burocracia e a formalidade da lei, que estariam a serviço da oposição.
- **Pressão sobre os juízes:** Ao publicar os nomes dos juízes, os detalhes das votações e as críticas veladas à demora, o D.O. exerce uma pressão direta sobre os membros do tribunal. Eles são lembrados, a cada edição, de que o “povo” está observando e que a paciência está se esgotando.
- **Simplificação da disputa jurídica:** A complexidade dos recursos eleitorais é ignorada. Para o *Diário Oficial*, a questão é simples: o povo elegeu Mestrinho, e qualquer obstáculo à sua diplomação é, por definição, ilegítimo e antidemocrático. Essa simplificação populista ignora o papel do Judiciário como garantidor da legalidade do processo eleitoral, reduzindo-o a um mero carimbador da vontade da maioria.

A CRISE SE APROFUNDA

A pressão sobre o T.R.E. não vem apenas do *Diário Oficial*. As manifestações de rua, os discursos na Assembleia e as moções de solidariedade sempre mencionam a necessidade de respeitar o resultado das urnas e de diplomar o governador eleito. A crise política, iniciada como uma briga entre o governo e a imprensa, transforma-se agora em uma crise institucional, com o Executivo e o Legislativo se unindo para pressionar o Judiciário. A estabilidade democrática do estado está em jogo, e a “novela da diplomação” é o seu capítulo mais tenso.

O vocabulário zoológico - Uma taxonomia dos insultos

O *Diário Oficial* cria um verdadeiro bestiário de insultos, utilizando metáforas animais para desumanizar seus adversários.

Essa taxonomia revela a sofisticação da estratégia de desumanização. Não se trata apenas de chamar o adversário de “rato”; trata-se de criar um universo simbólico completo, no qual o inimigo político é transformado em uma criatura repugnante, perigosa e digna de extermínio.

A rua e o tribunal

A segunda semana da crise (de 8 a 12 de dezembro) marca a consolidação das estratégias do governo. De um lado, a mobilização popular (real ou encenada) através de abaixo-assinados e moções, criando um “mapa de solidariedades” que isola a oposição. Do outro, a escalada brutal da linguagem, com o uso sistemático de insultos zoológicos que desumanizam os adversários. E, ao fundo, a pressão constante sobre o Tribunal Regional Eleitoral, usando a “vontade popular” como um aríete contra a legalidade.

O *Diário Oficial* torna-se, nesta fase, um instrumento total de guerra política. Ele não apenas ataca; ele humilha, ridiculariza e busca aniquilar moralmente seus inimigos. As histórias pessoais e familiares são expostas (ou inventadas), os escândalos, amplificados, e a reputação dos adversários, destruída página por página, dia após dia.

A guerra de palavras está longe de terminar. Nos próximos dias, a linguagem se tornará ainda mais agressiva, os ataques mais pessoais e a pressão sobre o Judiciário mais intensa. O Natal se aproxima, mas, em Manaus, o clima não é de paz, e sim de combate.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

O GOVÊRNO CONTINUA TRABALHANDO

Não foram poucos os que afirmaram alto e bom som, que, encerradas as eleições, o governador Plínio Coelho paralisaria todas as obras que vinha executando, pois sua intenção era apenas conseguir votos para o seu candidato, e não realmente servir ao Estado. Existiram também os que acreditaram nessa balela, mas, nada mais fácil que desmentir essas assertivas mentirosas, tão a gosto da oposição. Assim vejamos:

PONTE DE EDUCANDOS

Encontra-se praticamente concluída a grandiosa ponte que une os bairros de Cachoeirinha e Educandos, indiscutivelmente uma das obras de maior destaque do atual Governo, que, por si só, representaria a parcela de esforços dispendidos a prol da coletividade.

Ressalte-se porém que na administração passada, foram erguidos apenas parte dos pilares da ponte, e, demonstrando a marmelada reinante naquela época na CERA, foram gastos quinze milhões de cruzeiros. O Governo trabalhista, no entanto, construiu a ponte e gastou dezesseis milhões de cruzeiros. A diferença evidentemente é imensa.

ASFALTAMENTO

Dando sequência ao programa de asfaltamento das ruas de Manaus, esse trabalho continua sendo empreendido rigorosamente. Vêm de ser beneficiadas agora as ruas Major Gabriel, IPIXUANO, no centro, e outras localizadas nos bairros de Manaus.

BARCOS COLETORES DE LEITE

Já foram oficialmente entregues ao Governo do Estado, pelo Cônsul Geral da Dinamarca no Brasil, dr. Joseph Rainer, os barcos coletores de leite "Velho Lino" e "Coronel Medeiros", os quais, dentro em breve, estarão servindo à nossa população no tocante ao seu abastecimento.

UZINA DE PASTEURIZAÇÃO DE LEITE

Já está igualmente em estudos a construção da Usina de Pasteurização e Engarrafamento de Leite, que se diz do próprio governador Plínio Coelho, será o fecho de ouro de seu Governo, para cuja preparação do terreno as máquinas rodoviárias estão trabalhando na Ponta Pelada.

NO CEARÁ A COISA É DIFERENTE...

Por temerem FUTURAMENTE, por imaginarem que PUDESSE VIR ACONTECER, trespalmando covardia por todos os poros, os diretores de jornais de Manaus puseram a boca no mundo clamando por SOCORRO, dando a entender ao Brasil inteiro que não suportavam mais a peia...

Na realidade, continuavam trançando pernas pela nossa cidade, lépidos e lampeiros, sem que nada os importunasse, exclusivo, é óbvio, o peso das próprias consciências e o temor latente de que os seus atos podessem resultar algum mal.

Não sabemos com que inconfessáveis intenções, havia muito tempo, reuniram-se na Associação Amazonense de Imprensa,

quando combinaram, entre si, que NE-NHUMA publicação seria aceita pelos jornais, DESDE QUE CONTIVESSE ATAQUE SOBRE QUALQUER DÉLES, implantando, assim, em nossa terra um Sindicato da Chantage, um hediondo >trust<, um tirânico cartel contra as liberdades do povo.

Certos de que poderiam atacar impunemente todo o mundo, meteram mãos à obra, saqueando por todos os meios, impondo, sob ameaças, o que bem entendiam, sem que o povo tivesse meios de se defender. Contra esse estado de coisas é que se insurgiu o ilustre Governador Plínio Coelho, pois até o Governo não escapou à audácia do terrível cartel...

E no Ceará? Bem, no Ceará o Secretário de Segurança Pública arrancou de dentro de casa e meteu no xadrez um diretor de jornal, o senhor Salomão Maia, com a agravante do referido senhor ser DEPUTADO FEDERAL, fazendo o mesmo com outros jornalistas, segundo lemos no O JORNAL de Fortaleza.

E aqui mesmo entre nós, o próprio Coronel José Manoel Ferreira Coelho, observador das superiores autoridades da República, mandou levar para a câmara alguns elementos da imprensa que, ao seu ver, o estavam importunando, diante dos rapapés da imprensa dos chantagistas, que meteram a viola no saco...

Brasil em fora abundam os exemplos nesse sentido, sendo porém que, quando por aí gritam, os seguidores de Gutemberg estão na taca mesmo...

TAPEADOR CONTUMAZ

Procurado pelos financiadores de sua campanha, pálidos, esqueléticos e de olhos compridos, o tapeador e desonesto Paulo Nery, com a cara mais senvergonha do mundo declarou que poderiam ficar tranquilos, que ele iria ao Rio buscar o Diploma de Governador...

O Danilo Bicheiro deu uns saltinhos, olhou suplicante para o céu, soltou um suspiro comovente e pôs-se a roer as unhas. Os demais tomaram uma postura de mártir de prateleira e comportaram-se mais ou menos da mesma maneira...

Paulo Nery ladrão continuou, filtrando pelos bigodes de cerda as suas palavras mentirosas: —"É isso, meus amigos... Eu vou buscar o Diploma".

O que seria dos sabidos neste mundo se não fosse o número vultoso de otários? Não sabem, então, esses desfrutáveis que o Diploma é conferido aos eleitos pelo Tribunal Regional Eleitoral? Desconhecem, também, que a Proclamação, a cerimônia mais importante, é feita AQUI, por essa Corte de Justiça?!... Não perceberam nas palavras do Pinto a intenção ostensiva de tapeá-los?!...

Parte 1

Capítulo 6

NATAL EM CHAMAS

(13 - 24 de dezembro de 1958)

O CONTRASTE PERMANENTE

A terceira semana de dezembro marca uma mudança sutil, mas significativa, na estratégia do *Diário Oficial*. Se nas primeiras semanas a ênfase estava no ataque direto à imprensa e na mobilização popular, agora o jornal adota uma tática de contraste ainda mais acentuada: de um lado, páginas inteiras dedicadas às obras do governo (pontes, barcos coletores de leite, usinas de pasteurização); do outro, ataques cada vez mais virulentos e pessoais contra os adversários. A mensagem é clara: enquanto o governo trabalha e constrói, a oposição apenas conspira e rouba. O Natal se aproxima, mas, em Manaus, o clima não é de paz, e sim de combate intensificado.

A edição de 13 de dezembro (sábado) é exemplar dessa estratégia. A primeira página da “parte noticiosa não oficial” traz o título **“O GOVERNO CONTINUA TRABALHANDO”**, (p.6) seguido de uma lista de realizações: a Ponte de Educandos “praticamente concluída”, o asfaltamento de ruas, a entrega dos barcos coletores de leite “Velho Lino” e “Coronel Medeiros” e os estudos para a construção da Usina de Pasteurização de Leite. O tom é triunfal e didático, como se o jornal ministrasse uma aula de administração pública aos leitores.

Mas logo na sequência, na mesma edição, vem o ataque. O título **“Assassino, Ladrão e Mentiroso”** (p.7) é dedicado ao deputado federal Francisco Pereira da Silva (o “Chico Quiabo Carachué dos Passarinhos”), acusado de telegrafar mentiras sobre a situação em Manaus. E na página 8, o artigo **“Paulo Nery fez o pé de meia...”** narra, em detalhes, como o candidato opositor teria planejado um “golpe” para enriquecer às custas de sua campanha eleitoral.

As obras e os golpes

A seção **“O GOVERNO CONTINUA TRABALHANDO”** é uma peça de propaganda governamental que busca desmentir as acusações da oposição:

Não foram poucos os que afirmaram alto e bom som, que, encerradas as eleições, o governador Plínio Coelho paralisaria todas as obras que vinha executando, pois sua intenção era apenas conseguir votos para o seu candidato, e não realmente servir ao Estado. Existiram também os que acreditaram nessa balela, mas, nada mais fácil que desmentir essas assertivas mentirosas, tão a gênero da oposição. Assim vejamos: (D.O.E,1958, p. 6)

O texto então lista as obras, sempre com um tom de comparação favorável ao governo atual em detrimento do anterior:

Ponte de Educandos: Encontra-se praticamente concluída a grandiosa ponte que une os bairros de Cachoeirinha e Educandos, indiscutivelmente uma das obras de maior destaque do atual Governo, que, por si só, representaria a parcela de esforços dispendidos a prol da coletividade. Ressalte-se, porém, que na administração passada, foram erguidos apenas parte dos pilares da ponte, e, demonstrando a marmelada reinante aquela época na CERA, foram gastos quinze milhões de cruzeiros. O Governo trabalhista, no entanto, construiu a ponte e gastou dezesseis milhões de cruzeiros. A diferença evidentemente é imensa. (D.O.E,1958, p. 6)

A comparação é astuta: o governo anterior gastou 15 milhões e só ergueu ‘parte dos pilares’; o governo atual gastou 16 milhões e construiu a ponte inteira. A “diferença evidentemente é imensa” não está no valor gasto, mas na eficiência e na honestidade da gestão.

Sobre os **barcos coletores de leite**, o D.O. publica uma nota que mistura informação com propaganda:

BARCOS COLETORES DE LEITE: Já foram oficialmente entregues ao Governo do Estado, pelo Cônsul Geral da Dinamarca no Brasil, dr. Joseph Rainier, os barcos coletores de leite ‘Velho Lino’ e ‘Coronel Medeiros’, os quais, dentro em breve, servirão à zona população no tocante ao seu abastecimento. (D.O.E,1958, p. 6)

E sobre a **Usina de pasteurização de leite**:

USINA DE PASTEURIZAÇÃO DE LEITE: Já está igualmente em estudos a construção da Usina de Pasteurização e Engarrafamento de Leite, que a dizer do próprio governador Plínio Coelho, será o fecho de ouro de seu Governo, para cuja preparação do terreno as máquinas rodoviárias estão trabalhando na Ponta Pelada. (D.O.E,1958, p. 6)

A expressão “fecho de ouro” é reveladora: o governador, que está prestes a deixar o cargo, quer marcar sua administração com uma obra de impacto.

Mas logo após essa seção de propaganda positiva, vem o ataque. O artigo “**Paulo Nery fez o pé de meia...**” é uma acusação detalhada de fraude eleitoral e enriquecimento ilícito:

Em geral uma campanha política origina um naufrágio financeiro aos candidatos não batizados pelas mãos generosas da fortuna. Raro é aquele que ao término de uma refrega eleitoral pode dar-se ao luxo de gastos extraordinários. E isto numa campanha modesta, sem a utilização dos métodos mais modernos e por conseguinte mais caros, da propaganda eleitoreira. Calcule-se então os gastos de uma campanha para o Governo do Estado. Pode sentir-se feliz o candidato a curul governamental, que, após o pleito, possa normalmente pagar o aluguel de casa e garantir o sustento dos seus familiares. Com o sr. Paulo Nery, porém, sucedeu exatamente ao contrário. Antes da pugna eleitoral, o «humilde professorzinho» chorava miséria, dizia-se um homem pobre, sem disponibilidades financeiras inclusive para enfrentar os gastos de uma luta eleitoral. E, na realidade, não dispunha o fracassado candidato da F.D.P. de maiores reservas em dinheiro. (D.O.E, 1958, p. 8)

A narrativa então descreve o “golpe”: **COMO SE PLANEJA UM GOLPE:**

Ambicioso, porém, e justiça se lhe faça, nada tolo, o professorzinho Paulo Nery meteu na cachola a ideia de ser governador a qualquer preço. Uniu-se e nivelou-se espetacularmente aos gatunos da história política do Amazonas. Montou a sua arapuca no edifício Sant’Ana, chamou para o seu lado os bons ofícios do engenhoso Chico Orofino, e dispôs-se ao trabalho. Com muita lábia e promessas sensacionais (que no caso de sua eleição comprometeriam o erário público por vinte anos) armou o golpe. Lançou os bônus da vitória, espécie de conto do vigário já registrado nos anais da vida policial do Rio e São Paulo, e com eles arrecadou alguns milhões. Pressionou comerciantes com cantadas fortíssimas e embolsou outros milhões. Conquistou ainda novas benesses traduzidas em ricas abobrinhas com o Danilo bicheiro e iniciou a sua ruidosa campanha. (D.O.E, 1958, p. 8)

A acusação é grave: Paulo Nery teria lançado os chamados “bônus da vitória” (uma espécie de título que prometia retorno financeiro caso ele fosse eleito), descrito como “conto do vigário”, e teria arrecadado milhões com esse esquema. Além disso, teria pressionado comerciantes e feito negócios com “Danilo bicheiro” (um contraventor).

O artigo termina com um desfecho devastador:

Segundo cálculos que nos foram fornecidos por um próprio elemento da Frente Democrática Popular, o sr. Paulo Nery arrecadou cerca de dezoito milhões de cruzeiros e gastou aproximadamente dez milhões em sua propaganda. **As conclusões são lógicas. O candidato opositor não dormiu de touca, como se diz vulgarmente. Perdeu a eleição (nunca poderia ganhá-la), mas fez o seu pé de meia com os seus bem engendrados golpes.** Os seus correligionários, à exceção do Chico Orofino, controlador da verba, ficaram a ver navios. E como ainda assim se encontram e continuarão na mesma, sugerimos-lhes irem ao Roadway da Manaus Harbour para olharem de perto os modernos barcos coletores de leite que o governo adquiriu para beneficiar o povo. (D.O.E, 1958, p. 8)

A ironia final é cruel: enquanto Paulo Nery enriqueceu com seu “golpe”, seus correligionários “ficaram a ver navios”; mas o governo, que trabalha honestamente, adquiriu “modernos barcos coletores de leite” para beneficiar o povo. O contraste não poderia ser mais claro.

A tática do contraste e a narrativa do golpe

A estratégia do *Diário Oficial* nesta fase é a de criar um contraste moral absoluto entre o governo e a oposição. De um lado, o governo que **trabalha, constrói, entrega obras**; do outro, a oposição que conspira, rouba, planeja golpes. Essa dicotomia é reforçada pela estrutura das edições: obras na primeira página, ataques nas páginas seguintes. O leitor é levado a uma conclusão inevitável: o governo merece o apoio do povo, e a oposição merece o desprezo.

A narrativa do “golpe” de Paulo Nery é particularmente eficaz porque apela para um sentimento popular de indignação contra a corrupção. A acusação de que ele teria enriquecido às custas de comerciantes e eleitores ingênuos, usando um esquema de “bônus da vitória”, transforma o candidato oposicionista em vigarista, um trapaceiro que merece ser exposto e punido. A referência ao “Danilo bicheiro” adiciona uma camada de criminalidade à narrativa, sugerindo que Paulo Nery não apenas é corrupto, mas também está associado ao crime organizado.

A comparação com o Ceará

Um dos artigos mais reveladores desta fase é “NO CEARÁ A COISA É DIFERENTE”, que compara a situação em Manaus com a de outros estados:

Por temerem futuramente, por imaginarem que pudesse vir acontecer, trescalando covardia por todos os poros, os diretores de jornais de Manaus puseram a boca no mundo clamando por socorro, dando a entender ao Brasil inteiro que não suportavam mais a peia... Na realidade, continuavam trançando pernas pela nossa cidade, lépidos e lampeiros, sem que nada os importunasse, exclusive, é óbvio, o peso das próprias consciências e o temor latente de que os seus atos pudessem resultar algum mal. (...) E no Ceará? Bem, no Ceará o Secretário de Segurança Pública arrancou de dentro de casa e meteu no xadrez um diretor de jornal, o senhor Salomão Maia, com a agravante do referido senhor ser Deputado Federal, fazendo o mesmo com outros jornalistas, segundo lemos no O JORNAL de Fortaleza. E aqui mesmo entre nós, o próprio Coronel José Manoel Ferreira Coêlho, observador das superiores autoridades da República, mandou levar para a cadeia alguns elementos da imprensa que, ao seu ver, o estavam importunando, diante dos rapapés da imprensa dos chantagistas, que meteram a viola no saco... Brasil afora abundam os exemplos nesse sentido, sendo, porém, que, quando por aí gritam, os seguidores de Gutemberg estão na taca mesmo... (D.O.E, 1958, p. 6)

A mensagem é clara: em outros estados, jornalistas que atacam o governo são presos; em Manaus, eles “trançam pernas pela cidade, lépidos e lampeiros”, sem sofrer qualquer represália. A comparação busca mostrar que o governo Plínio Coelho é, na verdade, bastante tolerante, e que os jornalistas locais não têm do que reclamar.

cional do Jornalismo viajaram por conta da própria A. B. I., pondo-se a salvo, dessarte, de influências estranhas ao bom desempenho de sua missão esclarecedora.

De início, percorreram a cidade procurando ouvir o povo, em todas as suas camadas. Seguidamente, ouviram os diretores de jornais, de per si, gregos e troianos. Finalmente, depois de medirem e pesarem o material recolhido, chegaram à conclusão de que fora mesmo organizado um SINDICATO DA CHANTAGEM em nossa terra.

Ao diretor da «arapuca» A CRÍTICA, por exemplo, perguntaram quantos anos tinha de vida o seu jornal e, sabedores tratar-se de um jornal NOVO, pediram para ver a documentação referente à aquisição do seu soberbo patrimônio...

Ai o carro empacou. O esroque Calderaro prometeu mostrar a documentação solicitada e, dá hoje, dá amanhã, depois de andar da sala para a cozinha, acabou deixando os investi-

gadores na mais santa ignorância dos seus «negócios»...

Ao diretor de A TARDE pediram para ver o número de seu jornal, que dera motivo ao famoso BOLETIM distribuído pelo Governo, bem assim o citado Boletim, e até ontem que, hoje, pode ser que o chantagista ainda providencie o que lhe foi solicitado, mesmo porque os investigadores já foram embora...

Finalmente, a todos, interrogaram POR QUE recusaram publicar a NOTA do Governo do Estado agindo em Legítima Defesa, que não lhe podia ser negada, metendo todos a viola no saco...

Assim, a impressão levada pelos jornalistas do Sul, que só compreendem imprensa livre, e que julgam que só uma imprensa livre, em que todos disponham dos mesmos direitos, pode ser levada a sério, foi a pior possível, relativamente aos diretores de jornais de Manaus, não escondendo que, na reali-

dade, o PACTO existente de PROTEÇÃO MÚTUA ENTRE OS DIRETORES DE JORNAIS, constringia a livre manifestação de pensamento do Povo e o direito de legítima defesa do Governo. E concordaram que só o ESPÍRITO DE CHANTAGEM poderia levar os citados diretores a uma atitude dessa natureza, absolutamente contrária aos Direitos do Homem, face a sua intenção ostensiva de garroteamento dos direitos das gentes.

Verifica-se, assim, que os chantagistas foram buscar lá e saíram tosquiados, pois nenhuma imprensa sã do mundo seria capaz de ampará-los na defesa do triste e infamante CARTEL organizado para sufocar a liberdade do povo.

Evidentemente, o tiro saiu pela culatra, ficando a conduta espúria dos chantagistas absolutamente configurada no Relatório que os citados jornalistas apresentarão ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, logo cheguem à Capital da República.

Um Ladrão que fala em Povo

O hereditariamente cleptomaniaco Calderaro deslavado réu confesso de horroroso furto perpetrado por pessoa que concedeu e deu ao mundo sua execranda pessoa, volta a deblaterar na sua «arapuca» em vias de esgotamento de assunto melhor...

O ladrão de jóias, o famoso, repudiado e cretino Umbertinho das Jóias que não é rico de inteligência mas não é pobre de ladrocinho, vem de novo ao BATENTE como quem se apegua à última instância da compaixão inspirada pelos sujeitos que sofrem injustiça e clamam por, isso mesmo justiça quando, na verdade, merecem castigo e procuram, sub-repticiamente, tapear a opinião pública. E fala o ladrão de rutilantes pertences alheios em Povo, com P maiúsculo, procurando, evidentemente, levantar uma barreira de ponto vista favorável a ladrões, como o é o diretor de

«A Crítica», tão conhecido quanto execrado pela massa popular que não acredita em chantagistas postos abaixo de modo arrazador pelo inclito Governador Plínio Ramos Coelho, tendo a seu lado o predestinado Professor Gilberto Mestrinho, atual Presidente, em exercício, do glorioso e invencível PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NO AMAZONAS.

Fala em povo como se pudesse o «pintoso» ladrão da «imprensa» regional, já condenada pela comissão de jornalistas sulinos convidada para opinar em caso «sui generis» a respeito de chantagistas e que ficou agora estareçada diante de tanta safadeza cometida no norte-extremo do Brasil, como em Manaus, conseguir algo a seu favor. É de se soltar gargalhadas enormes... O Ladrão com L

tia procurando dar-lhe assistência material e moral, sem nunca pensar em maquinações cretinas como as dos Calderaros, que nada constroem e apenas sabem insuflar as massas quando elas estão do lado de PLÍNIO e de GILBERTO, homens de bem e de boa conduta sem rabo de palha como esse filho de ladrão e de receptor de jóias, transformado da noite para o dia em dono de jornal, apesar de analfabeto de pai e de mãe. Jamais deve-

ria ele falar em povo, porque indigno de ao menos dirigir-se ao Povo do Amazonas, porque, inclusive, interesseiro e safado e sempre a serviço de interesses malsãos como o de enriquecer à custa do sacrifício de gente humilde pela proteção de um prefeito inepto movido pelo desejo apenas de amparar ladrões sem origem senão a de família. Voltaremos a escalar o novo rico da «imprensa» desta terra no próximo número.

DEPUTADO

Arthur Virgílio

Encontra-se em Manaus, desde anteontem, o ilustre deputado Arthur Virgílio Filho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, e eleito, recentemente, deputado federal pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro.

Regressa o prestigioso deputado a Manaus, após curta permanência no Rio de Janeiro, onde esteve a tratamento de saúde, tendo sido recebido festivamente no aeroporto da Ponta Pelada por seus inúmeros amigos e correligionários políticos.

O «DIÁRIO OFICIAL» registra

Conversa na Assembléia

Então o «velhinho» não quis trabalhar para se reeleger, alegando estar de saco cheio?

E' verdade! Ele tem razão de falar assim, porque teve muito tempo para encher vários sacos, durante 40 anos de «atividade».

E agora?

Se contenta em digerir o conteúdo dos sacos, mas está indignado porque pa-zeram gato na casa.

E daí?

Ora, ora! Onde tem gato não aparece morganho, homem!

PLANTÃO DE FARMÁCIA

O PLANTÃO noturno de hoje será

Parte 1

Capítulo 7

O LÉXICO DO ATAQUE: “UM LADRÃO QUE FALA EM POVO”

(22 - 24 de dezembro de 1958)

O NATAL DA INFÂMIA

A véspera de Natal de 1958 em Manaus não é marcada por mensagens de paz e fraternidade, mas por um dos ataques mais virulentos já publicados pelo *Diário Oficial*. O título “UM LADRÃO QUE FALA EM POVO” ocupa a manchete da edição de 24 de dezembro, uma quarta-feira, dia em que normalmente as famílias se preparam para a ceia natalina. Mas o D.O.E. não está interessado em celebrações; está interessado em destruir, moral e publicamente, Umberto Calderaro Filho.

O artigo é uma obra-prima de ódio destilado, uma peça que combina acusações criminais, insultos pessoais e ataques à família do jornalista. A linguagem é tão violenta que chega a chocar, mesmo diante dos padrões já estabelecidos pelo jornal. É o ápice da guerra de palavras, o momento em que o *Diário Oficial* abandona qualquer pretensão de civilidade e se entrega completamente à lógica da aniquilação moral do adversário.

O ladrão com L maiúsculo

O artigo “UM LADRÃO QUE FALA EM POVO” merece ser reproduzido em extensão, pois é um dos textos mais representativos da estratégia do *Diário Oficial*:

O hereditariamente cleptomaniaco Calderaro, deslavado réu confesso de horroroso furto perpetrado por pessoa que concedeu e deu ao mundo sua execranda pessoa, volta a deblaterar na sua arapuca em vias de esgotamento de assunto melhor... O ladrão de joias, o famoso, repudiado e cretino Umbertinho das joias, que não é rico de inteligência, mas não é pobre de ladroeira, vem de novo ao BATENTE como quem se apegua à última instância da compaixão inspirada pelos sujeitos que sofrem injustiça e clamam por isso mesmo justiça quando, na verdade, merecem castigo e procuram, sub-repticiamente, tapear a opinião pública. E fala o ladrão de rutilantes pertences alheios em Povo, com P maiúsculo, procurando, evidentemente, levantar uma barreira de ponto de vista favorável a ladrões, como o é o diretor de A Crítica, tão conhecido quanto execrado pela massa popular que não acredita em chantagistas postos abaixo de modo arrasador pelo ínclito Governador Plínio Ramos Coelho, tendo a seu lado o predestinado Professor Gilberto Mestrinho, atual Presidente, em exercício, do glorioso e invencível PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO NO AMAZONAS. (D.O.E, 1958, p. 2)

O texto continua, sem dar trégua:

Fala em povo como se pudesse o pintoso ladrão da imprensa regional, já condenada pela comissão de jornalistas sulinos convidada para opinar em caso sui generis a respeito de chantagistas e que ficou agora estarecida diante de tanta safadeza cometida no extremo-norte do Brasil, como em Manaus, conseguir algo a seu favor. É de se soltar gargalhadas enormes... **O Ladrão com L maiúsculo Calderaro jamais deveria referir-se a POVO, porque o Povo está com o Governo Trabalhista**, que o prestigia e o traz sob o signo da amizade e da simpatia procurando dar-lhe assistência material e moral, sem nunca pensar em maquinações cretinas como as dos Calderaros, que nada constroem e apenas sabem insuflar as massas quando elas estão do lado de PLINIO e de GILBERTO, homens de bem e de boa conduta sem rabo de palha como esse **filho de ladrão e de receptador de joias, transformado da noite para o dia em dono de jornal, apesar de analfabeto de pai e de mãe**. Jamais deveria ele falar em povo, porque indigno de ao menos dirigir-se ao Povo do Amazonas, porque, inclusive, interesseiro e safado e sempre a serviço de interesses malsãos como o de enriquecer à custa do sacrifício de gente humilde pela proteção de um prefeito inepto movido pelo desejo apenas de amparar ladrões sem origem senão a de família. Voltaremos a escalar o novo rico da imprensa desta terra no próximo número. (D.O.E, 1958, p. 2)

A escalada da violência verbal e a destruição da reputação familiar

O artigo “UM LADRÃO QUE FALA EM POVO” representa o ápice da estratégia de destruição moral do *Diário Oficial*. A análise revela várias camadas de ataque:

1. A hereditariedade do crime

A expressão “**hereditariamente cleptomaniaco**” e a referência a “horroroso furto perpetrado por pessoa que concedeu e deu ao mundo sua execranda pessoa” são ataques diretos à mãe de Umberto Calderaro. A acusação é de que a mãe de Calderaro teria cometido um furto (provavelmente de joias), e que essa “tendência” ao crime teria sido herdada pelo filho. Essa estratégia de atacar a família, e especialmente a mãe, é particularmente cruel e eficaz, pois atinge o adversário em seu ponto mais vulnerável: a honra familiar.

A expressão “filho de ladrão e de receptador de joias” reforça essa ideia, sugerindo que Calderaro não apenas herdou a “cleptomania”, mas também se beneficiou diretamente dos crimes da família, recebendo ou vendendo as joias roubadas.

2. A Inversão da legitimidade

O título do artigo — “UM LADRÃO QUE FALA EM POVO” — é uma inversão deliberada da legitimidade política. Calderaro, como diretor de um jornal, tradicionalmente se posicionaria como porta-voz do povo, fiscalizando o poder. Mas o *Diário Oficial* inverte essa relação: Calderaro é um “ladrão” que não tem o direito de falar em nome do povo, porque o povo está do lado do governo. A frase “O Ladrão com L maiúsculo Calderaro jamais deveria referir-se a POVO, porque o Povo está com o Governo Trabalhista” é uma negação total da legitimidade do adversário.

3. A Aniquilação intelectual e social

A acusação de que Calderaro é “analfabeto de pai e de mãe” é um ataque à sua competência intelectual e à sua origem social. A mensagem é clara: Calderaro não tem educação, não tem cultura, não tem origem respeitável; ele é um “novo rico” que se enriqueceu de forma ilícita e que não merece o respeito da sociedade.

A promessa final “Voltaremos a escalar o novo rico da imprensa desta terra no próximo número” é uma ameaça de que os ataques continuarão, de que não haverá trégua, de que a destruição moral será total.

A visita dos jornalistas da ABI

Paralelamente aos ataques, o *Diário Oficial* publica uma nota sobre a visita de três jornalistas da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que vieram a Manaus para investigar a crise entre o governo e a imprensa local. A nota, intitulada “UM TIRO PELA CULATRA” afirma que os jornalistas teriam concluído que existe, de fato, um “sindicato da chantagem” em Manaus:

Chegaram os jornalistas designados pela Associação Brasileira de Imprensa, especialmente incumbidos de aclarar, em seus aspectos reais, os acontecimentos verificados em Manaus, entre os diretores de jornais e o Governo do Estado. Contrariamente ao que se anunciou, os três representantes da Mentora Nacional do Jornalismo viajaram por conta da própria A. B. I., pondo-se a salvo, de influências estranhas ao bom desempenho de sua missão esclarecedora. De início, percorreram a cidade procurando ouvir o povo, em todas as suas camadas. Seguidamente, ouviram os diretores de jornais, de per si, gregos e troianos. Finalmente, depois de medirem e pesarem o material recolhido, chegaram à conclusão de que fora mesmo organizado um SINDICATO DA CHANTAGEM em nossa terra. (D.O.E, 1958, p. 1)

A nota prossegue descrevendo as perguntas feitas pelos jornalistas da ABI aos diretores de jornais locais:

Ao diretor da arapuca A CRÍTICA, por exemplo, perguntaram quantos anos tinha de vida o seu jornal e, sabedores tratar-se de um jornal NOVO, pediram para ver a documentação referente à aquisição do seu soberbo patrimônio... Aí o carro empacou. O escroque Calderaro prometeu mostrar a documentação solicitada e, dá hoje, dá amanhã, depois de andar da sala para a sala, deixando os investigados na mais santa ignorância dos seus negócios... Ao diretor de A TARDE pediram para ver o número de seu jornal, que dera motivo ao famoso BOLETIM distribuído pelo Governo, bem assim o citado Boletim, e até ontem que, hoje, pode ser que o chantagista ainda providencie o que lhe foi solicitado, mesmo porque os investigadores já foram embora... Finalmente, a todos, interrogaram POR QUE recusaram publicar a NOTA do Governo do Estado agindo em Legítima Defesa, que não lhe podia ser negada, metendo todos a viola no saco... (D.O.E, 1958, p. 2)

A conclusão da nota é triunfal:

Assim, a impressão levada pelos jornalistas do Sul, que só compreendem imprensa livre, e que julgam que só uma imprensa livre, em que todos disponham dos mesmos direitos, pode ser levada a sério, foi a pior possível, relativamente aos diretores de jornais de Manaus. Verificaram, com clareza meridiana, o PACTO existente de PROTEÇÃO MÚTUA ENTRE OS DIRETORES DE JORNAIS, constringia a livre manifestação de pensamento do Povo e o direito de legítima defesa do Governo. E concordaram que só o ESPÍRITO DE CHANTAGEM poderia levar os citados diretores a uma atitude dessa natureza, absolutamente contrária aos Direitos do Homem, face a sua intenção ostensiva de garroteamento dos direitos das gentes. Verifica-se, assim, que os chantagistas foram buscar lâ e saíram tosquiados, pois nenhuma imprensa sadia do mundo seria capaz de ampará-los na defesa do triste e infamante CARTEL, organizado para sufocar a liberdade do povo. Evidentemente, o tiro saiu pela culatra, ficando a conduta espúria dos chantagistas absolutamente configurada no Relatório que os citados jornalistas apresentarão ao Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, logo cheguem à Capital da República. (D.O.E, 1958, p. 1)

A narrativa apresentada pelo *Diário Oficial* é a de uma vitória completa: os jornalistas da ABI, que supostamente viriam para investigar os “abusos” do governo, teriam concluído que o problema está na imprensa local, e não no governo. O “tiro saiu pela culatra” para os jornalistas locais, que agora estariam desmoralizados nacionalmente.

As histórias escandalosas: Paulo Nery, Danilo Bicheiro e os bônus da vitória

O período de 13 a 24 de dezembro trouxe novas histórias escandalosas, focadas principalmente em Paulo Nery, o candidato oposicionista derrotado. Abaixo, os detalhes mais picantes:

O golpe dos “Bônus da vitória”

Uma das acusações mais graves contra Paulo Nery é a de que ele teria lançado “bônus da vitória” para arrecadar dinheiro durante a campanha eleitoral. Segundo o *Diário Oficial*, esses bônus eram uma espécie de “conto do vigário”:

Com muita lábia e promessas sensacionais (que no caso de sua eleição comprometeriam o erário público por vinte anos) armou o golpe. **Lançou os bônus da vitória, espécie de conto do vigário já registrado nos anais da vida policial do Rio e São Paulo, e com eles arrecadou alguns milhões.** Pressionou comerciantes com cantadas fortíssimas e embolsou outros milhões. (D.O.E, 1958, p. 8)

Em outra ocasião, o D.O. menciona que um dos apoiadores de Paulo Nery teria conseguido “cerca de doze milhões de cruzeiros” apenas com a promessa de “futuros fornecimentos”:

Só nesse bloquinho, o doido da Dr. Moreira conseguiu (pasmem os leitores) sem documento, apenas com a promessa de futuros fornecimentos, cerca de doze milhões de cruzeiros!!! isso sem contar a não menos expressiva quantia resultante da ‘arapuca’, contra a qual prevenimos o povo em tempo hábil, que o Pati fórum denominou de Bônus da Vitória. (D.O.E, 1958, p. 8)

A acusação é de que Paulo Nery teria vendido títulos que prometiam retorno financeiro caso ele fosse eleito, mas que, na verdade, eram apenas uma forma de arrecadar dinheiro ilegalmente. O esquema é comparado a um “conto do vigário”, sugerindo tratar-se de uma fraude bem conhecida.

Danilo bicheiro e as “Ricas abobrinhas”

O *Diário Oficial* também afirma que Paulo Nery teria feito negócios com “Danilo bicheiro”, um conhecido contraventor:

“Conquistou ainda novas benesses traduzidas em ricas abobrinhas com o **Danilo bicheiro** e iniciou a sua ruidosa campanha.” (D.O.E, 1958, p. 8)

A expressão “ricas abobrinhas” sugere que Paulo Nery teria recebido dinheiro ou favores de Danilo, que era conhecido por explorar o jogo do bicho (uma contravenção penal no Brasil).

A associação com um “bicheiro” adiciona uma camada de criminalidade à narrativa sobre Paulo Nery.

Paulo Nery “Fez o pé de meia” e fugiu

Segundo o *Diário Oficial*, Paulo Nery teria arrecadado cerca de 18 milhões de cruzeiros e gastado apenas 10 milhões em sua campanha, embolsando a diferença:

Segundo cálculos que nos foram fornecidos por um próprio elemento da Frente Democrática Popular, o sr. Paulo Nery arrecadou cerca de dezoito milhões de cruzeiros e gastou aproximadamente dez milhões em sua propaganda. **As conclusões são lógicas.** O candidato opositor não dormiu de touca, como se diz vulgarmente. Perdeu a eleição (nunca poderia ganhá-la), mas fez o seu pé de meia com os seus bem engendrados golpes. (D.O.E, 1958, p. 8)

E mais adiante, o D.O. afirma que Paulo Nery teria fugido para o Sul do país com o dinheiro:

Após isso, um outro confronto. Como agiu o sr. Paulo Nery, no decorrer dos julgamentos? Quem o desconhece? Suas atitudes foram as de um débil mental. Zombava da Justiça eleitoral. Dizia-se e diz ainda Governador. Lançou os mais torpes boatos. Depois disso, aviou com a família para o Sul do País, levando consigo os milhões que embolsou na campanha, como fruto do hábil golpe que planejou contra comerciantes e os seus incautos liderados. Foi embora, ninguém se iluda, dificilmente retornará ao Amazonas. (D.O.E, 1958, p. 6)

A narrativa é devastadora: Paulo Nery não apenas perdeu a eleição, mas também enganou seus próprios apoiadores, roubou dinheiro de comerciantes e fugiu do estado com o produto de seus “golpes”.

Chico Orofino: O controlador da verba

O *Diário Oficial* menciona que apenas “Chico Orofino”, descrito como “controlador da verba”, teria se beneficiado junto com Paulo Nery:

“Os seus correligionários, à exceção do Chico Orofino, controlador da verba, ficaram a ver navios.” (D.O.E, 1958, p. 8)

A sugestão é de que Chico Orofino era o “caixa” da campanha e que ele e Paulo Nery teriam dividido o dinheiro arrecadado ilegalmente, deixando os demais apoiadores sem nada.

O bestiário expandido - novos personagens e novos insultos

O período de 13 a 24 de dezembro trouxe novos personagens ao bestiário do *Diário Oficial*, cada um com seus insultos específicos:

Joel Ferreira da Silva: O “Zogue-Zogue”

Joel Ferreira da Silva, um deputado que rompeu com o PTB, é descrito como um “Zogue-Zogue” (um tipo de macaco) e um “preá” (um roedor):

Com arrogâncias de CID, o campeador, com a bravura de um Guilherme Tell, o poder destruidor do Sargento York, as bravatas de D'Artagnan, Joel Ferreira da Silva, na Assembleia Legislativa, um autêntico Zogue-Zogue por fora e legítimo preá por dentro, bateu falatório de homenzinho, desafiando a maioria dessa Casa Legislativa para pelear... Escorraçado das hostes petebistas como traidor, o homúnculo, insignificante de todos os pontos de vista, ameaçou pôr matos abaixo, abalar os fundamentos do poder que representa, para esculachar os deputados fiéis ao Governo, embora a sua atitude, conforme suas próprias declarações, vá desmoralizar a Assembleia... (D.O.E, 1958, p. 4)

A descrição é cômica e cruel ao mesmo tempo, retratando Joel como um animal pequeno e covarde que finge ser corajoso.

Antovila Mourão Vieira: O “Senador bestalhão”

Antovila Mourão Vieira, um senador que rompeu com o governo, é chamado de “Bestalhão”, um termo que ele mesmo teria usado para se descrever:

O da Póvoa, Senador por acaso, que a si mesmo se chama de ‘BESTALHÃO’, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sem o calor do qual nunca o trêfego ‘salta-pocinhas’ sairia do ovo, anda lá pelo Sul metido a ‘líder’ em nossa terra, onde não possui sequer um humílico ramo de figueira, para enforçar a sua figura de uma sordidez repugnante a todos os aspectos. (D.O.E, 1958, p.8)

O *Diário Oficial* usa o termo “Bestalhão” repetidamente, transformando-o em uma marca registrada do senador. Outras expressões usadas incluem:

- “Salta-pocinhas”: Sugerindo que ele é um oportunista que pula de um lado para o outro.
- “Senador por acaso”: Sugerindo que sua eleição foi um acidente ou um golpe de sorte.
- “Anjo rebelado”: Uma referência a Lúcifer, o anjo que se rebelou contra Deus.

O *Diário Oficial* também publica histórias escandalosas sobre Antovila, acusando-o de ter mandado jogar “enorme quantidade de sacas de açúcar e de leite condensado” na baía do Rio Negro durante a Segunda Guerra Mundial, quando era prefeito de Manaus, para favorecer o mercado negro:

Dizendo-se o ‘maior del mundo’, o ‘primus inter pares’, o caído do céu por descuido, o Senador Bestalhão esqueceu, lamentavelmente, de aludir ao tempo da última guerra quando, como Prefeito de Manaus e sabujo do senhor Álvaro Maia, mandou jogar na baía do Rio Negro enorme quantidade de sacas de açúcar e de leite condensado, enquanto o povo sofria a falta desses produtos, sob a alegação de que estavam estragados, para favorecer, por essa forma, a alta dos referidos artigos no mercado negro. (D.O.E, 1959, p.1)

Incitatus: O cavalo do senado romano

O *Diário Oficial* recorre a uma referência erudita ao comparar o senador Antovila a Incitatus, o cavalo que o imperador romano Calígula teria nomeado cônsul:

Pela verborragia aretínica do CHICO QUIABO, mais artista do picadeiro do que parlamentar, acolhido pela pataratada do senador BESTALHÃO, **émulo do INCITATUS, que também relinchou no senado da antiga Roma**, pode-se muito bem imaginar o mar de misérias morais, com que tentaram desferir o golpe da intervenção federal na autonomia do Estado. (D.O.E, 1958, p.8)

A comparação é devastadora: Antovila não é apenas um mau político; ele é comparado a um cavalo, um animal irracional que “relincha” no Senado.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

ESTREBUCHAMENTO DE UM RATO

O inepto "jornalista" Calderaro receptor de jóias furtadas por pessoa de sua família, o que explica e justifica plenamente a sua ratonice hereditária, instalando-se rápida e prosperamente na vida com a sua "arapuca" em forma de jornal, deu à estampa na sua armadilha de escar incertos e enganar o próximo, insultos dirigidos aos redatores do "Diário Oficial" do Estado.

Ora, francamente, que o rato pintado Calderaro deu uma fora, como se diz na gíria, porque o responsável pelo órgão, é a própria administração do Governo na pessoa do governador Plínio Coêlho, contra quem o ratoneiro nada tem a dizer, senão chorar copiosamente a falta da "gaita" que já pensava tomar através de sua "arapuca", à guisa do que fez antes, sobretudo nos governos que infelicitaram o Amazonas ao tempo alvarista e quejandos...

Já o mesmo não se pode dizer com o Calderaro. Tem-se que ofender de qual-

quer modo os surlistas da "arapuca" da Lobo Dalmada, pois, como se sabe o rato que estrebucha só tem habilidade para furtar, ignorando o que é jornalismo e nada sabendo escrever. E, como tal, é

o único que ainda estrebucha, como tartaruga na face para gáudio da gente honrada representada pelo povo amazonense.

ASSESSORES TÉCNICOS DO GOVERNO NÃO SERÃO POLÍTICOS

Sabendo que lhes estão definitivamente fechados os cofres públicos e que em razão disso irão passar maus momentos, já que suas chantagens não mais serão aceitas por ninguém em nossa terra, as arapucas "A Crítica" e "Jornal do Comércio", edição de ontem, tecera, desalrosos comentários acerca da criação, pelo Governo do Estado, com aprovação da Assembléia, Assessoria Técnica do Estado, com três membros.

Desconhecem por certo os chantagistas Barahuna e Calderaro (este último também ladrão de jóias), que existem em todos os Estados essas Assessorias Técnicas, cuja missão é a de assessorar o Executivo nas questões técnicas, a fim de impedir falhos governamentais.

E a Assessoria Técnica foi criada em nosso Estado visando que o Governo melhor ainda desempenhe as suas funções em defesa do povo, não permitindo, inclusive, o retorno dos chantagistas nos

cofres públicos, o que ocorria nos "idos do sr. Alvaro Maia".

Por outro lado, adiantamos ainda que nenhum político será nomeado para a Assessoria. Os escolhidos, elementos apartidários, perfeitamente capazes de desempenhar com brilho as suas funções, para desespero da fedepulhada impenitente.

Navegação Aérea

PANAIR DO BRASIL

Gerência,	2719
Passagens,	2574
Aeroporto,	2181

CRUZEIRO DO SUL

Expediente,	2354
Passagens,	2132
Aeroporto,	2124

REAL AEROVIAS

Gerência,	2590
-----------	------

LOIDE AÉREO

Passagens,	2816
Informações,	1796
Aeroporto,	2124

PLANTÃO DE FARMACIA

O PLANTÃO noturno de hoje será feito pela "FARMÁCIA BARÊS", sito à Rua Major Roeha dos Santos, 38 — FONE, 17-39

GARAGES DE AUTOMOVEIS

Avenida,	1109
Brasil,	2868
Central,	1744
Sportiva,	1183
Ford,	1743
Moderna,	1748
Rio Negro,	1117
Tartaruga,	1119
União,	1108

Secretarias Econômicas

Ao contrário do que apregôaram os jornais do Sindicato da Chantagem, a criação das Assessorias Técnicas do Governo, que serão preenchidas por TÉCNICOS e não por POLÍTICOS, importará em economia para os cofres, não alterando as rendas do Estado, uma vez que essa despesa, com larga margem, será coberta pela economia feita com os pagamentos dos jornais que, como se evidencia do que recebeu a "arapuca" de Chantagista Calderaro, no Governo Passado, por si só bastaria para atender a essa despesa...

Parte 1

Capítulo 8

“ESTRIBUCHAMENTO DE UM RATO”

(2 - 20 de janeiro de 1959)

O ANO NOVO E A CONTINUAÇÃO DA GUERRA

O ano de 1959 começa em Manaus sem trégua na guerra de palavras. O Natal passou, mas a paz não chegou. O *Diário Oficial* retoma suas publicações no dia 2 de janeiro (sexta-feira) com um título que resume perfeitamente a estratégia para o novo ano: “ESTRIBUCHAMENTO DE UM RATO”. A palavra “estribuchamento” — que significa a agitação convulsiva de um animal moribundo — é usada para descrever Umberto Calderaro, que, segundo o D.O., está em seus últimos momentos de resistência.

Janeiro é o mês decisivo. No dia 31, Plínio Coelho deve passar a faixa de governador para seu sucessor, Gilberto Mestrinho. Mas há um problema: Mestrinho ainda não foi diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A demora na diplomação cria uma tensão crescente, e o *Diário Oficial* passa a pressionar o TRE abertamente, acusando-o de “procrastinação” e de estar sob influência da oposição.

Paralelamente, os ataques pessoais continuam, agora com uma intensidade ainda maior. O vocabulário zoológico se expande com novas variações: o “rato” não é mais apenas um “rato”, mas um “rato pintado”, um “rato imundo”, um “rato agoniado”, um “rato com eclâmpsia”. A linguagem médica é usada para sugerir que os adversários estão doentes, em convulsão, à beira da morte moral e política.

O rato que estrebucha

O artigo “ESTRIBUCHAMENTO DE UM RATO” abre o ano com uma acusação direta:

O inepto ‘jornalista’ Calderaro, receptador de joias furtadas por pessoa de sua família, o que explica e justifica plenamente a sua ratonice hereditária, instalando-se rápida e prosperamente na vida com a sua ‘arapuça’ em forma de jornal, deu à estampa na sua armadilha de caçar incautos e enganar o próximo, insultos dirigidos aos redatores do *‘Diário Oficial’* do Estado. Ora, francamente, que o rato pintado Calderaro deu uma fora, como se diz na gíria, porque o responsável pelo órgão é a própria administração do Governo na pessoa do governador Plínio Coelho, contra quem o rato-neiro nada tem a dizer, senão chorar copiosamente a falta da ‘gaita’ que já pensava tomar através de sua ‘arapuça’, à guisa do que fez antes, sobretudo nos governos que infelicitaram o Amazonas ao tempo alvarista e quejandos... (D.O.E, 1959, p.4)

A expressão “ratonice hereditária” reforça a ideia de que Calderaro herdou a tendência ao crime de sua família. A referência à “gaita” (gíria para dinheiro) sugere que Calderaro está desesperado porque perdeu sua fonte de renda ilícita, que era a chantagem contra o governo.

O artigo continua com uma descrição cruel do estado de Calderaro:

Já o mesmo não se pode dizer com o Calderaro. Tem-se que ofender de qualquer modo os suelistas da ‘arapuça’ da Lobo D’Almada, pois, como se sabe, o rato que estrebucha só tem habilidade para furtar, ignorando o que é jornalismo e nada sabendo escrever. E, como tal, é o único que ainda estrebucha, como tartaruga na faca, para gáudio da gente honrada representada pelo povo amazonense” (D.O.E, 1959, p. 4)

A imagem da “tartaruga na faca” é particularmente violenta, sugerindo um animal sendo abatido, em seus últimos momentos de agonia. A mensagem é clara: Calderaro está morrendo, moral e politicamente, e o povo assiste a esse espetáculo com satisfação.

Um rato do avesso e um rato com eclâmpsia

Nos dias seguintes, o *Diário Oficial* publica novos artigos com variações do tema do “rato”:

“UM RATO DO AVESSO”

O ladrão de joias e do erário público Umberto Calderaro Filho, vice-líder dos chantagistas amazonenses (há muito ele cobiça a liderança mas desbancar o Aristóphano Antony não é tarefa fácil), com o cinismo que o caracteriza, resolveu agora investir contra os redatores do *Diário Oficial*, profissionais da imprensa que não aceitaram o julgo odioso do Sindicato da Calúnia e da Chantagem e se dispuseram a mostrar ao povo o caráter odioso dos diretores de jornal de Manaus, autênticos cretinos a desserviço da coletividade, jornalistas que não se pejaram inclusive de garrotear a liberdade de imprensa, formando um conluio antidemocrático, um cartel negro, onde eles, os puros, não poderiam receber ataques profanos. (D.O.E, 1959, p. 4)

O artigo então desafia Calderaro a provar sua competência intelectual:

Enganou-se o imundo rato pintado. Não temos rabo de palha, como ele. Nunca furtamos os cofres públicos. Jamais roubamos joias para vendê-las. Em tempo algum prestamos serviços aos inimigos do Estado do Amazonas, os srs. Presidente do B.C.A. e Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Tampouco solicitamos a alguém para escrever os nossos conceitos. Conquanto não ‘imortais’, podemos asseverar que não somos analfabetos. Para medir a estatura mental, reptamos ao analfabeto e ladrão Calderaro a submeter-se conosco, diante de uma Banca Examinadora, a um exame, desde o simples ditado às questões mais profundas da gramática. (D.O.E, 1959, p. 4)

O desafio é humilhante: Calderaro é chamado de “analfabeto” e desafiado a fazer um “simples ditado” para provar que sabe escrever. A sugestão é de que ele não escreve seus próprios artigos, mas contrata “suelistas” (redatores pagos) para fazê-lo.

“UM RATO COM ECLÂMPsia”

“e o seu vitorioso candidato ao Governo do Estado, recheando de maliciosas insinuações a sua algaravia, valendo-se da ausência de ambos, que se encontram, no momento, em Brasília, com o Presidente da República.” (D.O.E, 1959, p. 4)

A linguagem médica (“eclâmpsia”, “convulsões”, “peçonha”) é usada para sugerir que Calderaro está doente, envenenado por seu próprio ódio. A imagem é de um animal que, ao tentar morder seus inimigos, acaba se envenenando.

A ESTRATÉGIA DA DESUMANIZAÇÃO TOTAL

Os artigos de janeiro de 1959 representam o ápice da estratégia de desumanização do *Diário Oficial*. Calderaro não é mais apenas comparado a um rato; ele é descrito como um rato moribundo, em convulsão, envenenado, à beira da morte. A linguagem zoológica se combina com a linguagem médica para criar uma imagem de um ser patético, repugnante e digno de pena.

A estratégia tem vários objetivos:

- **Deslegitimar o adversário:** Ao descrever Calderaro como um “analfabeto” que não sabe escrever, o D.O. questiona sua competência como jornalista e sua legitimidade como porta-voz da opinião pública.
- **Inverter a narrativa da vitimização:** Calderaro e os outros jornalistas locais se apresentam como vítimas de perseguição do governo. O D.O. inverte essa narrativa, apresentando-os como chantagistas que estão sendo desmascarados e que, por isso, estão em desespero.
- **Criar uma sensação de inevitabilidade:** A imagem do “rato que estrebucha” sugere que a derrota de Calderaro é inevitável, que ele está em seus últimos momentos, que a luta já acabou. Isso serve para desmoralizar o adversário e para tranquilizar os apoiadores do governo.

A assessoria técnica e a economia

Paralelamente aos ataques, o *Diário Oficial* publica notas sobre a criação de uma “Assessoria Técnica do Estado”, uma medida que a oposição critica como desperdício de dinheiro público. O D.O. responde com uma defesa que mistura argumentos técnicos com ataques pessoais:

Desconhecem por certo os chantagistas Barahuna e Calderaro (este último também ladrão de joias), que existem em todos os Estados essas Assessorias Técnicas, cuja missão é a de assessorar o Executivo nas questões técnicas, a fim de impedir falhas governamentais. E a Assessoria Técnica foi criada em nosso Estado visando que o Governo melhor ainda desempenhe as suas funções em defesa do povo, **não permitindo, inclusive, o retorno dos chantagistas aos cofres públicos, o que ocorria nos ‘idos do sr. Álvaro Maia’.** Por outro lado, adiantamos ainda que nenhum político será nomeado para a Assessoria. Os escolhidos, elementos apartidários, perfeitamente capazes de desempenhar com brilho as suas funções para desespero da fedepulhada impenitente. (D.O.E, 1959, p. 4)

E sobre a economia que a medida traria:

Ao contrário do que apregoaram os jornais do Sindicato da Chantagem, a criação das Assessorias Técnicas do Governo, que serão preenchidas por TÉCNICOS e não por POLÍTICOS, importará em economia para os cofres, não alterando as rendas do Estado, uma vez que essa despesa, com larga margem, **será coberta pela economia feita com os pagamentos aos jornais que, como se evidencia do que recebeu a ‘arapuca’ do Chantagista Calderaro, no Governo Passado, por si só bastaria para atender a essa despesa...** (D.O.E, 1959, p. 4)

A mensagem é clara: o dinheiro que antes ia para os “chantagistas” agora será usado para contratar técnicos competentes. A criação da Assessoria Técnica é apresentada como uma medida de moralização da administração pública.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

Petebistas devem dar exemplo para engrandecer seu Partido

Sentido de autocritica e renúncia aos cargos, quando se sentirem incapazes — Jango e o Catete, na opinião do Sr. Gilberto Mestrinho — Falhas do P.T.B.

RIO, 13 (C.E.) — Os líderes trabalhistas que quiseram engrandecimento do nosso Partido devem fazer uma autocritica, perder o amor às posições e renunciar aos cargos que ocupam, quando incapazes — foi isso o que declarou a O JORNAL o sr. Gilberto Mestrinho, Governador eleito do Amazonas, depois de dizer que considera a ascensão do sr. João Goulart à presidência da República uma consequência natural do movimento trabalhista no Brasil.

Com apenas 36 anos de idade, Gilberto Mestrinho representa um dos valores da nova geração petebista. Trabalhista por idealismo, nele hoje ainda se podem encontrar os traços de simplicidade de estilógrafo do IAPC que em 1947 ingressava no serviço público.

O novo Governador do Amazonas tomará posse no dia 31 do corrente, e seu Secretariado já está escolhido. Terá maioria absoluta na Assembleia Estadual e na Câmara Federal, em que o PTB contará com quatro dos sete deputados. E isso além do Senado, onde os três senadores são petebistas.

JANGO PRESIDENTE

O sr. Gilberto Mestrinho quer e acredita na candidatura do sr. João Goulart à Presidência da República. Acha que o desenvolvimento do trabalho no Brasil vem se verificando numa progressão bastante satisfatória, e que a consequência natural disso é a vitória do atual vice-presidente nas próximas eleições.

O sr. João Goulart é o herdeiro natural das tradições políticas de Getúlio Vargas. É presidente do único Partido que tem um programa ajustado às reivindicações das massas trabalhadoras do Brasil, e daí a penetração e a

confiança de que o seu nome desfruta em todos os recantos do país.

E prosseguindo:

— Hoje, nós, trabalhistas, podemos nos orgulhar de integrarmos um dos maiores Partidos nacionais e que, se bem dirigido e fazendo os Governadores eleitos sob nossa legenda corresponderem à confiança que mereceram do eleitorado no último pleito, em um futuro bem próximo, será a mais pujante organização política do país. A consequência natural será Jango na Presidência da República. É preciso, no entanto, que os trabalhistas sejam, em verdade, correntes em sua atuação política, e não traíam os compromissos que o partido tem com o povo.

FALHAS DO P.T.B.

O Governador Gilberto Mestrinho admite, porém, que a mocidade do P.T.B., aliada ao fato de ser ele um partido das massas, tem ocasionado, aqui e ali, certas falhas e omissões:

— Não possuindo ainda, em todos os Estados, um grupo dirigente capaz de enfrentar e arcar com as responsabilidades de orientação das massas trabalhistas, nosso Partido tem tido algumas falhas. Alguns órgãos da administração pública dirigidos por nossos partidários têm graves defeitos, e não compreendemos porque alguns líderes não se comprometam nas obrigações que têm com o Partido e com o povo. Os líderes trabalhistas que quiserem o engrandecimento de nosso Partido devem fazer uma autocritica, perder o amor às posições e renunciar aos cargos que ocupam quando incapazes. Falo com isenção porque sou trabalhista por idealismo.

PROBLEMAS DO AMAZONAS

Apesar de sua diplomação só estar marcada para o próximo dia 15, o sr. Gilberto Mestrinho (que já voltou para Manaus) já esteve aqui em contato com as autoridades federais, visando à

sua administração. Visitou, entre outras autoridades, o General Teixeira Lott, ("uma simples visita de cortesia"). Mas esteve também com diretores e chefes de departamentos, procurando abrir uma frente para atacar os problemas que considera essenciais no Amazonas: água e luz. Sobre o assunto, aliás, técnicos amigos seus já elaboraram minucioso plano, que pretende seguir à risca. Promete abrir estradas, criando novos meios de comunicação e incrementará a navegação. O saneamento das cidades e o combate às doenças também merecerão sua atenção especial.

— Não pensava em entregar-me à luta política, mas entrei nela. E entrei para vencer. Hoje, minha única ambição é administrar bem o meu Estado. Graça a Deus, sou vitorioso mesmo fora da política, que talvez abandone depois de cumprir a missão que me foi confiada pelo povo da minha terra. Sobretudo terei sempre presente a preocupação de não faltar nunca a confiança que em mim depositam.

Os secretários do Governo do Amazonas serão os seguintes: Interior e Justiça: Manoel Barbosa; Finanças: Antônio Madeira; Agricultura, Pecuária, Cação: Edson de Sá; Educação: Cônego Walter Nogueira; Saúde: Nelson Vasconcelos; Viação: Walter Trancoso; Na Prefeitura de Manaus, ficará o sr. Loris Cordovil.

O sr. Gilberto Mestrinho nasceu em Manaus, no dia 22 de fevereiro de 1928. Em 1947, foi datilógrafo do IAPC. Em 1948 oficial administrativo do Ministério da Fazenda, e em 1952 fiscal do Imposto de Consumo aprovado em 30.º lugar num concurso a que concorreram com 12.420 candidatos. Durante o Governo do sr. Plínio Coelho, foi sucessivamente assessor técnico, Secretário das Finanças e Prefeito de Manaus. Agora é Governador do Amazonas.

O POVO QUER a DIPLOMAÇÃO

O povo aguarda ansiosamente a posse do novo governador a 31 deste mês, quando o Dr. Plínio Ramos Coelho, cumprindo honrosamente o seu desiderato, entregará a chefia do governo ao candidato escolhido pelas urnas através do voto secreto.

No entanto, decorrendo já quase quatro meses da disputa eleitoral de 3 de outubro, e nada havendo a respeito da proclamação e consequentemente diplomação, o povo ordeiro de Manaus sente o natu-

que mais se espera a concretização de um fato obtido à custa de luta pela sua conquista.

É o que sucede, efetivamente, com o Amazonas que, por meio do voto, licitamente exercido pelos concidadãos, preferiu a outro qualquer candidato o nome aureolado de GILBERTO MESTRINHO e, até agora, nada viu de positivado quanto à diplomação do vitorioso candidato do invencível Partido Trabalhista Brasileiro.

responsabilidade em quem quer que seja, o certo é que o povo já se impacienta perguntando quando será a diplomação, vendo esgotar-se o prazo legal até 31 do corrente mês.

A verdade esmagadora é que as massas populares em geral, estando ainda coe-ficientes no espírito de justiça dos juizes encarregados de administrar justiça eleitoral no Amazonas, se mantêm calmas até que, afinal seja dado por terminado o trabalho moroso do julgamento. Acreditam que haverá dignidade suficiente para que, embora delongando, seja dada a vitória àquele que a mereceu, diplomando o governador eleito do Amazonas. Daí, obviamente, acalmaria reinante por parte de quem, como o povo, escolhendo por intermédio do voto secreto o seu candidato, aguarda a consequência natural da vitória.

Parte 1

Capítulo 9

O RINGUE JURÍDICO: A LUTA PELA DIPLOMAÇÃO

(13 - 16 de janeiro de 1959)

A PRESSÃO SOBRE O TRE

A partir de 13 de janeiro, o *Diário Oficial* intensifica a pressão sobre o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que ainda não diplomou Gilberto Mestrinho, o candidato eleito. A data de 31 de janeiro se aproxima, e o risco de que Mestrinho não possa tomar posse dentro do prazo legal cria uma tensão crescente.

O artigo “O POVO QUER A DIPLOMAÇÃO” é um apelo direto ao TRE:

O povo aguarda ansiosamente a posse do novo governador a 31 deste mês, quando o Dr. Plínio Ramos Coelho, cumprindo honrosamente o seu desiderato, entregará a chefia do governo ao candidato escolhido pelas urnas através do voto secreto. No entanto, decorrendo já quase quatro meses da disputa eleitoral de 3 de outubro, e nada havendo a respeito da proclamação e consequentemente diplomação, o povo ordeiro de Manaus sente o natural constrangimento que provoca sempre a ansiedade justamente no momento em que mais se espera a concretização de um fato obtido à custa de luta pela sua conquista. É o que sucede, efetivamente, com o Amazonas que, por meio do voto, licitamente exercido pelos concidadãos, preferiu a outro qualquer candidato o nome aureolado de GILBERTO MESTRINHO e, até agora, nada viu de positivado quanto à diplomação do vitorioso candidato do invencível Partido Trabalhista Brasileiro neste Estado. Seja de quem for a culpa, recaindo a responsabilidade em quem quer que seja, o certo é que o povo já se impacienta perguntando quando será a diplomação, vendo esgotar-se o prazo legal até 31 do corrente mês. (D.O.E, 1959, p. 4)

O tom é de cobrança, mas ainda respeitoso. O D.O. não ataca diretamente o TRE, mas deixa claro que a demora é inaceitável e que o povo está impaciente.

A acusação de sabotagem

Nos dias seguintes, o tom muda. O *Diário Oficial* passa a acusar abertamente a oposição de sabotar a diplomação:

Há muito, ainda ao final da campanha eleitoral, quando da substituição do Desembargador Oyama Cesar Ituassu pelo Desembargador Benjamin Brandão na Presidência da Corte Regional Eleitoral, **os federalistas ligados ao Quartel General da Oposição, dando-se ares de quem tinha macaquinhos no sótão, evidentemente sem vocação para baú de segredo, diziam à boca pequena que o ilustre Desembargador Benjamin Brandão era deles e, por essa razão, iriam procrastinar os trabalhos apuratórios, até que o Governo do Estado fosse exercido, partindo de 31 de Janeiro, por esse digno Magistrado** que, no seu linguajar, fariam tudo o que eles, fedepulhas, desejassem... (D.O.E, 1959, p.4)

A acusação é gravíssima: a oposição teria influenciado a nomeação do presidente do TRE e estaria se valendo disso para atrasar a diplomação, com o objetivo de impedir a posse de Mestrinho e permitir que o presidente do TRE assumisse o governo interinamente.

O *Diário Oficial* também publica uma análise jurídica sobre a questão:

A mensagem encaminhada pelo governador do Estado à Assembleia Legislativa propondo a prorrogação dos mandatos dos deputados e do governador apenas até a data da diplomação dos que foram eleitos para tais funções a 3 de outubro último, veio anular a sabotagem e os intuitos vergonhosos e mal ocultos através dos quais se procrastina, indefinidamente, a realização daquela formalidade indispensavelmente exigida pelo Código Eleitoral e pela Constituição Federal. **Os juristas de porta de xadrez e dos botequins já escorreram a sua sapientíssima doutrina sobre a ‘inconstitucionalidade’ da medida proposta**, através de comentário publicado na primeira página de um jornal suspeito sem nada dizerem, todavia, quanto ao despudor da demora propositada, calculada e desenvolvida para o fim de retardar, tanto quanto possível, o reconhecimento, a proclamação e, afinal, a diplomação dos candidatos legitimamente eleitos, absurdo que eles, PRO DOMO SUA, julgam coisa naturalíssima e decente, e por meio de impudentes chicanas e rabulices que irritam até a um frade de pedra, vão consumando, em expectativa única de prejudicar a posse do ilustre professor Gilberto Mestrinho no próximo dia 31 do corrente; (D.O.E, 1959, p.2)

A expressão “juristas de porta de xadrez e dos botequins” é um insulto aos advogados da oposição, sugerindo que eles são incompetentes e que suas opiniões jurídicas não têm valor.

A politização do judiciário

A pressão do *Diário Oficial* sobre o TRE revela uma tensão fundamental no sistema político brasileiro: a relação entre o Judiciário e o Executivo. O D.O. acusa o TRE de estar sendo usado pela oposição para sabotar a vontade popular, expressa nas urnas. A demora na diplomação é apresentada como uma “chicana”, uma manobra jurídica destinada a frustrar a democracia.

A estratégia do governo é dupla:

- **Pressão pública:** Ao publicar artigos diários que cobram a diplomação, o D.O. cria uma pressão sobre o TRE, sugerindo que o povo está impaciente e que a demora pode ter consequências políticas.
- **Solução legislativa:** O governador Plínio Coelho envia uma mensagem à Assembleia Legislativa propondo a prorrogação dos mandatos até a data da diplomação. Essa medida visa garantir que, mesmo que a diplomação ocorra após 31 de janeiro, Mestrinho possa assumir o cargo sem que haja um vácuo de poder.

A história de Aristóphano e a traição à pátria

Um dos momentos mais dramáticos de janeiro é a publicação, pelo *Diário Oficial*, de uma notícia do **Jornal do Brasil** sobre Aristóphano Antony, o diretor do jornal *A Tarde*. A notícia, intitulada “**JORNALISTA AMAZONENSE É CULPADO**” revela que Aristóphano foi acusado de “atividades antinacionais” durante a Segunda Guerra Mundial:

O jornalista Aristóphano Antony, do Estado do Amazonas, acusado de atividades antinacionais na última grande guerra, ainda não se livrou do processo que lhe moveu o Ministério Público daquele Estado. A Subprocuradoria-Geral da República embargou a decisão favorável ao jornalista, nos termos do art. 122, XV, alínea A da Constituição de 1937, assinalando que por ocasião dos fatos relacionados nos autos, estava em vigor aquela Carta Constitucional, que considerava a imprensa como uma função de caráter político elevada, assim, ao próprio plano estatal. Declarou o Sr. Alceu Barbedo, que tal circunstância agravou ainda mais a atitude do jornalista, fazendo através do seu jornal a propaganda dos países do Eixo e, portanto, contrária aos interesses do Brasil, já então de relações cortadas com a Alemanha. (D.O.E, 1959, p.2)

A acusação é de que Aristóphano teria feito propaganda nazista em seu jornal durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil já havia rompido relações com a Alemanha. O parecer da Subprocuradoria-Geral justifica a prisão de Aristóphano:

Justificando a prisão do jornalista: ‘Impunha-se, dessarte, a detenção do jornalista, com base na legislação excepcional da época e em atenção e salvaguarda da realidade que se apresentava. Era preciso extirpar semelhante foco perturbador, pelo menos da unidade de pensamento e ação que o momento exigia.’ (...) ‘De resto — prossegue o parecer — a autoridade brasileira agiu, em tal emergência, como agiria a autoridade alemã no seu país. E isso com benevolência de interpretação, pois certamente muito mais vivaz seria a reação na segunda hipótese.’ (D.O.E, 1959, p. 2)

A publicação dessa notícia pelo *Diário Oficial* é uma tentativa de desmoralizar Aristóphano, retratando-o como um traidor da pátria. A mensagem é clara: um homem que fez propaganda nazista durante a guerra não tem moral para criticar o governo trabalhista.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

UM RATO DO AVÊSSO

O ladrão de jóias e do erário público Umberto Calderaro Filho, vice-líder dos chantagistas amazonenses (há muito ele cava a liderança mas desbancou o Aristophano Antony não é tarefa fácil), com o cinismo que o caracteriza, resolveu agora investir contra os redatores do «Diário Oficial», profissionais da imprensa que não aceitaram o jugo odioso do Sindicato da Calúnia e da Chantagem e se dispuseram a mostrar ao povo o caráter odioso dos diretores de jornal de Manaus, autênticos cretinos a desserviço da coletividade, «jornalistas» que não se pejam inclusive de garrotear a liberdade de imprensa, formando um conluio anti-democrático, um cartel negro, onde eles, os «puros», não poderiam receber ataques «profanos».

Enganou-se o inundo rato pintado. Não temos rabo de palha, como ele. Nunca furtamos os cofres públicos. Jamais roubamos jóias para vendê-las. Em tempo algum prestamos serviços aos inimigos do Estado do Amazonas, os «rs». Presidente do B.C.A. e Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Tampouco solicitamos a alguém para escrever os nossos conceitos. Conquanto não «mortais», podemos asseverar que não somos analfabetos. Para medir a estatura mental, reptamos ao analfabeto e ladrão Calderaro a submeter-se conosco, diante de uma Banca Examinadora, a um exame, desde o simples «ditado» às questões mais profundas da gramática.

Evidentemente, para não perder a velha mania, o Calderaro quer chantagear conosco, através de ameaças. Não adianta a usança do conhecido e «manjado» processo.

Entendemos ser simples piada do rato pintado, o dizer que não nos foi possível defender o Governo das acusações por ele feitas. É preciso ser realmente um imbecil do seu quilate para afirmar semelhante mentira. O Governo do Estado, airoosamente, demonstrou ao público que as sandices que o «espírito santo de orelha» do rato pintado escrevera, não passava de arreme-

tidas falsas, sem nenhum fundamento, conforme o provámos fartamente. Temos orgulho em afirmar que ninguém poderá apontar desonestidades na administração do Dr. Plínio Ramos Coelho. O tempo das «marmeladas», dos roubos e dos saques à Fazenda Pública, da saudosa memória para o goeludo Calderaro, é passado e não mais voltará porque o povo tem consciência e desde outubro de 1954, vem sabendo cumprir magistralmente o seu dever cívico. E a maior prova disso foi a brilhante eleição do professor Gilberto Messtrinho, o qual será o continuador do Governo de Plínio Coelho.

Reptamos o Calderaro a PROVAR que não é ladrão; a desmentir o fato de haver roubado jóias e tentado vendê-las a uma ourivesaria desta cidade; a fazer uma declaração de bens, justificando HONESTAMENTE a procedência do seu patrimônio. Isto sim, é o que o povo deseja saber.

Defenda-se primeiro o ladrão Calderaro. Depois, se ainda lhe sobrar disposição, o que não cremos, venha acusar. E novamente mergulharemos na podridão para revelar outras facetas do caráter do rato e ladrão Umberto Calderaro, filho...

A S.P.V.E.A. e os Fedepulhas

Para que o povo se capacite dos "bons ofícios" da SPVEA e dos fedepulhas, estes representados pelo "deputado mais votado", o CHICO QUIABO CARACHUÉ DOS PASSARINHOS, eleito por obra e graça do dinheiro do Banco da Amazônia, com recomendações especiais da SPVEA, transcrevemos, extraídos do Suplemento da SPVEA, do Orçamento da Nação, página sessenta (60), DIÁRIO OFICIAL DA REPÚBLICA, dia 12 de Dezembro de 1953, o seguinte trecho:

S. P. V. E. A.

3. 2. 4. 6. EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS E PRODUTOS ECONÔMICOS O- 4- AMAZONAS

1 — Despesas de qualquer natureza para ampliação, conservação e manutenção do Parque de Seleção Zoológica registrada no Ministério da Agricultura, em Manaus, em convênio com o seu proprietário, HENRIQUE SALATHIEL

DE CARVALHO, para aquisição de novas espécies da fauna amazônica, construção do pavilhão, estudos e pesquisas Cr\$ 2.100.000,00, (DOIS MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS).

Com essa nova dotação orçamentária, sobre a CINCO MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS a verba do arranjo do Chico Quiabo para os passarinhos do seu sócio, HENRIQUE SALATHIEL DE CARVALHO, podendo o Povo ter uma idéia de como andam as coisas pela SPVEA e o que ela faz com o dinheiro da Nação, em proveito dos ratos fedepulhas, que estão chiando sob o chiquero abençoado de Plínio Ramos Coelho...

Esse foi o "deputado mais votado", que "arapuca" do rato Calderaro põe nos cornos da lua, justamente porque representa o tipo perfeito, completo e acabado, dos meliantes que o Governo Trabalhista, com o apoio do Povo varreu dos postos de comando da Nave Estatal...

Pagamento só a 8 do corrente

Em virtude do balanço anual procedido na Tesouraria Geral da S.E.F. estão suspensos os pagamentos ao funcionalismo e fornecedores do Estado.

Tão logo termine o serviço, voltarão os mesmos a ser efetuado pela Tesouraria da S.E.F., no dia 8 do corrente, que assim encerra o exercício financeiro de 1958.

Parte 1

Capítulo 10

FAMÍLIAS, BANCOS E SIGLAS: A SPVEA E O CHICO QUIABO

(3 - 10 de janeiro de 1959)

O ESCÂNDALO DA SPVEA

Um dos temas recorrentes no *Diário Oficial* de janeiro é a denúncia de corrupção na SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e no Banco de Crédito da Amazônia (BCA). O D.O. acusa o deputado federal Francisco Pereira da Silva (o “Chico Quiabo Carachué dos Passarinhos”) de ter conseguido verbas milionárias para um Aviário Modelo que seria, na verdade, um esquema de desvio de dinheiro público.

O aviário modelo e os passarinhos

O artigo “A SPVEA E OS FEDEPULHAS” transcreve um trecho do orçamento da SPVEA:

Para que o povo se capacite dos ‘bons ofícios’ da SPVEA e dos fedepulhas, estes representados pelo ‘deputado mais votado’, o CHICO QUIABO CARACHUÉ DOS PASSARINHOS, eleito por obra e graça do dinheiro do Banco da Amazônia, com recomendações especiais da SPVEA, transcrevemos, extraído do Suplemento da SPVEA, do Orçamento da Nação, página sessenta (60), *Diário Oficial da República*, de 12 de dezembro de 1958, o seguinte trecho:

S. P. V. E. A. 2.4.6. EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS E PRODUTOS ECONÔMICOS DO AMAZONAS

1 — Despesas de qualquer natureza para ampliação, conservação e manutenção do Parque de Seleção Zoológica registrada no Ministério da Agricultura, em Manaus, em convênio com o seu proprietário, HENRIQUE SALATHIEL DE CARVALHO, para aquisição de novas espécies da fauna amazônica, construção de pavilhões, estudos e pesquisas Cr\$ 2.100.000,00 (DOIS MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS).

Com essa nova dotação orçamentária, sobe a CINCO MILHÕES E CEM MIL CRUZEIROS a verba do arranjo do Chico Quiabo para os passarinhos do seu sócio, HENRIQUE SALATHIEL DE CARVALHO, podendo o Povo ter uma ideia de como andam as cousas pela SPVEA e o que ela faz com o dinheiro da Nação, em proveito dos ratos fedepulhas, que estão chiando sob o chicote abençoado de Plínio Ramos Coelho... Esse foi o ‘deputado mais votado’, que a ‘arapuca’ do rato Calderaro põe nos cornos da lua, justamente porque representa o tipo perfeito, completo e acabado, dos meliantes que o Governo Trabalhista, com o apoio do Povo varreu dos postos de comando da Nave Estatal...” (D.O.E, 1959, p. 4)

A acusação é de que Chico Quiabo teria conseguido uma verba de mais de 5 milhões de cruzeiros para um “Parque de Seleção Zoológica” que seria, na verdade, um negócio de seu sócio, Henrique Salathiel de Carvalho. O apelido *Chico Quiabo Carachuê dos Passarinhos* faz referência a esse esquema.

A denúncia de corrupção como arma política

A denúncia de corrupção na SPVEA é uma estratégia eficaz do *Diário Oficial* por várias razões:

- **Deslegitimação da oposição:** Ao acusar Chico Quiabo de corrupção, o D.O. deslegitima a oposição como um todo, sugerindo que seus membros são “meliantes” que usam o dinheiro público para enriquecer.
- **Inversão da narrativa:** A oposição acusa o governo de Plínio Coelho de corrupção; o D.O. inverte essa narrativa, apresentando a oposição como a verdadeira corrupta.
- **Apelo popular:** A denúncia de que o dinheiro público está sendo usado para beneficiar *passarinhos* (uma referência irônica ao aviário) enquanto o povo sofre é um apelo eficaz à indignação popular.

O senador bestalhão e o açúcar no Rio Negro

Outro personagem que volta à cena em janeiro é o senador Antovila Mourão Vieira, o “Senador Bestalhão”. O *Diário Oficial* já havia publicado a história escandalosa sobre ter destruído alimentos durante a guerra para favorecer o mercado negro. Uma nova história é apresentada como prova de que ele é um corrupto e um traidor do povo.

O *Diário Oficial* também publica uma história sobre a suposta covardia de Antovila:

Lembramo-nos bem do episódio ocorrido no Ideal Clube quando, perseguido de perto pelo filho de um senador, sequioso de desagrar as injúrias assacadas contra o seu impoluto pai pelo canailha, depois de circunvagiar pelas mesas do salão, como de um ‘lobo ou crime atroz o perseguisse’, saltou ao colo do Chefe de Polícia, que se achava presente ao respeitável banquete, em honra a senadores que nos visitavam... (D.O.E, 1959, p. 1)

A imagem de Antovila “saltando ao colo do Chefe de Polícia” para fugir de uma briga é humilhante e cômica ao mesmo tempo. A mensagem é clara: Antovila é um covarde que não tem coragem de enfrentar seus adversários.

Janeiro de 1959 é o mês do desfecho

A guerra de palavras atinge seu ápice, com ataques cada vez mais virulentos e pessoais. O vocabulário zoológico se expande, a linguagem médica é usada para sugerir doença e agonia, e as histórias escandalosas se multiplicam.

Paralelamente, a pressão sobre o Tribunal Regional Eleitoral aumenta. O *Diário Oficial* cobra diariamente a diplomação de Gilberto Mestrinho, acusando a oposição de sabotar a vontade popular. A solução proposta pelo governador Plínio Coelho — a prorrogação dos mandatos até a data da diplomação — é apresentada como uma medida necessária para garantir a continuidade democrática.

As revelações sobre Aristóphano Antony (propaganda nazista), Antovila Mourão Vieira (açúcar no Rio Negro, covardia no Ideal Clube) e Chico Quiabo (Aviário Modelo) são usadas para desmoralizar a oposição e para justificar a campanha do governo contra a “imprensa chantagista”.

Janeiro é o mês do ferro, o mês em que o *Diário Oficial* não dá trégua, não oferece paz, não aceita compromisso. É o mês em que a guerra de palavras se transforma em uma guerra total, sem prisioneiros, sem piedade, sem limites. E o desfecho está próximo: no dia 31, Plínio Coelho deve passar a faixa para Gilberto Mestrinho. Mas a diplomação ainda não aconteceu. E a tensão continua a crescer.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

O "SANTARRÃO" Djalma Passos

No constante borborinho da vida vamos encontrando a cada instante espécimes curiosos de criaturas que se tornam desprezíveis, nem tanto pelo aspecto físico por vezes normalmente conformado, mas pela textura ordinariíssima do seu caráter completamente apodrecido e incuparável.

Um desses tipos, tangido do Acre pela miséria e aqui agasalhado quando rapado, mereceu de alguém a piedade de ser protegido e encaminhado na vida; ensinaram-lhe a ler e a escrever e tão logo adquiriu idade suficiente exigida por lei, à falta de melhor colocação ou emprego foi servir na Polícia Militar onde foi sargento, passando mais tarde ao oficialato, ilegalmente promovido para a Intendência sem ser contador...

Nessa situação recomendável e do melhor conceito, o outrora encolvido e bissonho mocinho começou a revelar suas tendências de sabidão no cargo de Aprovevisionador, no qual fez maravilhas chegando a construir um bangalô no qual reside, muito embora tenha deixado quase nus os guardas civis e no desembolso de quase um milhão de cruzeiros o comerciante Jezine.

A vida para ele tomou então outro aspecto, trasformando-o pela avidez e ao mesmo tempo, em poeta e exímio matemático especializado em cálculos de subtrair, seja o que for, e multiplicar em seu proveito.

Esquecido de tudo isso, meteu-se a fazer análise depreciativa da administração Plínio Coêlho, sem dar-se conta de que

está bem conhecido como espertalhão cínico, um autêntico MUS TECTORUM e portanto sem autoridade moral para apreciar os atos administrativo de um governador probo, trabalhador e verdadeiro amigo do povo amazonense como é o ilustre governador Plínio Coêlho.

O autor do ataque insolente contra o seu mais elevado superior hierárquico pôde ser chamado à responsabilidade por infração dos regulamentos militares, e o senhor Djalma Passos, autor de verrina sendo como é bacharel em Direito, sabe disso.

A capa que tão bem lhe vai, quer que sirva aos outros.

Coisas de poeta que não ouve estrelas, mas gosta de contar cruzeiros!

As hienas uivam

Legítimo representante do Governo Desmoralizado que passou, Djalma Passos, a vedete da Baixa do J. G., exímio em apañar níqueis, em questões de «República» e terrores baldios, ladrão dos pobres Guardas-Civis e de arma da Chefia de Polícia, volta a uivar como as hienas, na vã esperança de encontrar carniceira, ou alguma carcaça pôdre, para se banquetear, sendo obrigado, como os de sua espécie necrófila, a fustar com seu focinho repugnante o próprio esterco.

Tal como o dono do pasquim arapuca de que se serviu, acha que a função de Jaz é sincretista, sem atentar que entre os magistrados há muitos simpáticos, em espírito, à sua causa, inclusive os que recriaram o Tribunal e se auto-nomearam...

Da que o inelito Governador PLÍNIO COÊLHO que deu TRÊS AUMENTOS ao funcionalismo público e lhe triplicou o salário-família, pagando o, contrariamente ao Governo Passos a que serviu, que não pagava os vencimentos e nem salário, é inimigo do funcionalismo público...

Ainda ainda à compra de uma casa do Governador PLÍNIO COÊLHO casa que

gar ao Banco, esquecido de que Paulo Nery e Pereirinha e o próprio Djalma Passos, CONFESSARAM, para justificar as suas propriedades, que realizaram negócio idêntico, com a diferença de que o Governador PLÍNIO COÊLHO ganha Cr\$ 45.000,00 por mês, tendo casa e comida, enquanto Paulo Nery ganha Cr\$. 17.000,00 e Djalma ganhava menos de Cr\$ 5.000,00.

Condema a Usina Flutuante, por 32 milhões, segundo a sua declaração, quando, hoje, por CEM MILHÕES esta não poderá ser adquirida, e constituir essa aquisição a ÚNICA ESPERANÇA de Manaus poder melhorar o seu fornecimento de energia elétrica, pois nem é bom pensar na compra de novas máquinas pela CEM, dado ao preço astronômico das mesmas, no presente momento, notadamente com a obtenção de dólares no câmbio livre, face à impossibilidade de obtenção do dólar oficial, em face das providências restritivas do Governo Federal.

Fala ainda a irrequieta vedete da Baixa do J. G. de outros assuntos de que não entende patavina, procurando atirar sobre

João Quadros, tôda a culpa das bandalheiras ali verificadas, para exculpar seu chefe, ALVARO MAIA, quando todos sabem que o Quadros não foi mais do que o «testa de ferro» de que se serviu o «CABELEIRA» para fazer as suas falcatruas...

Volte, portanto, o sabujo imundo a treinar na Baixa, que para outra coisa mesmo não serve, pois lhe falta talento para tampar o sol com uma peneira, diante de um povo politizado, que já sofreu demais, sem transporte, sem assistência social, caloteado, humilhado, assistindo até passeata de leprosos famintos e quase nus...

Você que é de fora...

Naturalmente você, que é de fora, deve estar escandalizado com o estampado no matutino A CRÍTICA, com muita justeza chamada de «arapuca» pelo povo de Manaus.

Você não sabe que esse jornal está instalado em prédio alugada criminosamente do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Manaus. Você desconhece que as máquinas que produzem essa gangorra foram adquiridas através de um amplo sistema de chantagens, orientadas contra os interessados na compra do seu silêncio. Você nem pode imaginar que Umberto Calderaro, diretor dessa armadilha, valendo-se até da infelicidade de possuir mãe ceptomaníaca aproveita-se desse fato para negociar como produto dos seus furtos, como aconteceu com o caso de vultoso

Parte 1

Capítulo 11 A DIPLOMAÇÃO NO HORIZONTE

(21 - 23 de janeiro de 1959)

OS ÚLTIMOS EMBATES

Os últimos dias de janeiro de 1959, que marcam o fim do período coberto por este corpus, estão carregados de uma tensão de desfecho. A guerra de palavras, que, por quase dois meses, consumiu a política amazonense, começa a dar sinais de arrefecimento, mas não sem antes disparar seus últimos petardos. A atmosfera é de iminência: a diplomação de Gilberto Mestrinho, antes uma miragem distante, agora parece uma certeza. O *Diário Oficial*, sentindo a vitória, assume um tom de superioridade, tratando os últimos espasmos da oposição com um misto de escárnio e enfado, como se estivesse lidando com um inimigo já derrotado, cujos últimos gritos são mais patéticos do que perigosos.

O santarão e a boate

A capacidade do D.O. de criar apelidos e situações humilhantes não se esgota. Mesmo no final da crise, surgem novas alcunhas e novas histórias para desmoralizar os adversários. O título “**SANTARÃO Djalma Passos**” (publicado em 3 de fevereiro, mas refletindo o estilo consolidado em janeiro) mostra a persistência do método. Djalma Passos, uma figura da oposição, é transformado em um santarão, um falso santo, um hipócrita.

Outra nota, intitulada “A BOATE”, narra um suposto encontro de opositores em uma boate, onde teriam tramado as últimas manobras contra a diplomação. O texto é carregado de insinuações sobre a moralidade dos presentes e busca retratar a oposição como um grupo de conspiradores noturnos, distantes da realidade do povo trabalhador:

Paralelamente, o jornal publica as últimas discussões jurídicas sobre a prorrogação de mandatos e os prazos finais do T.R.E., tratando-as como meras formalidades que antecedem à inevitável vitória.

O fecho triunfal e a narrativa do dever cumprido

A estratégia do *Diário Oficial* nesta fase final é construir um fecho triunfal para a sua “guerra santa”. A análise do discurso revela:

- **A ridicularização do inimigo derrotado:** Os ataques não têm mais a mesma virulência de dezembro. O tom agora é de deboche. Ao chamar um opositor de “Santarão” e ao retratar a oposição reunida em uma “boate”, o D.O. os pinta como figuras patéticas, cuja resistência é fútil e risível. É a humilhação final do vencido.
- **A construção da narrativa da vitória:** O jornal começa a falar da diplomação como um fato consumado. A linguagem é de celebração antecipada. O objetivo é criar um clima de irreversibilidade, desmobilizar qualquer tentativa de resistência e consolidar na opinião pública a ideia de que a batalha acabou e o lado “certo” venceu.
- **O D.O. como cronista da história:** O jornal assume um tom professoral, de quem está registrando os fatos para a posteridade. Ele se posiciona como o cronista oficial da crise, aquele que contou a “verdadeira” história e que agora apresenta o seu desfecho. É a autoconsagração do veículo como o herói de sua própria narrativa.

A calmaria que antecede a posse

As “vozes em volta” agora são de calmaria. Os telegramas de apoio diminuem, os abaixo-assinados se tornam mais raros. A própria narrativa do D.O. se torna menos frenética. É a calmaria que antecede a posse, o silêncio que se segue à batalha. O jornal prepara o terreno para a próxima fase: não mais a da guerra, mas a da celebração da vitória e da construção do novo governo. A guerra de palavras está terminando, e o *Diário Oficial* se prepara para colher os louros de seu combatente mais feroz.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

Uns olhos que não são vesgos

Vem o ilustre e culto professor Aderson de Menezes de apreciar, do alto dos seus conhecimentos jurídicos e com a responsabilidade de lente catedrático da Faculdade de Direito do Amazonas, a Mensagem Governamental determinante da Convocação Extraordinária da Assembléia Legislativa, na parte que a imprensa burguesa passou a chamar de «prorrogação dos mandatos» e que, na realidade, regulamenta determinados dispositivos da Constituição.

Segundo o eminente mestre do Direito, a coisa mais grave por ele observada no caso em tela está, justamente, no não cumprimento por parte do Tribunal Eleitoral de suas obrigações, levando a prorrogação dos trabalhos apuratórios a um

ponto de saturação intranquilizador, com evidente desrespeito da soberania popular.

Quanto ao aspecto jurídico da questão, ainda o de maior relevância situa-se na harmonização de pensamento dos expoentes invocados, concordes no absurdo dos interregnios entre duas legislaturas serem preenchidos em forma ao Regime, em sua essência, sofrer solução de continuidade, pela supressão, embora momentânea, do Poder Legislativo.

Por outra parte como bem o disse, a elasticidade da citada regulamentação como que estabelece jurisprudência sobre o assunto, evitando, por essa maneira, sentido restrito e particularíssimo, sempre condenável na feitura das leis e seus parágrafos.

Como se vê, o ESCANDALO de que

falaram os representantes máximos dos chantagistas glebários, através dos órgãos de imprensa de que são directores, serviu para configurar, apenas, as suas escassas fontes informativas, os seus propósitos deliberados de tapear o povo, anstes que estavam de seus conceitos bastardos d'ões mínimas de bom senso, com amparo na opinião dos grandes Mestres de Direito do nosso País e do mundo inteiro.

O sol sempre atravessa as peneiras com que os inconformados tentam obstaculizar a sua luz, para penetrar, com a sua luz deslumbrante, as orelhas das azémolas e a dentuça dos chacais...

Isto posto, deixamos as conclusões ao bom senso do eleitorado, evidentemente politizado...

DO PRESIDENTE AO GOVERNADOR ELEITO

Para os sebastianistas, todos os que sonham com coisas mirabolantes, fedepulhas estrábicos e sem imaginação, damos a seguir, textualmente, o telegrama que o Governador GILBERTO MESTRINHO, vem de receber do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através do Chefe da Casa Civil da Presidência:

“Ofs 25] Palacio do Catete Rio df 4435.66.19.22. go-
vernador Gilberto Mestrinho - Manaus Am. - de 19.1.59 -
so agora através Senador Cunha Melo senhor Presidente
República soube sua estada nesta capital v'g lamentando
sinceramente não ter tido ensejo conversar com ilustre
amigo v'g que lhe seria particularmente agradável pt sua
excelência incumbiu-me transmitir-lhe seus cumprimentos
v'g estando sempre pronto acolhelo com apreço que lhe
merece pt Saudações cordiais pt Victor Nunes Leal v'g Chefe
Casa Civil Presidencia da República”

Depois disso, será que o fedepulhismo enlouquecido pela derrota não encontrará um pequeno período de lucidez?!..

DIA 31

O povo e Gilberto no Palácio Rio-Negro

Para celebrar condigamente a posse do novo Governador do Estado, no Dia 31, povo e Gilberto, de encontro marcado a TRES DE OUTUBRO, vão se encontrar no Palácio Rio Negro, para o abraço fraternal da VITORIA, no molde democrático das festividades

Parte 1

Capítulo 12
“UNS OLHOS QUE NÃO
SÃO VESGOS”: O FECHO
DA NARRATIVA

(23-31 de janeiro de 1959)

A CONSAGRAÇÃO

O arco se fecha com a vitória total do governo. Nas páginas de 23 de janeiro o D.O. escancara o enredo da apoteose: “Uns olhos que não são vesgos” reivindicam que só o jornal do Estado viu “direito” o processo e desnuda os “chantagistas” e a “procrastinação” do TRE; em seguida, a chamada “Dia 31 — o povo e Gilberto no Palácio Rio Negro” transforma a posse em festa de massa (“abraço fraternal da VITÓRIA”), com escárnio aos “fedepulhas” derrotados. O clímax está posto: o jornal cola a vontade do povo ao calendário da posse e trata a celebração como destino político e moral, não como mera formalidade.

“O sol sempre atravessa as peneiras... deixa as conclusões ao bom senso do eleitorado” (D.O.E, 1959, p.1)

A visão clara e a posse consagrada

Os títulos desta fase final são emblemáticos do triunfo. “A CONSAGRAÇÃO DA POSSE DE GILBERTO MESTRINHO” não deixa dúvidas sobre o tom. O evento não é tratado como um mero ato administrativo, mas como um momento histórico, uma “consagração”.

Outro título, particularmente revelador da autoimagem do jornal, é “**Uns olhos que não são vesgos**”. A expressão, de origem popular, significa ter uma visão clara, não distorcida, da realidade. O *Diário Oficial*, ao usar esse título, se posiciona como o único veículo que viu e narrou a crise com clareza, em contraste com a “visão vesga” e distorcida da imprensa oposicionista:

Na penúltima e na última página do ciclo de janeiro, o D.O. monta o trampolim para a celebração. Em “Uns olhos que não são vesgos”, a redação reivindica para si a visão correta dos fatos (“o sol sempre atravessa as peneiras”), acusa “representantes máximos dos chantagistas” e rotula a atuação do TRE como “procrastinação intranquilizadora”, deslocando a disputa do campo da mera opinião para a ética do olhar e do tempo. A mensagem é dupla: o jornal viu certo; a Justiça vai apenas reconhecer o que o povo já enxergava. Em seguida, “Dia 31, o povo e Gilberto no Palácio Rio Negro” converte a cerimônia em encontro de massas (“abraço fraternal da VITÓRIA”), ridiculariza “fedepulhas” e chama a rua a performar a vitória. É a solda entre legalidade e praça, com data marcada.

Em conjunto, esses títulos prolongam a lógica de “visão clara” inaugurada por “Uns olhos que não são vesgos” e amarram a narrativa de consagração: convocação popular, desmoralização final do adversário, coroação cívica, bênção religiosa, programa de governo e reorganização administrativa. É a vitória convertida em rito e, a partir daí, em rotina.

O triunfo da vontade popular e a autoglorificação

O desfecho da narrativa é a apoteose da estratégia populista e propagandística do *Diário Oficial*:

- **A vitória como confirmação divina:** O uso da palavra “consagração” eleva a vitória política a um plano quase religioso. A posse de Mestrinho não é apenas o resultado de uma eleição, mas a confirmação de um destino, a realização de uma justiça que transcende as leis dos homens. É a narrativa do “escolhido do povo” que finalmente assume seu lugar de direito.
- **A autoglorificação do mensageiro:** Ao se intitular como os “olhos que não são vesgos”, o *Diário Oficial* se autoglorifica. Ele não foi apenas um veículo, mas o guia, o farol que iluminou o caminho da verdade em meio às trevas da mentira. O jornal se torna o herói de sua própria história, o campeão da liberdade de imprensa que derrotou o “cartel” da mídia privada.
- **A reescrita da história:** O D.O. aproveita o desfecho para reescrever a história da crise, consolidando sua versão como a única verdadeira. A narrativa final é simples e poderosa: o povo e seu governo, unidos, enfrentaram e derrotaram uma conspiração de elites corruptas e de uma imprensa venal. A Justiça, ainda que tardiamente, apenas reconheceu essa verdade. Qualquer outra interpretação é, por definição, “vesga”.
- **Dramaturgia da inevitabilidade:** A sequência 23/1 → 28/1 → 31/1 (convocação, último insulto pesado, cerimônia) organiza a sensação de linha reta rumo à posse.
- **Inferência editorial:** na semana 24–30/1, o D.O. teria reiterado a contagem regressiva e didatismos jurídicos para cimentar a leitura de “irreversibilidade”, padrão já visto nas próprias páginas de 23/1.
- **Da pólvora ao protocolo:** Em fevereiro, o jornal reduz o arsenal de xingamentos e substitui por atos, metas e mensagens: posse de auxiliares (4/2), carta-programa (11/2), recepção pública (14/2). É a burocratização do pós-combate.

O fim da crise e o início de uma nova era

As últimas vozes que ecoam nas páginas do *Diário Oficial* são de celebração e de esperança. As notas falam em “pacificação”, em “reconstrução” e em um “novo tempo de progresso” para o Amazonas. A crise, com toda a sua virulência, é apresentada como uma página virada, uma provação necessária para purificar a política local e abrir caminho para o futuro. O *Diário Oficial*, o instrumento central dessa provação, se prepara para retornar, ao menos em parte, à sua antiga função de registrar os atos de um governo agora incontestado, cuja legitimidade foi forjada a ferro e fogo nas prensas do Estado.

A GUERRA DE PALAVRAS E SUAS CICATRIZES

A leitura atenta dos cinquenta dias em que o *Diário Oficial* do Amazonas operou como jornal de guerra revela mais do que uma crise eleitoral. Mostra um método. A informação foi tratada como arma, a imprensa como teatro de operações, e a verdade como território contestado. Nesse laboratório de propaganda e de guerra psicológica, o governo desenhou uma estratégia coerente e cumulativa, que atravessou dezembro, janeiro e a primeira quinzena de fevereiro, até estabilizar uma nova normalidade administrativa.

Primeiro movimento, ruptura da legitimidade concorrente. Ao rotular os jornais privados como cartel e camorra, o D.O. simplificou o cenário e retirou da oposição a condição de interlocutora. Em seguida, personalizou o inimigo e o deslocou do campo do argumento para o do insulto. Rato, ladrão, bestalhão, guabiru. A linguagem animalizante não foi ornamento. Foi técnica para expulsar o adversário do debate racional e para manter o leitor em vigília moral.

Segundo movimento, pressão sobre o tempo institucional. O Tribunal Regional Eleitoral apareceu como relógio controlado por terceiros. Recursos foram descritos como chicanas. Prazos viraram ofensa ao povo. Esse enquadramento politizou a espera e converteu procedimento em obstáculo. A cada publicação, a diplomação deixou de ser um rito e passou a ser uma reparação. O calendário tornou-se argumento e dramaturgia.

Terceiro movimento, contraprova por obras e ritual cívico. À invectiva, o D.O. costurou uma vitrine de entregas: barcos de leite, asfaltos, equipamentos, agendas de serviço. O efeito foi colar eficiência a virtude e inscrever a vitória como mérito administrativo. Quando veio a convocação para o dia 31, a rua entrou no papel como prova testemunhal. A posse foi apresentada como consagração, um ato de coroação cívica, não apenas como etapa final de processo.

Quarto movimento, autoglorificação do mensageiro. Em janeiro, a fórmula dos olhos não vesgos fixou a autoimagem do jornal. Não apenas órgão do governo, mas lente correta do real. Essa afirmação é central para entender o pós-combate. Em fevereiro, a gramática muda de chave e a máquina retorna ao protocolo, porém a vitória simbólica permanece ancorada na narrativa de que o D.O. enxergou certo enquanto os demais desviavam o olhar. A partir disso, a pacificação não é silêncio. É disciplina editorial. Menos adjetivos, mais atos. Menos praça, mais expediente.

O saldo histórico é áspero. O livro mostra como a língua pode construir e demolir reputações, mobilizar e intimidar, legitimar e silenciar. Mostra também como a noção de vontade popular pode ser invocada como aríete contra a legalidade quando o tempo institucional não coincide com o tempo político. E ensina que o retorno à rotina administrativa não apaga a técnica aprendida. A guerra deixa cicatriz em forma de procedimento, comissões, sindicâncias, numeração de processos e uma vigilância permanente sobre quem fala e como fala.

Há ainda uma camada humana, que ajuda a fechar o arco. O ciclo que acompanhamos termina em 23 de fevereiro. Não é apenas o fim do calendário de crise. É, curiosamente, o aniversário de Gilberto Mestrinho. A coincidência de datas contribui para o sentido de fechamento que permeia as páginas finais. A narrativa que começou com o decreto de combate e atravessou insultos, telegramas e prazos, termina no dia em que o personagem central soprou velas e assumiu a rotina de governo com equipe nomeada, mensagem programática e bênção pública. Essa rima de datas não muda os fatos, mas ajuda a entender a autopercepção de vitória completa que o *Diário Oficial* desejou fixar para a memória.

Olhar para essas páginas é olhar para um método que reaparece, com variações, em outros momentos do país. Por isso reconstruímos a sequência sem omissões. Porque compreender como se arma uma trincheira de linguagem, como se dramatiza o tempo do tribunal, como se usa obra como contraprova moral, e como se converte palanque em balcão, é compreender mecanismos que atravessam décadas. Estudar o *Diário Oficial* de 1958 e 1959 não é exercício de antiguidade. É um manual de leitura para o presente. E um alerta para o futuro.

CHAN

VAI

Parte 2

guém desconhece nesta ter- Ramos
odo de viver do peculatório pelo SINDICA
phano Antony, mais conhe- chou como o fi
por "Chantagem". Acostu- vernantes. Re
a viver principescamente, te e habilitou
mentando as altas rodas do funcionar tar
do como um na- gão de impre
seus céle o povo. Dest
dão, ao rece
onde simpl

DIARIO OFICIAL — Segunda-feira

PARTE NO

NÃO O

Vade Pot

INTRODUÇÃO

AS MÚLTIPLAS FACES DA “IMPRENSA LIVRE”

Se a primeira parte desta obra desvendou como o poder estatal, através do *Diário Oficial*, forjou uma arma de propaganda e ataque, esta segunda parte atravessa a trincheira para analisar a reação da chamada “imprensa livre”. Longe de ser um bloco monolítico, a imprensa privada de Manaus em 1958 era um ecossistema complexo de interesses familiares, ambições políticas e visões de mundo distintas. Sob o manto da “liberdade de imprensa”, três veículos se destacaram na guerra de palavras que marcou a crise eleitoral daquele ano: *A Crítica*, *A Tarde* e *O Jornal*.

Esta seção do livro se dedica a uma análise cronológica e comparativa desses três jornais, demonstrando como cada um, a seu modo, participou ativamente do conflito. Investigaremos as diferentes estratégias, tons e motivações que guiaram suas coberturas, revelando um cenário muito mais nuançado do que a simples dicotomia entre uma imprensa opositora e um governo autoritário.

De um lado, *A Crítica*, da poderosa família Calderaro, que empunhava a bandeira de uma calculada e sofisticada “imparcialidade” para defender seus interesses. De outro, *A Tarde*, de Aristóphano Antony, um jornal que se tornou a extensão da fúria pessoal de seu diretor, transformando uma vendeta particular em uma causa pública. E, como contraponto, *O Jornal*, que operava como a voz da situação na imprensa privada, utilizando as mesmas táticas de propaganda de seus adversários, mas com o sinal trocado.

Ao dissecar as páginas desses diários, revelamos que a “imprensa livre” também travava suas próprias guerras, não apenas contra o governo, mas entre si e por seus próprios objetivos. A análise que se segue busca desconstruir o mito de uma imprensa unida e puramente ideológica, mostrando um cenário onde o poder, o dinheiro e as paixões pessoais moldaram a notícia e ajudaram a empurrar o Amazonas para a beira do caos.

Parte 2

Capítulo 1

A GUERRA NAS BANCAS: QUANDO A IMPRENSA ESCOLHE SEUS LADOS

(outubro de 1958)

OUTUBRO DE 1958: A SEMEADURA DA DÚVIDA

O mês de outubro foi o laboratório onde *A Crítica* testou e aperfeiçoou sua principal arma: a construção metódica de um ambiente de incerteza. Não se tratava apenas de relatar o processo eleitoral ou de registrar a ascensão de Gilberto Mestrinho; tratava-se de moldar a percepção pública sobre esse processo. A estratégia era sofisticada: o jornal não negava a vitória iminente do candidato governista – isso seria inverossímil –, mas a relativizava, a qualificava, e sobretudo, a colocava sob suspeita. Assim, cada manchete, cada crônica, cada editorial tornava-se uma peça deliberadamente encaixada em um quebra-cabeça que tinha como objetivo final corroer a legitimidade do resultado.

A Crítica, ao contrário de um simples periódico observador, assumiu para si o papel de ator político. Outubro de 1958 foi o cenário dessa atuação ativa, onde o jornal, por meio de uma escrita aparentemente casual em alguns momentos e incisiva em outros, foi semeando, dia após dia, a dúvida – dúvida sobre os votos, sobre o processo, sobre a Justiça, sobre o futuro governador e, sobretudo, sobre a própria eleição como expressão da vontade popular.

A crônica do dia da eleição: O voto que soa “tinindo” e “retinindo” (5 de outubro)

A primeira peça no tabuleiro foi movida logo em 5 de outubro, quando o jornal publicou uma crônica leve, quase festiva, sobre o dia da eleição. O tom era pitoresco, quase literário: as longas filas, a movimentação dos bairros, os personagens típicos da política local — tudo isso compunha um retrato de costumes que soava familiar ao leitor.

A matéria intitulada “QUEM FORJA ESTÁ ELEITO” parecia, à primeira vista, apenas um recorte folclórico do cotidiano eleitoral. Contudo, no centro dessa narrativa aparentemente inofensiva havia uma anedota carregada de intencionalidade. Nela, *A Crítica* conta a história de um chofer que, em momentos distintos da manhã, promete sua fidelidade eleitoral aos dois principais candidatos:

Um chofer, logo às primeiras horas da manhã, (ainda não eram 10 horas), esteve em casa do prof. Gilberto Mestrinho, dizendo: 'Não precisa se preocupar, esta parada está ganha. Meu voto já está na urna e ao cair vibrou tinindo'. Logo depois, quando já estávamos em casa do dr. Paulo Nery, encontramos o mesmo chofer que estava afirmando: 'Dr. Paulo, o senhor é que é o homem. O meu voto já está na urna e ao cair vibrou retinindo. (A CRÍTICA, 1958, p.2)

Essa narrativa tem um propósito que vai muito além da comicidade. A metáfora do “tinindo” e “retinindo” contém uma crítica velada, porém contundente, ao sistema eleitoral e à maleabilidade das lealdades políticas. O jornal se posiciona como observador privilegiado — alguém capaz de perceber as contradições que escapam ao público comum. E, ao expor essa duplicidade no plano individual, *A Crítica* sugere que algo semelhante poderia estar ocorrendo no plano coletivo.

A anedota, portanto, é a primeira semente de dúvida plantada. Humilde em sua forma, profunda em seu efeito. Se um único voto podia soar de maneiras diferentes dependendo do interlocutor, por que os milhares de votos depositados nas urnas não poderiam também ser interpretados e reinterpretados? Assim, de maneira indireta, o jornal começava a introduzir a ideia de que a verdade eleitoral não é absoluta, mas construída e que ele próprio seria o mediador dessa construção.

A liderança “surpresa” e a “escassa margem” (6 de outubro)

No dia seguinte, com os primeiros resultados oficiais, a estratégia se torna mais explícita. A manchete de 6 de outubro é uma obra-prima de enquadramento jornalístico: “OS CANDIDATOS DA SITUAÇÃO LIDERAM O PLEITO AINDA COM ESCASSA MARGEM DE VOTOS”

O verbo principal “lideram” afirma o fato; tudo o que vem ao redor, porém, o esvazia. O advérbio “ainda” introduz uma expectativa de mudança. A expressão “escassa margem” relativiza a força da liderança. A palavra “surpresa”, usada no corpo da matéria, reforça a ideia de que o sucesso de Mestrinho era inesperado e, portanto, talvez ilegítimo.

Mais do que reportar, o jornal enquadra. O que poderia ser anunciado como uma vitória sólida passa a ser retratado como um acontecimento frágil, reversível, dependente de fatores ainda não computados — sobretudo os votos do interior, sempre evocados como território da esperança oposicionista.

Ao dar o mesmo peso às contagens oficiais e às suposições, *A Crítica* cria uma equivalência artificial entre número e especulação. Essa técnica não apenas prolonga a sensação de incerteza, mas estabelece que o resultado definitivo e qualquer que fosse seria alvo de contestação.

A profecia da batalha judiciária (14 de outubro)

Se nos primeiros dias de outubro o jornal parecia preparar o terreno, no dia 14 ele passou a atuar diretamente no plano da antecipação. O editorial “**A PALAVRA DO TRIBUNAL**” abandona toda ambiguidade e ergue uma espécie de discurso profético:

“Um empate, ou uma pequena vantagem de qualquer um deles irá, certamente, desencadear a mais renhida batalha judiciária a que já assistimos em nossa terra.” (A CRÍTICA, 1958, p.1)

A previsão funciona como autorrealização. Antes mesmo de qualquer contestação formal, o jornal já apresentava a disputa judicial como inevitável. Dessa forma, naturalizava-a, legitimava-a e, ao mesmo tempo, convocava seus leitores a aguardarem e quase a desejarem o conflito.

Mais grave ainda é a insinuação contra o Tribunal Regional Eleitoral. O editorial alerta para a necessidade de atenção às “condutas e simpatias de certos juízes”. Não se trata de uma acusação explícita, mas de uma sombra cuidadosamente projetada sobre a magistratura. Sob o pretexto de defender a lisura do processo, *A Crítica* desestabilizava sua autoridade.

Esse editorial é um marco: com ele, o jornal deixa de ser apenas narrador e assume o papel de protagonista na construção da crise, preparando sua audiência para desconfiar de qualquer ato oficial que viesse a seguir.

A “bomba política” e a marcha à ré (15-16 de outubro)

A profecia não tardou a materializar-se. No dia 15, *A Crítica* estampou a manchete “BOMBA POLÍTICA”, anunciando o pedido de recontagem de votos apresentado pelo PTB de Mestrinho. A expressão “bomba” reforça a atmosfera dramática e a sensação de um sistema à beira do colapso.

O jornal cobre o episódio com intensidade, como se estivesse diante de um acontecimento extraordinário. E, de fato, o enquadramento transforma um procedimento jurídico normal em um acontecimento explosivo.

Mas o clima de urgência dura pouco. Em 16 de outubro, outra manchete anuncia o oposto:

“NÃO HAVERÁ RECONTAGEM DE VOTOS”.

A reversão repentina de explosão, a contenção reforça a narrativa de instabilidade. Manter o público em constante oscilação entre expectativa e frustração era útil para o jornal, pois sustentava a ideia de um processo eleitoral imprevisível, vulnerável e, sobretudo, sujeito a manipulações.

Essa sucessão rápida de altos e baixos exercia um efeito psicológico: quanto mais instável o processo parecia, mais plausível se tornava a hipótese de fraude ou de erro — e mais legítimo o discurso contestatório.

O mês termina com a incerteza institucionalizada

O restante de outubro segue uma linha coerente com a estratégia anterior. Notícias que, em outro contexto, poderiam ser tratadas de modo técnico ou burocrático ganham peso político: a paralisação dos serviços eleitorais devido ao “caso Georgete Dau” (17 de outubro); a entrevista com o corregedor do TRE sobre a demora na apuração (31 de outubro); os editoriais sobre os desafios de Manaus e o futuro governador (24 de outubro).

Todas essas peças alimentam a mesma construção narrativa: a de que o processo eleitoral estava atravancado, permeado por problemas e suspeições, vulnerável a falhas humanas e institucionais.

Ao final do mês, o efeito acumulado é evidente. A vitória de Gilberto Mestrinho, numérica e formalmente sólida, já não era percebida como tal. A dúvida não apenas havia sido semeada, havia sido cultivada, regada e transformada em atmosfera. A ideia de uma batalha judicial deixara de ser hipótese e tornara-se expectativa. E *A Crítica*, mesmo apresentando-se como observador neutro, já havia consolidado sua posição como agente central da crise, moldando a narrativa que ela própria amplificaria nas semanas seguintes.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

Ladrões Sórdidos

Os fedepulhas, quando se trata de roubar, de agir bastardamente em favor de seus interesses, nada respeitam, tudo sacrificam, mesmo que seja a dignidade de um Tribunal. Assim, como arma de sua tão decantada "batalha judiciária", já desmoralizada, ROUBARAM do próprio recinto do Tribunal Regional Eleitoral os documentos correspondentes às urnas 37 e 37-A, para criarem caso e dificultarem os trabalhos apuratórios de responsabilidade dessa Colenda Corte.

Ladrões por vocação, por índole, por instinto e, em sua maioria, por hereditariedade, como esse Umberto Calderaro de A CRÍTICA, os fedepulhas, esgotados todos os recursos sérios, desejam levar os trabalhistas a perder a paciência, enveredando, assim, pelo único argumento que eles entendem, procurando os bastardos, usar as consequências que eles mesmo, os ladrões e chantagistas, estão criando, para por a boca no mundo pedindo socorro...

Que tenham muita cautela os chanta-

gistas como Calderaro e os pulhas como Epaminondas Barauna, pois, na época que passa de trabalho e de moralização não há mais lugar para salafários de sua espécie, pois o Cartel que organizaram para violentar a livre manifestação do pensamento dos amazonenses dignos já foi quebrado, espetacularmente, pelo Governo Trabalhista, que também dará um jeito para livrar a nossa terra de chantagistas, empregando os métodos frios e quentes, de acordo com a audácia dos sacripantas...

OS ESPERNEIOS DA "imprensa" ...

Os componentes do Sindicato da Chantagem estão reclamando o fato muito plausível de se recusarem as repartições públicas a fornecer-lhes informações relacionadas com os serviços peculiares, mesmo quando estas ofereçam interesse geral, com a pauta dos pagamentos a serem feitos diariamente pela Secretaria de Economia e Finanças, e outros que naturalmente muito concorriam para o esgotamento das suas edições...

Reclamam sem razão e choram sem motivo, porque tal situação foi por eles próprios provocada num arrôto de valentia impensada e imprudente, como o são todos os atos irrefletidos e impulsionados pelos arrebatamentos empolgantes, que criam os heróis laureados ou palhaços ridículos, como lhes sucedeu por culpa inteiramente sua.

A imponência verbal da célebre nota de solidariedade ao presidente da Associação Amazonense de Imprensa incluía, no seu empolado texto em timbre e tom irrecusavelmente determinativo e peremptório o rompimento de todos os laços de ligação com o governador Plínio Coêlho, circunstância que não admite separação ou apartamento entre a pessoa física e jurídica do governador e a função de Governo, ficando assim esse completamente livre e isento de qualquer contacto com os seus provocadores espontâneos e agora madalenesicamente chorosos...

A maldade suspicax atirada no comentário em cercadura hoje publicado em "A Crítica", com relação à recusa das repartições em favorecer noticiário à imprensa local, carece reparo por insinuar que tal deliberação tem a finalidade de

ocultar a ilicitude de pagamentos ou a efetivação de atos administrativos, coisas que só mesmo os calejados moralmente em práticas criminosas e repulsivas como o proprietário de "A Crítica", souberam aproveitar em outras épocas, engordando até hoje.

Essa perfidia serve, porém, para dar ao povo a exata medida moral e o caráter do Calderaro tão somente porque os pagamentos diários e os atos do Governo são publicados no "Diário Oficial" e podem ser verificados e conhecidos pelo próprio povo, sem qualquer dificuldade, de vêr que todas as repartições do Estado sempre estiveram e continuam franqueadas a qualquer cidadão que deseje esclarecimentos sobre a honesta conduta da administração atual.

Solidariedade ao Governo do Estado e ao Prof. Gilberto Mestrinho

Nós os trabalhistas residentes à rua 7 de dezembro com a Jonathan Pedrosa, amigos incondicionais de S. Excia. Dr. Plínio Ramos Coêlho, DD Governador do Estado do Amazonas e do Professor Gilberto Mestrinho, Candidato Eleito

À GUISA DE CONSELHO

Os Diretores de jornal de Manaus, após romperem relações com o Governo do Estado, porque o Executivo denunciou o Sindicato da Chantagem e da Colônia, enviaram notícias ao sul do país, dizendo estarem sendo vítimas de agressões e coações de toda espécie, nada disso tendo ocorrido. Apesar dos berros que lançaram para todo o Brasil, nada aconteceu. Queremos pois prevenir-lhes que da próxima vez apanharão mesmo, já que remédio não há. O conselho é mesmo pau e muito pau. Aqui fica o conselho.

Parte 2

Capítulo 2
O TRIBUNAL PARALELO
DA IMPRENSA

(novembro de 1958)

O TRIBUNAL DE PAPEL

Se outubro foi o mês da semeadura da dúvida, novembro marcou a escalada da ofensiva. A fase de insinuações e metáforas deu lugar a uma estratégia abertamente combativa. Com a batalha judicial já instalada e a oposição fortalecida pela incerteza alimentada nas semanas anteriores, *A Crítica* abandona a sutileza e assume o papel de protagonista na disputa pós-eleitoral. Suas páginas deixam de sugerir e passam a ordenar; deixam de insinuar e passam a acusar.

O jornal, que antes se colocava como observador da apuração, agora se converte em um tribunal paralelo e um espaço em que a verdade dos fatos é construída deliberadamente para influenciar a ação das instituições formais. O foco desloca-se da contestação do resultado para a pressão direta sobre o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), numa tentativa evidente de moldar o desfecho da crise em curso.

Editoriais contundentes, manifestos da oposição reproduzidos integralmente e denúncias que variavam entre o alarmista e o jurídico compõem uma sequência cuidadosamente encadeada. A cada edição, o jornal ampliava o cerco ao judiciário, buscando, com insistência e método, criar o ambiente necessário para a anulação da vitória de Gilberto Mestrinho. Novembro é, assim, o mês em que a imprensa deixa de ser apenas arma política: torna-se, ela própria, um poder.

O manifesto e a justiça sob suspeita (1º de novembro)

A abertura do mês é marcada por uma ofensiva simultânea em dois eixos: o político e o institucional que expõem, com clareza, a estratégia do jornal.

Na capa de 1º de novembro, *A Crítica* publica um extenso manifesto da “Frente Democrática Popular ao Povo do Amazonas”. Trata-se de um documento abertamente oposicionista, que acusa o governo de agir de maneira autoritária, de tentar “ganhar no grito” e de mobilizar a máquina administrativa para intimidar e controlar o processo eleitoral. O texto, militante em sua forma e agressivo em seu conteúdo, denuncia arbitrariedades, pressões e tentativas de manipulação, num tom que ultrapassa a crítica política e se aproxima da denúncia moral.

Ao estampar o manifesto com destaque máximo, *A Crítica* o transforma em fato jornalístico, mas faz mais do que divulgar: legitima. O jornal empresta sua credibilidade ao discurso oposicionista, funcionando como caixa de ressonância e amplificador do ressentimento político. O leitor não vê apenas a voz de uma frente partidária: vê a narrativa de uma oposição que parece respaldada pelo principal periódico da cidade.

Na mesma edição, a página 3 traz o editorial “A Justiça Eleitoral”, que dá continuidade ao ataque, mas agora com um verniz institucional. O texto inicia com um elogio que, logo se percebe, é apenas a moldura de uma advertência. A Justiça Eleitoral é apresentada como “o último reduto das esperanças dos que creem na democracia”, mas essa exaltação funciona como a preparação para a ameaça velada: o tribunal está sob observação popular, e suas decisões podem desencadear “consequências imprevisíveis”.

O subtexto é transparente. *A Crítica* posiciona-se como guardiã da moralidade pública e sugere que qualquer decisão que contrarie a expectativa construída pelo jornal, isto é, qualquer decisão que confirme a vitória de Mestrinho, será vista como injusta e precipitará uma reação popular. É um recado direto ao TRE, dito com a autoridade que o jornal reivindica para si: “Estamos olhando, e esperamos que vocês façam o que é certo”.

Assim, já no primeiro dia do mês, o jornal estabelece os termos do conflito: o TRE passa a ser o alvo central, e o povo mobilizado pelo jornal é apresentado como juiz final da legitimidade do tribunal.

A “batalha judiciária” e a pressão sobre os juízes (19 de novembro)

O ápice da ofensiva midiática ocorre em 19 de novembro, quando *A Crítica* dedica uma página inteira ao tema que batiza a cobertura: “**Em torno da ‘batalha judiciária’**”.

A matéria não é uma simples reportagem; é, literalmente, uma peça jurídica travestida de jornalismo. Longos trechos de recursos, citações literais de pareceres, explicações detalhadas de dispositivos legais e interpretações minuciosas de irregularidades compõem a narrativa. O leitor comum dificilmente poderia acompanhar a complexidade do texto, mas esse não é o objetivo.

O alvo são os juízes. Ao publicar, com tanto detalhamento, os argumentos da oposição pela anulação de diversas seções eleitorais, o jornal faz duas operações simultâneas:

Constrói uma jurisprudência pública paralela

A narrativa jurídica funciona como um processo simbólico, que corre em paralelo ao processo oficial. Nas páginas do jornal, a oposição aparece não como mera reclamante, mas como parte jurídica sólida e tecnicamente fundamentada.

Pressiona o TRE a se alinhar à interpretação da oposição

A mensagem implícita para os magistrados é clara: Nós sabemos o que a lei diz e sabemos o que vocês deveriam decidir. Essa matéria não informa: orienta. Não descreve: prescreve. É o jornal assumindo, de forma aberta, o papel de intérprete da lei.

O próprio termo “batalha judiciária”, amplificado e repetido, reforça o caráter de conflito, de embate inevitável entre oposição e situação, tendo os juízes como árbitros pressionados por dois lados e sendo o jornal um desses lados, atuando com contundência crescente.

A denúncia como Arma: As Seções Irregulares (25 de novembro)

No dia 25, *A Crítica* lança o que talvez seja sua munição mais potente e sua acusação mais insistente: a denúncia de que teriam sido criadas **18 seções eleitorais irregulares** na capital às vésperas da eleição, beneficiando o candidato governista em aproximadamente 5.000 votos.

A manchete “**Denúncia Gravíssima**” não deixa margem para ambiguidades. A reportagem, apresentada como furo jornalístico, descreve a criação tardia das seções como violação clara da legislação eleitoral. Mais do que noticiar, o jornal acusa, e acusa com a convicção de quem já tem a sentença.

A partir daí, o tema das seções irregulares passa a ocupar lugar fixo na cobertura do jornal. A denúncia transformou-se em bandeira, em justificativa central da narrativa de fraude eleitoral. É o exemplo mais evidente de como *A Crítica* não apenas acompanhava a batalha judicial: participava dela.

A dinâmica é clara: A oposição formula um argumento jurídico. O jornal o repercute em manchete. A repercussão fortalece a oposição. A oposição usa o material do jornal como exemplo da “comoção pública”. O ciclo recomeça.

Assim, a imprensa deixa de ser apenas veículo: torna-se elemento ativo do próprio processo, municiando a contestação e garantindo sua permanência no debate público.

O cerco ao tribunal: novembro em perspectiva

Ao final de novembro, o cerco ao Tribunal Regional Eleitoral estava concluído. Tudo no jornal das manchetes aos editoriais, dos manifestos às análises jurídicas reforçava o mesmo enredo: a de que houve fraude, de que a vitória de Mestrinho era ilegítima, de que as seções irregulares eram prova cabal do vício do processo e de que o TRE precisava corrigir o “erro”.

A estratégia inicial de outubro a “imparcialidade calculada” deu lugar a uma operação de pressão aberta. Agora, *A Crítica* não escondia seu papel: deixara de ser observador, e de ser profeta. Tornara-se acusador.

E mais do que acusar, exigia: queria do judiciário a sentença que já havia proferido em suas páginas. O tribunal real continuava funcionando, mas o tribunal paralelo da imprensa parecia ter retomado a dianteira. O caso Mestrinho, que começara como disputa eleitoral, agora era disputa institucional e o jornal, com sua influência sobre a opinião pública, era um dos atores centrais do processo.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

ARISTOPHANO PERANTE OSIRIS

Morto, bem morto, ainda com fogos-fátuos falando da decomposição das matérias graxas que lhe compunham a rotundidade terrena, o espírito de Aristophano compareceu perante o Tribunal de Osiris, para escrever no Livro dos Mortos essas plangentes palavras:

— Eu nunca roubei a Prefeitura de Minas, Osiris. Eu nunca chantagei comerciantes para tomar anúncios para o meu jornal de apenas duzentos exemplares, Osiris. Eu nunca levei as minhas solicitações de dinheiro até à ameaça, aos sábados, para pagar as folhas dos

meus operários aos sábados, Osiris. Eu jamais insultei o Governador Plínio Collor e o Professor Gilberto Mestrinho, Osiris. Não é verdade, Osiris que eu tenha dito que a raposa do Governador recebera um colar de presente, tampouco fiz perfídias procurando levar a inquietude aos lares dos meus adversários, Osiris. Sempre pago com o suor do meu rosto aquilo que compro, Osiris. Não me recordo de ter caloteado alguém, Osiris. Na Terra, jamais dei "facadas" nos meus amigos, Osiris. Nunca menti, nunca caluniei, nunca injurei, Osiris.

Jámais abandonei a minha família, Osiris. Não foi por medo que eu fui, tremendo ao quartel do 27 B/C pedir proteção, Osiris. Não foi por covardia que eu e meus companheiros irradiamos mentiras e calúnias para todo o Brasil, Osiris. Nunca aceitei dinheiro emprestado com a intenção preconcebida de não pagar, Osiris. Não sou orgulhoso, nem vaidoso, Osiris. Atingi as culminâncias do saber, Osiris. Jámais fui preso por traição à Pátria, Osiris. Marego a tua proteção divina, minha bra, minha anata, minha inesfável Osiris."

O que o Calderaro NÃO DISSE

Disse o escroque Umberto Calderaro Filho, "doublé" de falso jornalista (nessa qualidade é membro proeminente e poderoso do Sindicato da Calúnia e da Chantage) e vendedor de joias nas horas vagas, no seu risível "Repelindo Infâmias", que favor pedira certa vez ao trapalmeiro José da Silva Mattos, presidente do Banco de Crédito da Amazônia, hoje transformado em autentica arapuca, quando interessara junto ao mesmo, no sentido de ser concedido o aval para a compra de barcos coletores de leite e

navios frigoríficos, aval esse negado sob a alegativa de que não possui "garantias".

Para desencanto desses inimigos declarados de nossa terra, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., das mais sólidas casas bancárias do país conhecendo a honestidade no proceder do Governo deste Estado, concedeu não apenas o simples aval, mas o necessário em dinheiro, para a compra dos barcos, adiantando ainda mais a sua Diretoria, que, "para o Amazonas, durante as ges-

tões trabalhistas, as portas daquela Casa estariam sempre abertas". Hoje, estão a chegar ao nosso porto os barcos coletores de leite e os navios frigoríficos, e já o empréstimo foi totalmente pago, inclusive até com adiantamento, evidenciando-se desta arte o proceder digno do governador Plínio Ramos Collor.

Isso o chantageista Calderaro não quis dizer, como não disse também que o B. C. A. negou o aval porque o sr. José Mattos sabia de antemão da honestidade e da lisura no procedimento governamental e que assim, não aceitaria o Governo fornecer grossas propinas para a concretização da referida transação bancária.

Talvez nas gestões passadas essa transação tivesse sido feita com o B. C. A. para enriquecer me a dúzia de felizes apauçados, porquanto tudo que cheira a marmelada é imediatamente aceite pelo sr. José Mattos, com os brilhantes aplausos do Calderaro, ex-mamador voraz das combalidas tetas do erário público, no período governamental compreendido entre os anos de 1950 a 1954.

Açaimando a Féra

Os naufragos políticos não diferem dos que se debatem sobre as águas; uns e outros procuram agarrar-se seja as que for, para salvar a vida, tangidos pela angústia e pelo desespero.

Acontece, no entanto, que aqueles se desorientam completamente e chegam a perder toda a noção de seguri-

dade, por que se alucinam sob os impulsos de exagerada sofreguidão.

Os fedepulhas estão sonhando ainda com a anulação das eleições de Eirunepé e Lábrea, para o que interpuzeram recursos casquinhos, despidos de fundamento jurídico porém fartos de chicanices primárias, causativas e fatigantes

ao exame da Justiça Eleitoral, cuja austeridade eles subestimam e querem debochar.

E' um expediente malandro, com fins dilatórios evidentemente subalternos e sem amparo moral, inspirado na impenitente recalcitrância de uma aventura despicienda e ingnóbil, por atentatória

Parte 2

Capítulo 3 A ESCALADA DA TENSÃO

(dezembro de 1958)

DEZEMBRO DE TENSÃO

Se outubro semeou a dúvida em novembro organizou a ofensiva, dezembro inaugura a fase mais tensa e dramática da crise. O que antes era uma contestação jurídica se converte, neste mês, em um confronto político de amplitude nacional. *A Crítica* acompanha essa transformação e contribui decisivamente para ela ao intensificar sua retórica, ampliar seus alvos e elevar a disputa a um patamar onde apenas duas saídas pareciam possíveis: a anulação das eleições ou uma intervenção federal.

O tom se altera. As manchetes tornam-se mais contundentes, os editoriais mais inflamados, as denúncias mais dramáticas. O jornal passa a desenhar um cenário de caos institucional, insegurança social e perseguição à imprensa, construindo a imagem de um Amazonas à beira do colapso. Dezembro é, assim, o mês em que o jornal articula, simultaneamente, três frentes: o cerco ao TRE, a pressão sobre o governo federal e a mobilização de uma rede nacional de solidariedade.

O clima descrito nas páginas de *A Crítica* é o de um estado sitiado, governado por uma administração ilegítima e sustentado por um processo eleitoral manchado. A cada edição, a disputa pós-eleitoral torna-se mais aguda, mais inflamável e menos local.

A não-diplomação e a solidariedade da imprensa (1-6 de dezembro)

Dezembro inicia com a confirmação do que *A Crítica* vinha profetizando havia semanas: a não diplomação dos eleitos dentro do prazo legal. A manchete de 3 de dezembro:

**“NÃO SERÃO DIPLOMADOS AMANHÃ OS ELEITOS DE
3 DE OUTUBRO” é a oficialização da crise política.**

A notícia funciona como gatilho para reativar todas as suspeitas consolidadas em outubro e novembro. A demora, antes apresentada como sinal de fraqueza administrativa, torna-se agora evidência de paralisia institucional. O TRE é retratado como incapaz de concluir seu trabalho ou, pior, como refém de pressões políticas que impediriam sua

atuação plena. Essa narrativa reforça a ideia de que a eleição havia se tornado inviável e de que qualquer tentativa de diplomacia seria ilegítima.

Paralelamente, *A Crítica* inicia um esforço para transformar o conflito local em causa nacional. A edição de 6 de dezembro anuncia que a situação do Amazonas “Repercute em Todo o Brasil” e que as “ofensas feitas à imprensa amazonense” pelo governo despertavam solidariedade em outras regiões.

Ao divulgar manifestações de apoio de jornais, associações e atores políticos de fora do estado, *A Crítica* realiza dois movimentos estratégicos:

Deixa de ser imprensa local para se apresentar como símbolo da liberdade de expressão no Brasil. O jornal cria um enquadramento segundo o qual atacar *A Crítica* seria atacar a imprensa nacional como um todo.

Aumenta a pressão sobre o governo federal. Ao demonstrar que o caso Amazonas extrapolava fronteiras regionais, o jornal sugere que o Executivo não poderia mais ignorar a crise sem sofrer desgaste político.

Essa mobilização externa funciona, portanto, como instrumento de legitimação e amplificação. O jornal passa a argumentar que está em jogo não apenas o resultado de uma eleição estadual, mas princípios democráticos fundamentais, criando uma atmosfera em que uma intervenção federal deixa de ser remota e começa a se tornar plausível.

A batalha se desloca para o Rio (17 de dezembro)

Na segunda metade do mês, a disputa dá um salto geográfico e institucional. A edição de 17 de dezembro anuncia, com destaque, que a batalha judicial se transfere para o Rio de Janeiro, então capital do país e sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A matéria intitulada “**Desloca-se a Batalha Judiciária**” é um marco simbólico e político.

Ao afirmar que os recursos da oposição seriam levados ao TSE, o jornal redefine os contornos da crise. O conflito deixa de ser territorial, deixa de ser disputa entre grupos políticos locais e passa a ser questão nacional. O Amazonas, que até então aparecia nas páginas da imprensa como lugar periférico nos debates nacionais, torna-se palco central de uma batalha jurídica “exemplar”.

O jornal enfatiza ainda que os advogados da oposição estariam preparando um arsenal jurídico robusto para enfrentar o governo estadual no tribunal superior. Essa narrativa reforça a imagem da oposição como organizada, articulada e juridicamente embasada, em contraste com o governo, retratado como arbitrário e ilegítimo.

Na mesma edição, *A Crítica* noticia a “Solidariedade dos Jornalistas do Brasil à Imprensa Amazonense”, informando que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) enviara uma comissão a Manaus para investigar supostas perseguições a jornalistas. A chegada da comissão é tratada como evento político de grande relevância.

Para o jornal, esse gesto representa: a legitimação nacional de sua denúncia, a confirmação de que a imprensa estava sob ataque, a ampliação da base de apoio da oposição. Nos dias seguintes, *A Crítica* cobre minuciosamente a presença da comissão, explorando cada visita, cada declaração, cada gesto como prova de que o Amazonas vivia um ambiente de exceção que exigia resposta urgente das instituições federais.

O “Natal de fome” e o mandado de segurança (24-31 de dezembro)

Na véspera de Natal, *A Crítica* publica uma das matérias mais dramáticas de toda a cobertura pós-eleitoral. Sob a manchete “**NATAL DE FOME!**”, o jornal descreve um cenário de completa desorganização do funcionalismo público, com atraso de salários e miséria generalizada atribuída diretamente ao governo de Plínio Coelho.

O tom da reportagem é abertamente panfletário. O jornal usa a carga emocional da data para ampliar o impacto político da denúncia: a miséria do funcionalismo torna-se símbolo da incompetência moral do governo e da urgência de uma solução institucional.

Essa matéria cumpre duas funções simultâneas:

- **Econômico-social:** reforça a ideia de colapso administrativo;
- **Política:** justifica a necessidade de uma medida extrema seja anulação, seja intervenção.

O ano encerra-se com a última jogada jurídica da oposição: o jornal anuncia, em 31 de dezembro, que a Frente Democrática Popular havia impetrado no TSE um “**Mandado de segurança contra a diplomação do eleito**”. É o ápice da estratégia jurídica e o ponto de maior tensão institucional desde o início da crise.

Ao fechar o ano com essa manchete, *A Crítica* deixa no ar a expectativa de um 1959 explosivo, com a decisão sobre o destino político do estado totalmente concentrada nos tribunais superiores. A crise, portanto, não se resolve; intensifica-se.

Dezembro em perspectiva: O Estado sob cerco

Em retrospecto, dezembro representa a consolidação definitiva da estratégia de *A Crítica*. Ao longo do mês, o jornal: radicalizou a denúncia do processo eleitoral, nacionalizou a crise, fortaleceu a oposição jurídica e política, construiu um ambiente de urgência social, e pressionou o governo federal a agir.

O Amazonas retratado nas páginas do jornal não era apenas um estado em disputa; era um território à beira do caos, onde apenas a intervenção de forças externas, tribunais superiores, imprensa nacional, governo federal, poderia restaurar a ordem.

A batalha de narrativas chegou ao seu auge. *A Crítica* não era mais tribuna do povo: era parte interessada, voz dominante e, em muitos aspectos, força orientadora da crise. O desfecho permanecia imprevisível, mas uma mensagem estava clara: janeiro não traria calma, traria confronto.

O CHANTAGISTA VAI PASSAR FOME

Ninguém desconhece nesta terra o modo de viver do peculatório Aristophano Antony, mais conhecido por "Chantagem". Acostumado a viver principescamente, frequentando as altas rodas do "society", gastando como um nababo e oferecendo os seus célebres banquetes domingueiros, o chantagista, para fazer tudo isso, tinha uma única fonte de renda: o seu jornal, com uma circulação diária de duzentos exemplares. Transformado habilmente em "arapuca", o vespertino "A Tarde", podia lhe fornecer esses recursos financeiros. Muito simples. Usava o telefone e intermedia a vítima: "Preciso de tal coisa. Senão me enviar, já sabe". O resultado, sempre temeroso de uma calúnia, recebia a ameaça de três mil cruzeiros, regateava e acabava dando quinhentos...

Assim ia vivendo o homenzinho. Mas, não há mal que sempre dure. O governador Plínio

Ramos Coêlho, atacado vilmente pelo SINDICATO, não se agachou como o fizeram outros governantes. Reagiu másculamente e habilitou o Diário Oficial a funcionar também como um órgão de imprensa, para defender o povo. Dest'arte, qualquer cidadão, ao receber uma ameaça, responde simplesmente: "Vou comunicar o fato ao Diário Oficial". Pronto. Esta é a fórmula mágica de colocar um ovo quente na boca dos goeludos.

Nesse ritmo, o famoso peculatório vai morrer de fome. A não ser que as rendas do Rio Negro da Associação Amazonense de Imprensa passem totalmente pa-

ra o seu bolso (a sua "lasquinha" ele já tira de há muito tempo). Mas se esse golpe for tentado, vadar na vista e pior será.

Está difícil, ao chantagista e peculatório, resolver o problema. No entanto, como somos generosos, vamos indicar-lhe um meio de vida. Já que ele é imortal, sábio e brilhante, comece a produzir literariamente, lançando livros de sua autoria, os quais, levando a sua assinatura, sem dúvida alguma serão "best-sellers" da literatura mundial. Quem sabe se assim agindo não será agraciado inclusive com um prêmio Nobel? E' só tentar...

ORA, O CALDERARO...

Fica-se embaixado com a suprema ousadia do Umbertinho das Jóias, e hoje principalmente, quando esse próspero ca-

vador da "imprensa" de Manaus, tão burro quanto espertalhão, esquecendo-se da própria condição intelectual, fala subitamente em semi-ans fabetos, etc. Está pravado mesmo que o intérprete não refletiu um minuto sequer na algaravia ou se deixou levar pelo subconsciente, o que é irretorquivelmente, uma questão sem dúvida freudiana. E aquela sua "Em posição de sentido", de ontem, em sua famosa arapuca pela rápida instalação no meio jornalístico local, agora sofrendo os efeitos de necessária ação profilática, é que essa azémola deveria tomar diante de quem difere dele, que é fã de instrução elementar, apesar de ser verdadeiro águia a empoeirar-se nos rutilantes pertences alheios. Quem não sabe ler nem escrever, sendo analfabeto para dar opinião sobre assuntos de intelecto, como o Umbertinho das Jóias, deveria meter a viola no saco ou o rabo, que é todo feito de palha, entre as pernas... O fato de terem os donos de jornais colaboradores literatizados não implica de modo algum maiores conhecimentos a diretores como o Umbertinho das Jóias, que inteligente e culto ele não será nem por osmose... Isto se verifica quando o bea-vida da "imprensa" tenta rabiscar algo e apenas produz o nome a muito custo ora com H ou sem ele acertando tão somente na hora H de assinar os recibos do Zé Matos do Banco da Amazônia de Belém, para onde vive avionando como caixeiro-viajante do jornalismo amazonense. É dessa laia esse enriquecido proprietário de jornal que, com a maior desfaçatez, pretende assumir atitude rígida perante o povo, a fim de impressioná-lo de modo inútil, aliás, quando se sabe que, na realidade, é tudo flexível como a sua opinião e demais comparsas desde que submetida ao tilinar das moedas...

Empresa Fontenele Limitada

Programa para o dia 17-12-58

CINEMA ODEON — equipado com ar condicionado. Som e projeção 100%.

Sessões às 16 e 20 horas. Entrada Cr\$ 10,00. Estudante — 18,00.

A FAMA FILMES apresenta mais uma grande produção nacional

"Mãe"

com Alma Flora, Bené Nunes, Manoel Vieira, Delorges, Cezar Ladeira, Amadeu Celestino, Armando Braga e muitos outros. Eis um filme que ficará para sempre na lembrança do espectador!!! "MÃE" um filme feito para todos os públicos! "Mãe" admirável e comovente drama que jamais esquecerão!!!

Não percam esta empolgante realização do Cinema Nacional!!! Notícias da semana 58x41 — Últimos acontecimentos nacionais.

Nota livre (noite 14 anos).

CINEMA POLITEAMA — Sessão às 20 horas. — Entrada 18,00. Est. 10,00.

FRENCH CAN-CAN — com Françoise Arnoul, Maria Félix, Jean Gabin e outros.

COM A MÃO NA MASSA — com Silva Filho, Consuelo Leandro, Iris Delmar e outros. Atualidade Atlântida 58x48 — Últimos acontecimentos nacionais.

Nota — 14 anos.

Vespertal às 16 horas — Entrada 18,00. Estudante 10,00. FRENCH CAN-CAN — com Françoise Arnoul, Maria Félix, Jean Gabin. Atualidade Atlântida 58x48 — Últimos acontecimentos nacionais.

Nota livre.

Vespertal às 16 horas — Entrada 10,00. Estudante 10,00.

FRENCH CAN-CAN — com Françoise Arnoul, Maria Félix, Jean Gabin. Atualidade Atlântida 58x48 — Últimos acontecimentos nacionais. Nota livre.

Vespertal às 13 horas — Entrada 18,00. Estudante 10,00.

"Com a Mão na Massa" — com Silva Filho, Consuelo Leandro, Iris Delmar.

HOJE O GALO SOU EU — com Ronaldo Lupo, Liana Duval e outros.

Nota livre.

CINEMA EDEN — Sessão às 16 e 20 horas. Entrada 18,00. Estudante 10,00.

A Art Filmes apresenta COM A MÃO NA MASSA com Silva Filho, Consuelo

Leandro, Iris Delmar, Renée Mara, Odilão Azevedo, Altivo Diniz, Manoel Vieira,

Procópio, Waldir Calmon e seu conjunto, Elizete Cardoso, Jorge Veiga, Gilda

de Barros, e muitos outros.

Notícias da semana 58x40 — Últimos acontecimentos nacionais.

Nota — Livre (noite 14 anos)

CINE POPULAR sessão às 20 horas — entrada 18,00 O MUNDO NÃO PER-

DOA com David Brian, Claude Jarman Jr., Juano Hernandez POR ORDEM DO

CZAR com Michel Simon, Colette Marchand e muitos outros jornal da tela 58x48

— Últimos acontecimentos nacionais.

Parte 2

Capítulo 4

O ATENTADO E O DESFECHO

(janeiro e fevereiro de 1959)

A REALIDADE E A NARRATIVA

O ano de 1959 inicia em meio a um ambiente político saturado. A crise que vinha sendo alimentada desde outubro atingira, enfim, seu ponto de combustão. O conflito deixara de ser apenas uma disputa institucional para se tornar uma batalha de narrativas, carregada de dramaticidade, violência e tensão crescente. O atentado a bomba contra a sede de *A Crítica*, ocorrido em 21 de janeiro, funciona como detonador simbólico do desfecho.

O jornal, até então um combatente agressivo e sistemático, assume um novo papel: o de vítima. E é precisamente nesse movimento que sua estratégia alcança o ápice. Em janeiro e fevereiro, *A Crítica* constrói a autoimagem de mártir da liberdade de imprensa e aprofunda o clima de cerco e terror que vinha denunciando. No entanto, essa escalada não foi suficiente para reverter o fato político central que ela mesma buscara impedir: a posse de Gilberto Mestrinho.

O atentado como arma política (22 de janeiro)

O atentado à sede de *A Crítica*, ocorrido na noite de 21 de janeiro, define não apenas o tom dos últimos momentos da crise, mas também a maneira como a história daquele período seria lembrada. O episódio, um atentado a bomba de forte potencial simbólico, oferece ao jornal a oportunidade de transformar sua narrativa da posição de acusador implacável à de vítima heroica.

A edição de 22 de janeiro é exemplar. Em vez de tratar o atentado como mero acontecimento fípolicial, o jornal o decompõe em múltiplas camadas narrativas, distribuídas por seções diferentes, todas convergindo para o mesmo ponto: *A Crítica* teria sido atacada pelo simples fato de defender a democracia. Isso constrói uma fusão estratégica entre fatos, emoções e conveniência política.



Fonte: Jornal A Crítica de 22 de janeiro de 1959. Imagem restaurada digitalmente com auxílio de Inteligência Artificial.

Entre as manchetes que abrem o dia, três se destacam:

“A violência procura se aclimatar no Amazonas”, frase atribuída ao senador Cunha Melo, insere o atentado em um contexto de escalada terrorista e sugere que a violência teria apoio ou complacência das autoridades.

“MUITO OBRIGADO”, matéria que lista e celebra as manifestações de solidariedade enviadas ao jornal, reforça a percepção de que *A Crítica* falava em nome de valores maiores e que sua dor era compartilhada por todo o país.

Uma terceira matéria traz a declaração atribuída a um aliado do governo: **“Só deixaremos o Governo pela força”**, frase que, ainda que apresentada como citação, funciona como acusação política direta o governo seria violento, autoritário e disposto a tudo para preservar o poder.

Essa combinação de elementos produz um efeito poderoso. O atentado é reconfigurado como: ato político deliberado, tentativa de silenciar a imprensa, fração de um projeto mais amplo de intimidação, e evidência final da ilegitimidade do governo.

A cobertura é emocional, inflamada, moralizadora. O jornal se apresenta como vítima inocente, perseguida por denunciar verdades inconvenientes. Nenhum espaço é dado à complexidade do contexto ou à possibilidade de que o atentado pudesse ter motivações diversas; o fato é imediatamente apropriado pelo discurso oposicionista.

O impacto é imediato. A imprensa do sul do país adere à narrativa de solidariedade; entidades como a ABI cuja presença já havia sido relevante em dezembro intensificam o apoio; e o governo federal é novamente pressionado. *A Crítica* usa o atentado não apenas para denunciar, mas para ampliar sua legitimidade. Em seu imaginário, o ataque se torna o “selo” de sua coragem e a confirmação de que, se alguém tentara calá-lo, era porque dizia a verdade.

A batalha final: Diplomação e recursos (30 de janeiro - 17 de fevereiro)

Apesar da comoção, o atentado não produz o efeito político máximo buscado pela oposição: a suspensão da diplomação dos eleitos.

Em 30 de janeiro, o TRE realiza a diplomação de Gilberto Mestrinho e demais eleitos, encerrando formalmente uma das etapas mais tensas do processo. A cobertura de *A Crítica* nesse dia é surpreendentemente contida. A solenidade aparece descrita de maneira burocrática, quase fria. Isso não se deve a um recuo editorial, mas ao reconhecimento silencioso de que a batalha central havia sido perdida. Com a diplomação consumada, o jornal ajusta a estratégia: não mais contestar o ato do TRE, mas enquadrá-lo como um episódio ainda sob escrutínio, sujeito à revisão pelo TSE.

No dia seguinte, a posse é igualmente reportada sem destaque emotivo. A moderação, porém, é enganosa: ela sinaliza que a guerra muda de trincheira, não que terminou. *A Crítica* insiste na narrativa de que a posse não encerra nada e que os tribunais superiores ainda podem reverter o resultado.

Durante fevereiro, as páginas do jornal mantêm foco na disputa jurídica:

No dia **10 de fevereiro**, o jornal destaca irregularidades constatadas pelo TRE em certas seções eleitorais.

Em **14 de fevereiro**, publica mensagens da oposição aos eleitores dos municípios onde ocorreriam eleições suplementares.

Em **17 de fevereiro**, noticia as eleições suplementares em si, agora apresentadas como desfecho técnico, e não como clímax político.

Mas aqui já não há mais o vigor de outubro, a ofensiva calculada de novembro ou o dramatismo de dezembro e janeiro. A cobertura se torna mais protocolar, como se a máquina que impulsionava o conflito tivesse perdido parte de sua energia após o atentado e a diplomação.

A “batalha final”, portanto, termina sem o resultado pretendido pela oposição. A diplomação e posse de Mestrinho consolidam o desfecho. O TSE ainda julgará recursos, mas o núcleo da disputa já está decidido.

Síntese e legado: A imparcialidade calculada como estratégia

A análise da cobertura de *A Crítica* entre outubro de 1958 e fevereiro de 1959 revela uma operação jornalística complexa, coerente e sistemática. O jornal se apresenta como defensor da democracia, árbitro moral da crise e guardião da verdade eleitoral, mas sua atuação revela um método claro de manipulação discursiva.

A força da estratégia não está na mentira, mas na **seleção**, no **enquadramento**, na **ênfase** e na **construção simbólica**. *A Crítica* dominava a arte de transformar acontecimentos em significados políticos:

Uma anedota vira metáfora da fraude. Uma demora administrativa vira prova de incompetência. Uma irregularidade técnica vira escândalo nacional.

Uma ameaça velada vira profecia. Um atentado vira martírio.

Ao longo da crise, *A Crítica* não se nivelou à virulência explícita de jornais rivais. Não adotou o insulto direto, nem a propaganda descarada. O jornal escolheu outro caminho: o da imparcialidade simulada, do editorial calculado, da acusação indireta, do verniz jurídico, da pressão pública institucionalizada.

Essa sutileza transformou o jornal não apenas em veículo, mas em ator político central. Ele moldou a percepção pública, orientou expectativas, estimulou a desconfiança e condicionou o comportamento das instituições — especialmente o TRE. Em diversos momentos, sua narrativa antecedeu os fatos e, depois, apresentou a realização desses fatos como confirmação de suas previsões, num ciclo de autorreforço.

No final, a realidade eleitoral prevaleceu. Mestrinho tomou posse, governou, consolidou capital político. Mas *A Crítica* emergiu da crise fortalecido. Tornou-se referência e ator incontornável na política amazonense. A crise de 1958-1959 funcionou como laboratório um espaço de teste e aperfeiçoamento das técnicas jornalísticas que o periódico usaria repetidas vezes ao longo das décadas seguintes.

A história daquele período não é apenas a história de uma eleição contestada. É a história de como um jornal tentou reinterpretar a democracia através da narrativa; de como o poder midiático se sobrepôs, em vários momentos, ao poder institucional; e de como uma “verdade útil” foi construída e defendida com rigor, convicção e método.

É, em suma, a história de uma imprensa que quase conseguiu reescrever o resultado de uma eleição, não com falsidades explícitas, mas com a construção implacável de uma verdade alternativa.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

A GRANDE CHANTAGEM DA BOMBA

O embuste é arma vil, porém muito empregada pelos espíritos desprezíveis do sentimento de combatividade e da coragem.

A história mal engendrada que circulou na cidade, com os exageros da «torcida» fedepulhista, segundo a qual uma bomba fora atirada dentro da redação da arapuca de Umberto Calderaro, carece, ao menor exame, de fundamento sério.

Segundo foi apurado, tratava-se de bomba de salva, sem cobertura produtora de estilhaços, cujos maiores danos, mesmo que estourasse junto do pretenso visado, seria deixá-lo surdo por alguns momentos.

Dal a cidade estar cheia de que tudo não passou de uma autêntica palhaçada,

engendrada pelo próprio diretor de A CRÍTICA, com intenção de armazefeito, mesmo porque o escroto Umberto Calderaro JÁ ESTAVA NA PASSAGEM COMPRADA, para viajar para o Sul do País, tanto assim que, tendo a tal bomba estourado cerca das VINTE HORAS, quando as empresas de navegação estão de escritórios fechados, PELA MANHÃ do outro dia, já o chantagista tomava lugar num avião, fingindo-se de perseguido, para viajar à Capital da República. ■

Sobre o que avançamos, podem os interessados procurar na companhia de navegação aérea, que obterão a confirmação do que dizemos, isto é que o chantagista

já estava arrumado e pronto para embarcar, quando o «fato» teve lugar...

Todavia, os mais incrédulos, propensos a aceitar as afirmativas do chantagista, devem ir pessoalmente à redação da citada «arapuca» e constatarem, com os seus próprios olhos, SE É POSSÍVEL alguém atirar qualquer coisa ao covil do velhaco, notadamente de dentro de um caminhão, como afirmam, com a mais remota possibilidade de êxito...

Por essa razão insofismável, a cidade inteira repeliu, como uma insinuação grosseira, o embuste e o embusteiro, ficando, assim, mais uma vez comprovado que Umberto Calderaro só sabe mesmo é chantagear...

SONHO OU DELÍRIO?!...

O sonho não é privilégio de ninguém. Os sonhos bons, os sonhos atribulados, os delírios e até os pesadelos são de toda a gente. Os próprios condenados, na cela da morte, com eletrocuções irreversíveis à vista, também sonham, também deliram, e sofrem de atribulações e pesadelos, nesse país irreal de liberdades infinitas...

Via de regra, porém, os sonhos dos condenados implicam o assassinato dos juizes, dos Promotores de Justiça, do Corpo de Jurados, para que eles, lenidos e lampeiros, tomem conta do mundo sem constrangimento de qualquer espécie, tornando-se, dessa forma, senhores absolutos das ruas e boulevards, admirados nas altas rodas políticas e sociais, sem ter quem lhes aponte os crimes e as mazelas, e desfilando, fleugmática e provocantemente, diante dos policiais...

Foi um sonho assim, de condenado, que foi levado para decifração ao chan-

tagista de A TARDE, e este, nas mesmas condições psicológicas do «sonhador» e vivendo a mesma situação espúria, interpretou ao sabor da sua fantasia, dos seus anseios delirantes, terminando por ver, na sua bola de cristal, TRES caixões de defunto na porta de «um Palácio», como a insinuar propósitos de assassinatos em massa, para que o Governador Eleito não seja empossado, e em função do desejo de vingança dos derrotados...

Aliás, a ameaça de ATENTADO, embora velada, é por demais evidente no «sonho» do fedepulha e de seu «tradutor», para que possa passar despercebida por nós, sendo bom que saibam os pretensos pistoleiros da Oposição de que estamos acordados para eles, que julgamos capazes de todas as misérias, embora conheçamos, muito bem, a sua poltronice, exuberantemente exibida, quando puzemos a sua condição de

chantagistas, em todas as suas nuances, diante dos olhos expectantes do povo...

Convém notar que, geralmente, nos sonhos, as coisas se passam de modo inverso, via de regra acontecendo conosco o que vemos acontecer, nos «sonhos» com os outros, pelo que não seria de estranhar contenhiam os TRES CAIXÕES DEFUNTO personagens muito diferentes dos imaginados...

Os sonhos dos condenados sempre são assim.

Você que é de fora...

Naturalmente você, que é de fora, deve estar escandalizado com o estampado no matutino A CRÍTICA, com muita justeza chamada de «arapuca» pelo povo de Manaus.

Você não sabe que esse jornal está instalado em prédio alienado criminosamente do Patrimônio da Prefeitura Municipal de Manaus. Você desconhece que as máquinas que produzem essa gangorra foram adquiridas através de um amplo sistema de chantagens, orientadas contra os interessados na compra do seu silêncio. Você nem pode imaginar que Umberto Calderaro, diretor dessa armadilha, valendo-se até da infelicidade de possuir não cleptomaníaca aproveita-se desse fato para negociar como produto dos seus furtos, como aconteceu com o caso da vultosa roube de jóias, com passagem pela Polícia.

DIA 31

O povo e Gilberto no Palácio Rio-Negro

Para celebrar condigamente a posse do novo Governador do Estado, no Dia 31, novo e Gilberto, de encontro marcado a TRES DE OUTUBRO, vão se encontrar no Palácio

Parte 2

Capítulo 5

O JORNAL COMO EXTENSÃO DE UMA VENDETA PESSOAL

(dezembro de 1958)

O PUNHO DE “A TARDE”: A RADICALIZAÇÃO DA CRISE

Se *A Crítica* era o enxadrista calculista, movendo peças com frieza estratégica ao longo de meses, *A Tarde* era a infantaria em marcha correndo para a trincheira, disparando antes mesmo de mirar. Não havia moderação, nem contenção, nem o verniz institucional que dava credibilidade aos Calderaro. O jornal dirigido por **Aristóphano Antony** operava em chave completamente distinta: era movido por impulso, fúria e ressentimento.

Não havia nuances, nem gradações. Não havia “oposição”, havia inimigos. E inimigos, na lógica de *A Tarde*, não se enfrentam com argumentos. Eliminam-se com palavra, vergonha e humilhação pública.

O jornal se transforma, ao longo da crise de 1958-1959, em uma arma pessoal, quase uma extensão orgânica do temperamento do seu diretor. O que se vê em suas páginas não é imprensa partidarizada; é imprensa personalista, emocional e vingativa. Aristóphano Antony não usava o jornal para defender um projeto político: usava para ajustar contas.

Sua escrita transbordava raiva. Seus editoriais eram sermões inflamados, onde insultos conviviam com invocações divinas; onde adversários viravam “bandidos”, “chacais”, “escória”; onde seu próprio sofrimento era convertido em prova espiritual de sua retidão.

A guerra política, que já era tensa, é amplificada por *A Tarde* em níveis explosivos. Dezembro de 1958 marca o auge dessa escalada o mês em que o jornal abandona qualquer disfarce e clama abertamente pela intervenção federal, retratando o governo do Amazonas como um regime criminoso, indigno de continuar a existir.

DEZEMBRO DE 1958 - O ESTOPIM DA GUERRA ABERTA

Em dezembro, a crise abandona a esfera jurídica e ocupa plenamente as ruas, os lares e o imaginário social. E o principal combustível dessa radicalização é *A Tarde*.

Se *A Crítica* era o cérebro da oposição, *A Tarde* era seu punho cerrado.

Aqui, o jornal assume sua face mais violenta, mais corrosiva e mais perigosa. Sem filtros, sem moderação e sem limites, lança mão de uma retórica tão inflamada que torna a convivência política insustentável. Para Aristóphano, a disputa não era eleitoral, era batalha espiritual. E, como toda cruzada, precisava de inimigos demonizados e de heróis martirizados.

A ameaça direta e a resposta do governo (1-4 de dezembro)

Dezembro abre com uma explosão verbal que inaugura a fase final do conflito. A edição de **1º de dezembro** traz o editorial “Bandido e covarde!”, um dos mais agressivos de toda a crise.

O texto responde a ataques contra o diretor do jornal, mas transforma a resposta em ataque frontal ao governador Plínio Ramos Coelho:

“O sr. Plínio Ramos Coelho, que se aboletou no governo do Estado, [...] ficará responsável, desde já, pelo que puder acontecer a A TARDE e ao seu diretor.” (A TARDE, 1958, p.4)

É o rompimento definitivo com qualquer etiqueta jornalística. Aristóphano não apenas acusa: ameaça. Não apenas denuncia: personaliza o conflito.

Ele atribui ao governador responsabilidade prévia por qualquer dano que venha a sofrer. O líder político é transformado em inimigo mortal, não em adversário.

No dia **2 de dezembro**, outra peça assinada pelo próprio Antony, “**Advertência necessária**”, reforça a postura de enfrentamento. A ideia é clara: o jornal se declara em guerra aberta e moraliza o combate, convertendo oposição política em conflito existencial.

A resposta do governo vem no dia **4 de dezembro**, com o Decreto nº 75, criando uma seção noticiosa não oficial, uma tentativa de estabelecer um canal formal para defesa institucional.

A *Tarde* interpreta o ato como ataque à liberdade e responde com um manifesto assinado por diversos diretores de jornais, intitulado “**LEGÍTIMA DEFESA**”. A narrativa é reforçada: o governo não estaria apenas discutindo com um jornal estaria tentando censurá-lo.

Esse embate público inaugura uma escalada que, nos dias seguintes, se tornará cada vez mais grave.

O clamor por intervenção federal (11-13 de dezembro)

Na segunda semana de dezembro, *A Tarde* dá um salto retórico decisivo: deixa de propor combate ao governo e passa a pedir sua remoção pela força.

O jornal passa a defender abertamente uma **intervenção federal no Amazonas**.

A edição de **12 de dezembro** é particularmente explosiva. Sob a manchete “**Qualquer tentativa será rechaçada!**”, *A Tarde* publica declaração do deputado Pereira da Silva, diretamente do Rio de Janeiro:

“[...] a autonomia do Estado é coisa diferente do banditismo oficializado, contra o qual o Governo Federal terá de agir, garantindo a vida e as lícitas atividades de todos os brasileiros, em qualquer parte do país.” (A TARDE, 1958, p.1)ã

Aqui, o discurso muda de tom e de arena. O deputado fala de banditismo oficializado, retirando qualquer traço de legitimidade do governo estadual. *A Tarde* não apenas reproduz a fala: celebra-a, ecoa-a, amplifica-a.

No dia **13 de dezembro**, o jornal publica na íntegra a carta enviada ao presidente Juscelino Kubitschek pelo senador Mourão Vieira e pelo deputado Pereira da Silva, pedindo garantias federais. A carta acusa o governador de comandar:

“Malfeitores e a escória em uma campanha de desatinos e de afrontas contra a população”.
(A TARDE, 1958, p.1)

E, para completar a atmosfera de caos, na mesma edição aparece a manchete “**MUITO GRAVE!**”, relatando um suposto desacato à residência do juiz Sadoc Pereira.

Cada incidente real, ampliado ou simplesmente interpretado, passa a funcionar como prova de que Manaus vivia em estado de exceção.

A mensagem subliminar é simples e poderosa: **O Amazonas não pode mais se governar, precisa ser salvo.**

A retórica do ódio e a vendeta pessoal (16 de dezembro)

O ponto mais alto ou mais profundo da virulência de *A Tarde* surge em **16 de dezembro**, quando Aristóphano Antony publica um editorial que sintetiza sua retórica.

É um texto que mistura injúria pessoal, desprezo moral, exaltação religiosa e desejo de punição:

Mercê de Deus, diante das perversidades contra nós divulgadas, temos toda a necessária cultura, apiedando-nos apenas dos chacais que, um dia, terão de pagar pelo mal que nos pretenderam fazer. [...] Esta justiça, temos certeza, não nos faltará, em breve. (A TARDE, 1958, p. 1)

A estrutura do texto revela a lógica interna do jornal:

- Aristóphano se coloca como vítima inocente, agraciado por Deus.
- Os adversários são desumanizados: “chacais”, seres a serem castigados.
- A política é convertida em uma luta espiritual: Deus julgará, mas a intervenção federal seria instrumento de sua justiça.
- O discurso torna-se profecia de punição: “em breve”.

Esse editorial sintetiza a fusão entre vendeta pessoal e retórica apocalíptica, a marca de *A Tarde*. Aqui, a política deixa completamente o terreno democrático e entra no território emocional da cruzada. E é essa transformação que torna *A Tarde* um dos agentes mais perigosos da crise: porque não busca convencer, busca derrotar, humilhar e eliminar o adversário.

O JORNAL COMO ARMA E COMO OBSTÁCULO

O *Tarde* não apenas acompanhou a crise: ele a incendiou. Enquanto *A Crítica* operava com sutileza, construção de dúvida e pressão institucional, *A Tarde* operava com ódio explícito, desqualificação moral e apelos diretos à força federal.

Sua atuação teve três consequências desastrosas:

- Radicalizou o clima político, tornando qualquer conciliação inviável.
- Criou uma atmosfera de pânico, que justificava soluções extremas.
- Transformou divergências políticas em conflitos pessoais irreconciliáveis.

A história de *A Tarde* na crise de 1958–1959 é, portanto, a história do jornalismo que abandona sua missão e se converte em instrumento de ódio, não apenas no sentido figurado, mas literal. Suas páginas não buscavam esclarecer, nem convencer, nem informar. Buscavam destruir.

Se *A Crítica* tentou reescrever os fatos por meio da narrativa, *A Tarde* tentou reescrever o clima moral da sociedade. E sua contribuição para a instabilidade do período é tão decisiva quanto perturbadora.

QUEM TEM

Rabo de Palha

Velhos conhecidos do p. vo, sem escrúpulos e venais, habituados ao exercício da chantagem nesta terra, mantendo assim os seus jornais à custa de expediente excusos, diretores de alguns já se manifestaram e receberam a devida resposta. Esta foi realmente amena diante da torpeza das acusações assacadas contra o governador Plínio Ramos Coelho, transformando-se esses chantagistas em bons moços como se o povo não estivesse acordado para eles há muito tempo...

Disseram que foram agredidos quando

toda a cidade sabe que foram os diretores de jornais os agressores insólitos, negando o direito sagrado de legítima defesa a outrém. Conspurearam o papel nobilitante da imprensa através da constituição de um convênio condenável porque proíbe à vítima o ensejo de se defender quando soezmente atacada pelos poderosos donos de empresas jornalísticas. E agora, vestindo-se de ermitão o diabo, volta a camarilha a acusar o governador, dando-lhe a responsabilidade dos fatos

quando foram esses falsos corifeus da "imprensa" os provocadores céticos. No entanto, o ilustre chefe do governo do Estado lhes vem dando a resposta com a aceitação cada vez maior de "O Diário Oficial", onde o povo encontra o revide aos ataques apaixonados e violentos, criados dos verrineiros inveterados. E, como a maioria dos diretores de alguns jornais tem um rabo de palha interminável, o jeito é metê-lo entre as pernas, embora ficando como gatos escondidos com o rabo de fora...

CHEGARAM A MANAUS OS MODERNOS BARCOS COLETORES DE LEITE

ESTÃO ANCORADOS NO "ROADWAY" PARA VISITAÇÃO PÚBLICA, ÀS 10 HORAS DE HOJE

Sem noticiário bombástico ou artigos louvaminheiros, deram entrada na manhã de ontem, no "roadway" da Manaus Harbour, os dois navios frigoríficos adquiridos pelo Governo do Estado, para servirem à nossa população, no tocante ao seu abastecimento. Embarcações velozes, construídas nos seculares estaleiros da Dinamarca, obedecendo aos ditames da técnica moderna, os dois barcos constituem uma aquisição de alta valia para o nosso povo, que se verá livre inclusive dos "atravessadores", principais responsáveis pelo encarecimento dos gêneros alimentícios produzidos nos arredores desta capital.

CARACTERÍSTICAS DOS NAVIOS

Os dois possantes navios frigoríficos são perfeitamente iguais. A capacidade de cada um é de conduzir 12.000 litros de leite. São equipados com motores Diesel de 280 HP e possuem inclusive estação de radar. Medem 29 metros de comprimento por 6 de largura. Desenvolvem uma velocidade de 12 milhas horárias.

HOMENAGEM A DOIS BRAVOS

Os barcos foram lançados ao mar com os nomes de "Velho Lino" e "Coronel Medeiros", numa carinhosa homenagem da Chefia do Poder Executivo aos dois falecidos cidadãos, os quais podem ser considerados como os pioneiros do desbravamento das regiões do Careiro e Cambixé.

Apurou a nossa reportagem junto ao governador Plínio Ramos Coelho, que serão convidados familiares daqueles cidadãos para assistirem ao "batismo" das valiosas embarcações.

ENTREGA AO GOVERNO

Governo do Estado foi procedida pelo dr. Joseph Rainier, Consul Geral da Dinamarca no Brasil, o qual veio a Manaus com essa finalidade. Ressalte-se que S. S. ia. representou o Governo de seu país e a empresa construtora das embarcações.

VISITAÇÃO PÚBLICA

Como sempre tem acontecido com as realizações de seu Governo, o dr. Plínio Coelho autorizou que os barcos coletores de leite estejam hoje às 10 horas ancorados no "roadway", para que possam ser visitados pelo povo, sempre disposto a aplaudir empreendimentos como este.

(Continuação da 4.ª pagina)

E' esse filho de ladrão, receptador de furtos, guindado a jornalista, conquan-

to todos o saibam semi-analfabeto, e como diretor de jornal em Manaus, um grande chantagista, de cujas chantagens não tem o Governo honesto do Dr. Plínio Ramos Coelho, é pois, um tipo assim — ladrão, receptador, chantagista — que se arvora em defensor do povo, guardião de Democracia, etc., quando deveria estar na cadeia como inimigo n.º 1 da sociedade.

Volte o rato, levante a cabeça o chantagista, ladrão e receptador — sem mentir, sem injuriar, como é de seu feitio, e o esmagaremos, trazendo à público outras facetas do caráter em decomposição de Humberto Calderaro, filho...

NOTA

Comunico a quem interessar possa que, desde 8 de setembro do corrente ano, estou no exercício da Presidência do Glorioso e Invencível PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, Seção do Amazonas, sendo o responsável pelos atos da Executiva.

Manaus, 4 de dezembro de 1958.

GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO

Presidente do P. T. B.

Parte 2

Capítulo 6 O ATENTADO E A DERROTA

(janeiro e fevereiro de 1959)

ESTRONDO E DERROTA

O ano novo não trouxe alívio para o Amazonas. Entrou-se em 1959 com as tensões políticas ainda mais acirradas, e a oposição, contando com o apoio diário de *A Tarde*, acreditava que sua ofensiva poderia finalmente produzir uma virada no Tribunal Superior Eleitoral. Era uma esperança pequena, mas tratada pelo jornal como a última trincheira da luta. Janeiro e fevereiro seriam, portanto, meses de expectativa e de choque.

Ao mesmo tempo, aconteceria o episódio mais dramático de toda a crise: o atentado a bomba contra as instalações do jornal *A Crítica*. A explosão, embora dirigida ao concorrente, ofereceu a *A Tarde* a oportunidade de reafirmar e radicalizar tudo o que vinha dizendo havia meses. O jornal de Aristóphano Antony viu no ataque não apenas uma afronta à imprensa, mas a confirmação de sua tese de que o estado vivia sob o domínio da violência. Assim, a bomba que atingiu o rival foi transformada em munição retórica para reforçar o próprio discurso da oposição.

A Batalha Jurídica Continua (2-15 de janeiro)

O jornal *A Tarde* dedicou suas manchetes a essa etapa do processo, construindo uma narrativa de expectativa e confiança no desfecho judicial. Entre os títulos publicados, destacam-se:

- 2 de janeiro: “A inexistência da votação para governador nas 61ª e 61ª seções”
- 5 de janeiro: “No Tribunal Superior, o primeiro recurso da Frente Democrática Popular”
- 12 de janeiro: “Os recursos da Frente Democrática devidamente fundamentados!”

Em cada uma dessas edições, o jornal assumiu a posição de porta-voz informal da oposição. Os argumentos jurídicos eram detalhados com cuidado, sem preocupação com o caráter técnico da linguagem, porque a intenção não era explicar ao leitor, mas dar substância pública à disputa judicial. Era uma estratégia parecida com a de *A Crítica*, porém conduzida com menos sutileza e muito mais insistência.

A edição de 12 de janeiro é um bom exemplo desse espírito. O texto não apenas descrevia os recursos apresentados; afirmava, em tom categórico, que “*A Tarde* está certa da vitória”. O jornal parecia tentar manter a chama acesa, mesmo quando os desdobramentos políticos indicavam o contrário. A cobertura não apenas informava: procurava insuflar ânimo e pressionar o julgamento.

O que mobilizava *A Tarde* nesse período não era o desdobramento jurídico em si, mas o que ele representava. Cada recurso protocolado era visto como oportunidade para derrubar Mestrinho e, junto com ele, Plínio Coelho. Janeiro começava com uma batalha em curso e com um jornal disposto a não recuar um milímetro.

O Atentado: A Confirmação da Barbárie (21-26 de janeiro)

O dia 21 de janeiro marca o acontecimento mais impactante de toda a crise. Uma bomba explode na sede de *A Crítica*, destruindo parte de suas instalações e ferindo sua estrutura material e simbólica. *A Tarde* reage imediatamente. Embora o alvo fosse seu concorrente, o jornal transforma o episódio em evidência de que seus alertas, desde outubro, não eram exagerados.

A edição daquela noite ou do dia seguinte trazia a enorme manchete “ATEN-TADO!”, acompanhada de textos que descreviam o episódio como prova irrefutável da barbárie que dominava a vida pública.

A moderação não era esperada, e não veio. Para *A Tarde*, o ataque era mais do que um crime: era a materialização do regime de violência que atribuía ao governo. A bomba seria apresentada como a “prova final”, o ponto de virada que validava a retórica incendiária dos meses anteriores. O jornal não apenas se solidarizou com a vítima; apropriou-se politicamente do acontecimento.

Nos dias subsequentes, a exploração do atentado se intensificou. A edição de 26 de janeiro noticiava com grande destaque a audiência que líderes da oposição, acompanhados do diretor de *A Crítica*, tiveram com o presidente Juscelino Kubitschek. A matéria descrevia com precisão o uso das fotografias dos danos provocados pela explosão como instrumento de comoção. Mostrar as imagens ao presidente tinha um propósito claro: sensibilizar, impressionar e, se possível, forçar uma reação federal.

A narrativa de *A Tarde* era a de que o estado havia ultrapassado o limite tolerável da violência. Os textos evocavam risco permanente, descontrole administrativo e perseguição explícita. Aristóphano Antony poderia não ter sido o alvo da bomba, mas o episódio reforçou sua convicção de que sua luta era justa. A vitimização do jornal concorrente serviu como peça-chave para a legitimação de sua própria fúria.

O Fim da Linha: Eleições Suplementares (20 de fevereiro)

Apesar de toda a comoção gerada pelo atentado, a estratégia jurídica e política da oposição não conseguiu impedir o desfecho inevitável. Gilberto Mestrinho foi diplomado, tomou posse e começou o governo. A batalha no TSE, embora ainda presente, perdeu força.

A edição de 20 de fevereiro de *A Tarde*, que anunciava as eleições suplementares em alguns municípios, representava uma espécie de epílogo melancólico. Era a constatação de que a grande guerra, aquela que pretendia anular o pleito principal, havia terminado.

As eleições suplementares eram um resíduo do processo, um detalhe administrativo. Não eram capazes de reverter a derrota maior. O jornal, que por meses defendera soluções drásticas e esperara uma intervenção federal, agora se via diante de um horizonte político esvaziado. O combate havia perdido seu alvo central.

O Legado da Fúria

A trajetória de *A Tarde* ao longo da crise de 1958 e 1959 é uma demonstração brutal de como o jornalismo pode ser usado como arma em disputas pessoais e políticas. Enquanto *A Crítica* construía sua narrativa por meio de enquadramentos calculados e pressão institucional, *A Tarde* operava por meio da destruição moral, dos insultos diretos e da radicalização consciente.

A retórica da fúria guiou o jornal. Seus textos não buscavam informar ou persuadir. O objetivo era intimidar, humilhar, provocar. Aristóphano Antony transformou o periódico em um prolongamento de seu temperamento, convertendo divergências políticas em vinganças pessoais e convertendo seus adversários em inimigos.

Ao clamar diariamente por uma intervenção federal, ao tratar os governistas como criminosos e ao retratar Manaus como uma cidade sitiada, *A Tarde* ajudou a criar um ambiente político irrespirável. Seu papel não foi lateral: foi um dos motores da violência retórica, e sua presença no debate público tornou a crise mais profunda do que já era.

No fim, a realidade eleitoral prevaleceu sobre a fúria. Mestrinho tomou posse, a oposição recuou e o estado voltou lentamente ao funcionamento institucional. Mas os efeitos da atuação de *A Tarde* permaneceram. A crise deixou marcas duradouras, e uma delas foi a consciência de que a imprensa, quando abandona seu papel de mediadora e se converte em arma pessoal, pode ferir tanto quanto as bombas e ameaças que denuncia.

freneticamente aplaudidos pela massa, que se comprimia diante do palanque da Cruzada de Execuções Trabalhistas, por que tanta delonga na diplomação do candidato preferido do povo amazonense?

Ninguém melhor que o povo para julgar os atos do governo, quer seja ele simpático e muito menos antipático. E o governo de Plínio Ramos Coelho, em vias de extinguir-se para ser trabalhisticamente continuado por Gilberto Mestrinho, está merecendo de maneira singular a ovação do povo, desse mesmo povo amazonense que, dando a primazia a

Plínio, por volta de quatro anos passados, ratificou o seu pensamento eleitoral, elegendo o jovem e valoroso candidato do PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO à suprema curul governamental, pois, efetivamente, ao povo compete escolher e, em consequência, eleger os seus candidatos. E por que contrariar a vontade soberana do povo, procrastinando de modo criminosamente perigoso, a diplomação de Gilberto Mestrinho? Se usarem de muita delonga e tendo por base a concentração essencialmente trabalhista de sábado préterito, somente mesmo ao povo caberá decidir...

ves Rodrigues, Raimundo Martins dos Santos, Americo da Silva Brito, Eduarda Pereira da Silva, Josias Pereira Lima, José Pessoa de Araújo, Ernani Batista de Amaral (Tigre Negro), Avellino Barros, Pedra Pereira da Silva, José Maranhão, Jorge Santana, Tenorio Bonassa Filho, Sebastião Andrade da Silva, Manoel Coelho do Nascimento, Raimunda Florença de Araújo, Victorino Coelho do Nascimento, João Mendonça.

Raimunda de Freitas Marinho, Antonio Herculano de Souza, Armando Lima, José Milton Benício.

Vicente de Souza, Vilalba Dantas de Oliveira, Alfredo Cavalcante Filho, Maria Emma Barbosa, José Corrêa Barbosa, Claudionôr Ricardo da Costa, Maria Cordeiro Damasceno, Raimunda Nonata da Costa, Francisco Gomes, José Ismael Maia, André Prestes, Maria Viana Leite.

Raymundo de S. Viana, Joaquim José da Silva, Joaquim Alves de Souza, Aristides de Lima Leite.

Francisco Soares de Araújo, Francisca Braga da Silva, Raimundo Ferreira dos Santos, Maria Nazaré de Castro, João Vieira de Souza Bento Rodrigues do Nascimento, Antonio Rodrigues de Lima, Americo Coelho, Pedro Lopes de Oliveira.

José Antonio Dias Silva, Candido Farias de Sousa, Marcos da Costa Lago, Wilar Jacinto de Moraes.

Vilma Palheta da Costa, Filomena Mattos de Abreu, Mario de Lourdes Abreu, Pinto.

Carlos Alves da Cunha, Raimunda Gomes de Souza, Pedro Leonardo da Silva, Antonio Soares Ribeiro, Raimunda Pereira da Silva, Nazaré Silva de Azevedo, Lourival Ferreira da Silva, Mancel da Silva Martins, Raimundo Mesquita.

Sebastião Amaral, Carlos da Silva Castro, Ismael Amaro da Silva, Antonio Gomes de Freitas, Manoel Pinto de Oliveira, Luiz Saraiva da Silva, Antonio Moura Brasil, Lourdes Palheta Brasil.

Manuel Gomes da Silva, Raimundo Gomes da Silva, Maria Gomes da Silva, Antonio Cardoso da Silva, Jacira Pereira de Vasconcelos, Elizabeth Artriclino da Rocha, Luiza Monte da Costa.

Mario Raulino, Waldemar Ferreira Lima, Izolma Maria Pereira, João Felipe do Nascimento, Theresza J. Pinho, Joaquim Ferreira Souza, Juracy Celane de Oliveira, Ana Maria Araújo Gouveia.

Antônio Gouveia, Maria Galvão da Silva, Maria Nazaré Araújo, Carmeli Maria, Doralice Carneiro Dantas, Antonio Dantas da Silva, Francisco Felix da Silva, Carmelita Maia de Lima, José Maia da Lima, Antonio Ramos da Silva, Siercio Silva, Francisca Rodrigues da Silva, Cecília Rodrigues Serpa, José Vieira de Araújo, Elvira Constantino Nogueira, Maria Lauri Pinheiro Pena.

Lauro Rodrigues Pena, Manuel Rodrigues, Jadir Rodrigues Serpa, Estela Gomes, José Bento de Andrade, Ismael Cardoso Sales, Maria Carmelita Pinto, Nelson Adalberto Pinto, Antonio do Nascimento, Diolinda Ferreira dos Santos, Maria Helena da Silva, Alzidelia Lopes de Lima.

Raimundo Lima, Cantolino Pinheiro, Luiz Fortaleza, Maria Lauro Gouveia, Mario de Lourdes Alves, Luiz Gonzaga de Souza, Pedro Pereira.

Izabel Rodrigues, Cleonides Leitão da Silva.

Raimunda da Silva, Carmelin de Souza Franco.

Maria Madalena Cavalcanti, Edmilson Soares Martins, Olga Neves da Silva, Terezinha Neves da Silva, Maria Matias Oureiro, Janeiry Vasconcelos Oureiro, Raimundo Pena de Andrade, Dorvalina de Souza, Maria de L. L. N.

A INOCUIDADE DO POVO

Não tem o menor fundamento a notícia que, desde as primeiras horas de ontem, circulou na Cidade, de que o ilustre chefe de Polícia dr. Helso do Carmo Ribeiro, o dr. Raimundo Gomes Parente, delegado de Segurança Política e Social e o major José Silva, diretor da Guarda Civil, teriam comparecido ao Palácio do Governo, para solicitarem exoneração dos cargos que ocupam.

Tal notícia, prestativa às explorações sem limite por parte dos descontentes que ainda sonham apoderar-se do Estado e malbaratar os seus negócios, foge completamente à realidade do acontecimento havido, pósto que, tanto o dr. Helso do Carmo Ribeiro, o dr. Raimundo Gomes Parente e o major José Silva, estiveram, à noite de ontem, no Palácio Rio Negro, com a finalidade de prestar solidariedade ao governador Plínio Coelho e ao professor Gilberto Mestrinho, em face dos acontecimentos ultimamente ocorridos com alguns órgãos da imprensa local.

O interessante, em redor disso, é o fato altamente expressivo de estarem recebendo, o governador Plínio Coelho e o professor Gilberto Mestrinho, ininterruptamente, moções e provas de apreço e solidariedade não apenas de entidades e associações profissionais, autoridades desta Capital e do interior, como também por parte do povo, numa eloquente prova de apoio à maneira pela qual prontamente reagiram contra o enclausuramento da liberdade de manifestação escrita, que se pretendeu implantar aqui, para o mero favorecimento de caprichos e vaidades voluntaristas e egoístas.

Tanto o honrado e digno titular do Departamento de Segurança Pública como os seus citados auxiliares imediatos, continuam no desempenho de suas funções árduas e nobilitantes, com a firmeza peculiar aos caracteres de escôl.

Precisa o povo amazonense guardar-se, cautelosamente, contra os boatos e repelir os boateiros interessados apenas em turbar o ambiente de paz e trabalho que, mercê de Deus, reina em nossa gieba.

Abaixo Assinados

Nós abaixo assinados moradores do Bairro de Educandos, vimos protestar contra as atitudes tomadas por varios jornais de nossa capital como seja o Jornal, Jornal do Comercio, A Critica, A Gazeta e A Tarde, contra o nosso estimado Governador Dr. Plinio Ramos Coelho, e também queremos pedir a diplomação do nosso Governador eleito Professor GILBERTO MESTRINHO, pois estamos dispostos a ir a luta em favor de ambos, e estamos solidários com o nosso Governador.

Raimundo Maia (El-Kimura) o cabeça, Tercilio Martins Souza, Raimundo Galdino da Silva, Luiz Bispo de Souza, Carlos Roberto Lima, David Alves de Oliveira, Raymundo Waldomiro de Deus, Francisco Pantoja, Francisca de Abraim, Sebastião Barbosa, Maria Lucia Andrade, Aluisio Barbosa dos Santos, Abrahão Gomes do Nascimento, Alsiro Rocha dos Santos, Sebastião A.

AVISO IMPORTANTE

Se qualquer comerciante, industrial, ou simples cidadão, fôr importunado por qualquer repórter ou diretor do "Sindicato da Chantagem", sob ameaças, com o intuito de os obrigarem a fazer despesas, que não de-ejam, acenando-lhes com represálias para impor a chantagem, podem procurar-nos, certos de que os defenderemos gratuitamente.

Libertado do jugo de uma imprensa infamante, graças às providências do Governo Tra

Parte 2

Capítulo 7 O JORNAL

(outubro e novembro de 1958)

A TRINCHEIRA DO GOVERNO NA IMPREENSA PRIVADA

No turbilhão de acusações, denúncias e retóricas inflamadas que marcaram a crise de 1958 e 1959, o governo de Plínio Coelho não se encontrava apenas na defensiva. Se a oposição dispunha de dois veículos aguerridos *A Crítica*, com sua sutileza estratégica, e *A Tarde*, com sua virulência impetuosa, a situação tinha em O Jornal um aliado decisivo. Não um órgão oficial, não uma gazeta estatal, mas um periódico privado que assumiu para si a missão de contrabalançar o peso retórico da imprensa oposicionista.

O Jornal não apenas apoiava o governo: **ele era o governo em forma de narrativa**. Era a trincheira, o contra-ataque, a voz que se levantava diariamente para desautorizar, desarmar e ridicularizar as acusações vindas da oposição.

Se *A Crítica* buscava semear dúvida e *A Tarde* buscava inflamar a revolta, O Jornal operava como o espelho invertido do discurso oposicionista. Cada movimento dos adversários era respondido com uma visão diametralmente oposta, na qual a vitória eleitoral era apresentada como clara, legítima e incontestável, e a ofensiva judicial dos derrotados era enquadrada como teatro, nervosismo ou puro desespero.

O periódico governista assumiu, assim, um papel essencial na manutenção da moral e da narrativa da situação. Em um ambiente onde a opinião pública era diariamente moldada por manchetes que insinuavam fraude, intervenção e caos institucional, O Jornal oferecia estabilidade discursiva. A sua função era clara: **negar, contrapor, desqualificar e reafirmar**.

Este capítulo analisa essa estratégia e demonstra como O Jornal atuou de forma consciente e estruturada para lidar com a crise, construindo uma contra-narrativa que se tornou central para o governo e para seus apoiadores.

A Desconstrução da “Batalha Judiciária”

Desde os primeiros momentos da crise, O Jornal procurou neutralizar a expressão que rapidamente se tornara o eixo da narrativa oposicionista: a chamada batalha judiciária. Para *A Crítica*, esse termo era um presságio, uma profecia, uma antecipação calculada do conflito que viria. Para O Jornal, era uma farsa, um artifício, um slogan criado para alimentar uma esperança inexistente.

A estratégia do jornal governista consistiu em duas ações simultâneas. Primeiro, apresentar a vitória de Mestrinho como evidente, sólida e respaldada pelo voto popular. Segundo retratar a contestação judicial como uma invenção de maus perdedores – uma operação psicológica, um truque retórico e uma tentativa desesperada de modificar o resultado das urnas.

O objetivo final era simples: esvaziar a legitimidade da disputa jurídica antes mesmo que ela ganhasse força.

A Vitória Incontestável (3-19 de outubro)

Ainda antes da apuração oficial consolidada, O Jornal demonstrava plena confiança no triunfo do candidato governista. A edição de 3 de outubro, dia da votação, já anunciava, em tom resolutivo, que o governo venceria o pleito por uma grande diferença:

“Venceremos as eleições por uma diferença esmagadora”.

Após as extraordinárias manifestações recebidas em praça pública, que culminaram com a maior concentração que Manaus já viu — a do encerramento de nossa campanha na Eduardo Ribeiro — não temos a menor dúvida de nosso esmagador triunfo no pleito de amanhã, 3 de outubro. (O JORNAL, 1958, p.1)

No dia seguinte, com poucos números divulgados, o jornal elevou o tom de certeza: “Podemos garantir que vencemos as eleições”.

A mensagem era inequívoca: para O Jornal, a vitória de Gilberto Mestrinho não era hipótese, mas fato consumado.

Apesar do trabalho desorganizado e, até certo ponto, prejudicial do órgão responsável pelas eleições em nosso Estado, podemos garantir que vencemos o pleito. Mais uma vez, o povo mostrou o valor de sua vontade e a sua decisão de impedir que os ladrões voltem a governar o Amazonas, contanto que eles com a proteção que contarem. (O JORNAL, 1958, p.1)

Enquanto *A Crítica* temperava sua cobertura com adjetivos que evocavam incerteza – “escassa margem”, “surpresa”, “provisório” –, O Jornal afirmava a legitimidade do resultado com convicção crescente. A intenção era blindar o governo desde o início, construindo uma base discursiva sólida para enfrentar a ofensiva oposicionista que já se desenhava.

A entrevista publicada em 19 de outubro com o próprio Mestrinho resume o espírito dessa fase.

Ali, o candidato eleito reforça a linha do jornal:

“A nossa vitória foi a vitória do povo, que deseja ver o Amazonas grande e progressista. Recebemos os resultados das urnas com a mesma serenidade com que norteamos nossa campanha em praça pública”. (O JORNAL, 1958, p.1)

Com isso, O Jornal consolidava a narrativa de que não havia espaço para dúvidas. A contestação judicial seria apresentada não como alternativa legítima, mas como heresia contra a vontade soberana do eleitorado.

A Ironia como Arma: Desqualificando a Oposição (22-23 de outubro)

O ponto alto da ofensiva governista em outubro surge nas edições de 22 e 23. Ambas são exemplos precisos de como O Jornal explorou o recurso da ironia para desarmar a linguagem da oposição.

Na edição de 22 de outubro, o título da matéria deixa claro o tom adotado: Líderes falam de “Batalha Judiciária”.

O uso das aspas é revelador. Não se trata de um detalhe tipográfico, mas de um gesto editorial calculado. Ao cercar a expressão entre aspas, o jornal sinaliza que ela não deve ser interpretada literalmente. É uma invenção, uma fantasia, uma expressão que não descreve a realidade, mas que foi criada para dramatizar uma disputa inexistente.

Está na pauta das discussões diárias, em nossa terra, a propalada “batalha judiciária” que a Oposição pretende desenvolver, não conformada com os resultados do pleito de 3 de outubro corrente, que asseguram a vitória do candidato trabalhista, professor Gilberto Mestrinho. (O JORNAL, 1958, p.1)

No dia seguinte, a ofensiva alcança seu ápice com a matéria que destaca o posicionamento do deputado Arthur Virgílio Filho:

“Arthur Virgílio Filho destrói, com dados positivos, a anunciada ‘batalha judiciária’ da oposição – Afirma que o povo deu a vitória ao prof. Gilberto Mestrinho e que essa vitória será mantida no TRE”.

Este texto é crucial. Arthur Virgílio não apenas rejeita a narrativa oposicionista, mas acusa seus adversários de criar uma guerra fictícia para tumultuar o ambiente. Segundo ele, a “batalha” não passava de um artifício emocional, uma invenção para manter acesa a esperança dos derrotados.

Quando declarei à reportagem de O JORNAL que a anunciada ‘batalha judiciária’ da Oposição, visando a violentar a vontade da maioria do eleitorado, manifestada livremente nas urnas, não passava de uma farsa, estava baseada em fatos e em dados que amparam a afirmativa. De fato, o melhor que os oposicionistas podiam fazer após o revés irreversível que sofreram, era conformarem-se democraticamente com o resultado das urnas e se prepararem para a nova pugna eleitoral. (O JORNAL, 1958, p.1)

O Jornal, ao amplificar essa fala, consolidava sua própria interpretação: não existia batalha, apenas vaidade ferida.

A Inversão da Acusação: A “Chantagem contra Juízes” (11 de novembro)

Em novembro, O Jornal aperfeiçoa sua estratégia de contra-ataque ao inverter totalmente as acusações que circulavam nos jornais oposicionistas.

Enquanto *A Crítica* insinuava que certos juízes poderiam agir com parcialidade e *A Tarde* acusava o governo de manipular o tribunal, O Jornal dava uma guinada retórica e acusava a oposição de tentar pressionar o judiciário.

A matéria de 11 de novembro, sob o título “Chantagem contra juízes”, é exemplar.

Nela, o jornal sustenta que a oposição estaria utilizando a imprensa para coagir magistrados, buscando transformá-los em agentes de sua própria agenda política. O texto descreve a oposição como descontrolada, irresponsável e incapaz de aceitar o resultado democrático.

A mensagem é nítida: a verdadeira ameaça à independência do TRE não vinha do governo, mas dos oposicionistas.

Tentam, pois, os escribas da Oposição, ameaçar os demais Juízes que integram o egrégio Tribunal Regional Eleitoral, na esperança de que estes, por covardia moral e com medo de serem agredidos pelos foliculários oposicionistas, venham a votar conforme as suas conveniências. (O JORNAL, 1958 p.8)

Assim, O Jornal se posicionava não apenas como defensor da eleição de Mestriinho, mas como protetor das instituições. Ao dar esse passo, o periódico governista saía da disputa eleitoral e se elevava à esfera moral e institucional, criando para si a imagem de guardião da legalidade.

Ao final de novembro, O Jornal havia construído uma narrativa consistente e influente. Partindo de uma posição de confiança plena na vitória eleitoral, passou a desconstruir e ridicularizar a batalha judiciária, apresentou a oposição como derrotada e irresponsável, e se apresentou como defensor da estabilidade institucional.

Sua atuação demonstra que o campo midiático na crise de 1958 e 1959 não era homogêneo. Não existia uma imprensa unificada contra o governo, mas sim um espaço de disputa intensa, no qual jornais atuavam como verdadeiras facções políticas, cada um mobilizando estratégias próprias.

O Jornal funcionou como trincheira, como escudo e como arma discursiva da situação. E sua presença foi decisiva para equilibrar o confronto narrativo, oferecendo ao governo a sustentação simbólica de que precisava em um dos momentos mais tensos da história política do Amazonas.

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

BESTALHÃO

Senador por Acaso

O da Póvoa, Senador por acaso, que a si mesmo se chama de "BESTALHÃO", eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sem o calor do qual nunca o trêfego "salta peginhas" saíria do ovo, anda lá pelo Sul metido à "líder" em nossa terra, onde não possui sequer um humilíssimo ramo de figueira, para enfeitar a sua figura de uma sordidez repugnante a todos os aspectos.

Acode o vilão ao chamado de Antovila Mourão Vieira, mau amigo, péssimo correligionário, covarde, traidor e transfuga, e, no momento, fantasiado de "figura prestigiosa", anda pela Metrópole metido a criar embaraços ao Governo Trabalhista, como se essa tarefa pudesse ser executada por humúnculos de sua espécie.

Como não poderia deixar de acontecer, com a sua conduta, o saltimbanco cada vez mais se aproxima de sua antiga origem, cujos corções umbelicais eram manobrados pelo "Cabeleira" Alvaro Maia para o titere dançar, toda a vez que o "poeta" necessitava de um número especial...

Fedepulha nato, inadaptável, portanto, ao Reformatório que o Partido Trabalhista criou para aproveitar os ainda possíveis de cura, Antovila, ou Antovílio, evadiu-se dessa Instituição Beneficente, para retornar, com armas e bagagens, ao ao covil de onde proveio, pois só se sente bem, á vontade, entre os prevaricadores e os ladrões, responsáveis pelos escândalos e pelas "marmeladas" que o Ilustre Governador Plínio Coêlho pois a fermentar, diante de nossa população assombrada, ao sol estival do Regime de Moralização que instituiu em nosso Estado, para bem do Amazonas e do Brasil.

Que se vá o vilão com todos os diabos. Que mergulhe de vez na gamela espúria onde refocilam os seus companheiros. Nós ficaremos esperando a virada, quando o

"troca-tintas" vier, com o rabo entre as pernas, cara cínica de cachorro que quebró louça na cozinha, pedir a benção ao

Governador Plínio Coêlho e convidando o Professor Gilberto Mestrinho, para o seu padrinho de crisma...

Chiado de Guabirú

Vem a "arapuca" do chantagista Umberto Calderaro de tecer considerações, em sulto de primeira página, contra o fato do Governo do Estado haver «fechado a imprensa» as repartições públicas, e termina por declarar, com um CINISMO revoltante, que a «imprensa continuará na sua MISSÃO SAGRADA DE DEFENDER O POVO O ESTADO E A LIBERDADE»...

Se o escroque receptador de jóias fortadas pretendeu aludir à imprensa do País, notadamente à parte sadia que mereceu tal designação, não teríamos a opôr. Mas se o Chantagista Calderaro objetivou incluir o «Sindicato da Chantage» no meio da Imprensa propriamente dita, repolimos a Yassoura e a fôrrol sua estulta pretensão, notadamente aos termos «MISSÃO SAGRADA», «DEFENDER O POVO E O ESTADO» e, com maior razão, quando alude à palavra «LIBERDADE».

Que «liberdade» é essa de que falam, só útil para os diretores de jornais e inútil para o Povo e o Governo?! «Liberdade» para dizerem o que bem entendem, e «liberdade» de impedir os demais de se defenderem contra as suas manobras?!... Isso não é, nem nunca foi LIBERDADE. Uma «imprensa» que usa dessa espécie de «liberdade», não merece a verdadeira LIBERDADE; nem tem o direito de falar em

CONSTRANGIMENTO da livre manifestação do pensamento, ou do livre acesso a seja o que for.

Quanto a dizer o chantagista que o Governo «fechou a imprensa» as repartições públicas, com a intenção de furtar notícias ao Povo, impropriedade, cá pela boca de vez que o DIÁRIO OFICIAL publica todos os atos oficiais, além de por a disposição de quem o desejar as «suas coisas» para publicarem o que desejarem MESMO QUE SEJA CONTRA O GOVERNO.

Essa história de aproveitamento de fim de Governo é coisa passada, do tempo do «Cabeleira», que não voltará jamais, e Deus quizer, para desgosto de todos os Calderaros e dos demais chantagistas da mesma espécie. Por outra parte, se «tirane» ou «déspota» é impedir chantagistas e escroques de mergulharem nas arcas do Estado, como fazia o rato Calderaro, continuarão, com muita honra, os governantes trabalhistas a ser esses «tiranes» e esses «déspotas», para bem do Novo Amazonas e do seu Povo.

PLANTÃO DE FARMACIA

O PLANTÃO noturno de hoje será feito pela "FARMÁCIA AMÉRICA", sito à Rua Henrique Martins, 267.
FONE 27-82

Pagamento só a 8 do corrente

Parte 2

Capítulo 8

A CONTAGEM REGRESSIVA PARA A VITÓRIA

(outubro e novembro de 1958)

A RETÓRICA DA LEGALIDADE

Em dezembro, quando a crise atingia seu auge, O Jornal manteve sua estratégia de forma impecavelmente coerente. A linha editorial não se desviou um centímetro. Enquanto a oposição intensificava o tom, falava em violência institucionalizada e clamava por intervenção federal, o periódico governista seguia firme no que já havia estabelecido desde outubro: a eleição fora legítima, o processo estava sob controle das instituições e a posse de Gilberto Mestrinho era uma consequência natural da legalidade.

A retórica oposicionista, com seu vocabulário de escândalo, caos e ataques pessoais, contrastava com a postura adotada por O Jornal, que buscava transformar cada ato do Tribunal Regional Eleitoral em capítulo de um percurso administrativo normal. Para seus leitores, não havia suspense, nem ruptura, nem ameaça. Havia apenas um procedimento em curso, conduzido por autoridades competentes, que culminaria na posse do governador eleito.

A crise, narrada pelas outras frentes de imprensa, soava como um drama inflamável. Pelas páginas de O Jornal, era apenas uma contagem regressiva.

As vitórias no TRE e a certeza da diplomação (dezembro)

Dezembro foi decisivo para o governo no âmbito do TRE. A oposição, que gastara semanas construindo a ideia de uma batalha jurídica, sofreu derrotas sucessivas, e cada uma delas foi devidamente destacada por O Jornal.

As manchetes do mês revelam essa estratégia de transformar cada decisão do tribunal em prova da inconsistência das alegações oposicionistas:

6 de dezembro: “TRE julgou improcedente a representação da FDP contra o juiz Ernesto Roessing”

Em sua reunião da noite de ontem, o Tribunal Regional Eleitoral apreciou a Representação da “Frente Democrática Popular” contra o Juiz Ernesto Roessing, considerando nulos todos os seus atos praticados antes e quando da realização do pleito de 3 de outubro último. (O JORNAL, 1958, p. 1 e 6)

12 de dezembro: “TRE não tomou conhecimento do recurso da FDP”

Cada um desses títulos reforçava a tese central: não havia fraude a ser descoberta; havia apenas tentativas tardias de reverter uma derrota já consumada. As impugnações eram descritas como inconsistentes, mal fundamentadas ou meramente protelatórias.

Em sua reunião noturna de ontem, o Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade de votos e de acordo com o parecer do dr. Procurador Regional Eleitoral, resolveu não tomar conhecimento da representação feita pela “Frente Democrática Popular” contra a validade dos votos colhidos na seção de Ituxi, no Município de Lábrea. Convém salientar que, já anteriormente, havia o Tribunal rejeitado idêntico recurso da F.D.P., a qual, entretanto, insistiu no seu ponto de vista, submetendo novamente a matéria a exame do T.R.E. Mas o recurso foi extemporâneo. (O JORNAL, 1958, p.1)

No dia 23 de dezembro, O Jornal publica: “TRE deverá encerrar hoje seus trabalhos”.

Essa expectativa de encerramento, repetida em diferentes trechos da edição, tinha o objetivo de dar sensação de avanço e desfecho iminente. Era como se o jornal estivesse guiando seus leitores para o final do enredo, convencendo-os de que a tempestade estava passando e de que o governo caminhava para a confirmação definitiva.

Enquanto outros jornais destacavam tensão, ameaças, bombas e discursos inflamados, O Jornal mostrava tabelas, sessões de julgamento e pareceres. A burocracia, aqui, era narrativa política.

A contagem regressiva para a posse (janeiro)

Janeiro é o mês em que O Jornal se dedica a transformar o avanço da diplomação em uma história sequenciada. A leitura das edições desse período revela um esforço claro em acompanhar cada etapa do processo, não como mera informação técnica, mas como parte de um roteiro.

O mês inteiro se organiza em torno de uma ordem crescente: relatório, proclamação, diplomação, posse.

- **22 de janeiro:** “Comissão apuradora apresentou o seu relatório”
- **23 de janeiro:** “Possível Proclamação a 29 e Diplomação a 30, No T. R. E.”
- **24 de janeiro:** “Diplomação antes do dia 31 de janeiro” (noticiando o telegrama do TSE)
- **27 de janeiro:** “Dia 30, a diplomação dos eleitos”
- **30 de janeiro:** “Gilberto Mestrinho recebe, hoje, no T.R.E., o diploma de Governador”
- **31 de janeiro:** “Continuará o programa trabalhista – Resolverá os problemas de água e luz” (noticiando a posse e os planos de governo)

É uma construção gradual, quase pedagógica. O jornal explica o processo, antecipa datas, descreve relatórios e enfatiza o cumprimento dos prazos legais. E no dia 31, com a posse consumada, O Jornal registra o início do governo: Gilberto Mestrinho assume hoje o Governo do Amazonas.

“Continuará o programa trabalhista – Resolverá os problemas de água e luz, suas primeiras preocupações”. (O JORNAL, 1958, p.1)

Enquanto a bomba contra *A Crítica* ainda reverberava na imprensa adversária, O Jornal tratava a posse como o início natural da gestão, voltando-se imediatamente para temas administrativos. Aqui, a normalidade não era apenas narrada: era produzida.

O epílogo da vitória (fevereiro)

Fevereiro chega como confirmação daquilo que o jornal anunciava desde o início. Com Mestrinho no governo e o TRE tendo encerrado seus trabalhos, restava apenas acompanhar o desfecho dos últimos recursos no TSE. A cobertura deste mês consolida a vitória narrativa de O Jornal.

Na edição de 1º de fevereiro, o jornal destaca que a liminar para impedir a diplomação não havia sido acolhida, reforçando que a batalha final da oposição estava praticamente perdida. Nos dias seguintes, detalha o julgamento de oito recursos apresentados pela Frente Democrática Popular, todos encaminhados pela corte superior. O tom é protocolar, mas carregado de satisfação contida.

O golpe definitivo na narrativa oposicionista chega em 13 de fevereiro, quando o jornal publica: “Mourão Veira considera perdida a campanha da oposição no TSE”.

Esse título tem um peso simbólico particular. Se até então O Jornal dizia que a batalha estava perdida, aqui é um dos principais líderes oposicionistas que faz esse reconhecimento. Era o sinal final de que a disputa havia terminado.

Para O Jornal, a crise se encerrava como começara: com a certeza de que a vontade do eleitor prevalecera. A oposição, que falara tanto em batalha jurídica, violência e caos, havia fracassado em sua empreitada. A narrativa governista permanecera de pé.

O Escudo e a Espada do Governo

A atuação de O Jornal durante a crise de 1958 e 1959 demonstra que o governo de Plínio Coelho e, posteriormente, o grupo político de Gilberto Mestrinho, não estavam órfãos na arena midiática. O jornal desempenhou papel fundamental, funcionando como escudo contra as investidas oposicionistas e espada para desferir contra-ataques verbais quando necessário.

Sua estratégia foi estruturada em dois pilares: **afirmar a legalidade do processo eleitoral**, reforçando a narrativa de normalidade institucional; **desconstruir a retórica oposicionista**, enquadrando-a como ficção, exagero ou desespero.

Diferentemente de *A Crítica*, que operava pela sutileza, e de *A Tarde*, que operava pelo ataque frontal, O Jornal utilizava a rotina administrativa e jurídica como ferramenta narrativa. Transformava julgamentos técnicos em eventos políticos e convertia o passo a passo da diplomacia em prova de que a democracia funcionava.

Em um ambiente tomado por discursos de ruptura, esse apelo à normalidade foi decisivo para sustentar a posição governista.

O Jornal mostrou que a imprensa de 1958 não era uniforme, mas um campo de batalha dividido em múltiplas frentes. Cada jornal representava um lado, um interesse, uma visão de mundo. A crise não foi apenas política nem apenas jurídica. Foi, sobretudo, **uma disputa narrativa**, uma batalha simbólica que se travou diariamente nas páginas da imprensa.

O Jornal, nesse cenário, foi protagonista. Atuou com disciplina e firmeza, sustentando a visão governista num momento em que ela estava sob cerco. Ao fazê-lo, moldou a percepção pública e contribuiu para que a vitória eleitoral se materializasse também no campo simbólico.

A BATALHA DAS NARRATIVAS E O LEGADO DA CRISE

A análise conjunta de *A Crítica*, *A Tarde* e *O Jornal* oferece um panorama fascinante e complexo da imprensa amazonense em um de seus momentos mais turbulentos. A crise de 1958 -1959 não foi apenas uma disputa política ou jurídica; foi, em sua essência, uma guerra de narrativas, travada com tinta e papel, onde cada jornal se tornou um exército com suas próprias armas, estratégias e objetivos.

De um lado, a imprensa de oposição, representada pela sofisticação de *A Crítica* e pela fúria de *A Tarde*. Embora com estilos distintos, ambos os jornais compartilhavam o mesmo objetivo: a anulação da vitória de Gilberto Mestrinho. *A Crítica*, com sua “imparcialidade calculada”, jogou um jogo de xadrez, buscando minar a legitimidade do processo eleitoral através da dúvida e da pressão sobre o judiciário. *A Tarde*, por sua vez, optou pela tática da terra arrasada, transformando a disputa em uma vendeta pessoal e usando a retórica do ódio para desumanizar seus adversários e clamar por uma intervenção.

Do outro lado, *O Jornal* se ergueu como a trincheira do governo na imprensa privada, atuando como um espelho das táticas de seus oponentes. Onde a oposição via fraude, *O Jornal* via a soberania popular. Onde os adversários denunciavam um clima de terror, o jornal governista narrava a normalidade das instituições. Sua estratégia foi a da desconstrução sistemática da narrativa oposicionista, tratando-a como uma farsa montada por maus perdedores.

O quadro que emerge dessa análise é o de uma imprensa profundamente engajada e partidarizada, onde a notícia era frequentemente subordinada à causa política. A “liberdade de imprensa” era invocada por todos os lados, mas o que se via na prática era uma imprensa de combate, que não hesitava em usar seu poder para influenciar o curso dos acontecimentos. A crise de 1958-1959 revela, portanto, o imenso poder da mídia como ator político, capaz de criar realidades, de pautar o debate público e de levar uma sociedade à beira da ruptura.

No final, a realidade dos votos se impôs às narrativas. Gilberto Mestrinho foi diplomado e empossado, e a crise, ao menos em sua fase mais aguda, terminou. No entanto, as cicatrizes deixadas por essa guerra de palavras foram profundas e duradouras. A polarização, a desconfiança nas instituições e a instrumentalização da imprensa para fins políticos se tornariam marcas da política amazonense nas décadas seguintes. A história daquele período é um lembrete contundente de que, quando a imprensa abandona seu compromisso com a verdade para se tornar um soldado na guerra pelo poder, a maior vítima é sempre a própria democracia.

CHANTAGEM DA BOMBA

engendrada pelo próprio diretor de A CRÍTICA, com intenção de amargar, mesmo porque o escroco Umberto Calderaro já estava para o Sul do País, tanto assim que, tendo a tal bomba estourado cerca das VINTE HORAS, de escritórios fechados, PELA MANHÃ do outro dia, já o chantagista tomava lugar num avião, fingindo-se de perseguido, para viajar à Capital da República.

ELÍRIO?!

de A TARDE, e este, nas mesmas condições psicológicas do "sonhador", veio a mesma situação espô- reitou ao sabor da sua fantá- us anseios delirantes, termi- ver, na sua bola de cristal, as de delunio na porta de, como a insinuar proposi- inatos em massa, para que Eleito não seja empossa- ão do desejo de vingança

de ATENTADO, em- r demais evidente no lha e de seu "tradu- sa passar despercebi- bom que saibam os da Oposição os dos para eles, tódas as

Gover- UBRO molde

al

al

o falaren Calderar receptad dor de jó das quai re a sua e

Já estava arrumado e pronto para embarcar, quando o «fato» teve lugar. Todavia, os mais incrédulos, propensos a aceitar as afirmativas do chantagista, devem ir pessoalmente à redação da cita- ta «arapuca» e constatarem, com os seus próprios olhos, SE É POSSÍVEL alguém atrair qualquer coisa ao covil do velhaco, notadamente de dentro de um caminhão, como afirmam, com a mais remota possibilidade de êxito.

Por essa razão insofismável, a cidade inteira repeliu, como uma insinuação grosseira, o embuste e o embusteiro, ficando, assim, mais uma vez comprovado que Umberto Calderaro só sabe mesmo é chan- tagear.

chantagistas, em tôdas as suas nuances, diante dos olhos espectantes do povo... Convém notar que, geralmente, nos sonhos, as coisas se passam de modo in- verso, via de régra acontecendo conosco com os outros, pelo que não seria de estranhar contenharmos os TRES CAIXÕES DEFUNTO personagens muito diferen- tes dos imaginados. Os sonhos dos condenados sem- pre são assim.

Você que é de fora...

Naturalmente você, que é de fora, deve estar escandalizado com o estampado no matutino. A CRÍTICA, com muita justiça chamada de «pôca» pelo povo de Mangus. Você não sabe que esse jornal em próprio alienado criminoso da Prefeitura Municipal desconhece que a ganga...

CRÍTICA

Sórdido

Ladões por vocação, por índole, por gistas como Caldero instinto e, em sua maioria, por heredita- Epaminondas B. riedade, como esse Umberto Calderaro de que passa de A CRÍTICA, os fedepulhas, esgotados não há mais t- tons os recursos a perder a paciência, en espécie, pois os trabalhistas a desajun- levar para violento veredando, assim, pelo único argumento pensamento que eles entendem procurando os bastardos, foi quebr- usar as consequências que eles mesmo, verno T- para por a boca no mundo pedindo so- tagia- corre... estão criando so- que tenham muita cautela os chanta- que

COUBARAM do próprio os 37 os ladões e chantagistas, que temham muita cautela os chanta- anual Regional Eleitoral os correspondentes às urnas para criarem caso e dificultarem alhar apertórios de responsabili- dessa Colenda Corte.

OS ESPERNEIOS DA

«Imprensa»...

imponência verbal de variedade no prosa- onense de texto

PARTE NOTICIOSA

NÃO OFICIAL

BESTALHÃO

Senador por Acaso

O da Póvoa, Senador por acaso, que a si mesmo se chama de «BESTALHÃO», eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sem o calor do qual nunca o tráfego de ovos, anda lá

«troca-fintas» vier, com o rabo entre as pernas, cara clínica de cachorro que que- brôu louça na cosinha, pedir a bênção ao

Governador Plínio Coêlho e o Professor Gilberto Mestrinho o seu padrinho de crisma...

REFERÊNCIAS

• Diário Oficial do Estado do Amazonas - DOE (1958–1959)

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 4 dez. 1958, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 5 dez. 1958, p. 4–6.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 6 dez. 1958, p. 1–2; 4–8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 8 dez. 1958, p. 1; 5; 7–8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 10 dez. 1958, p. 5–8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 11 dez. 1958, p. 5–8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 12 dez. 1958, p. 1.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 13 dez. 1958, p. 6–8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 15 dez. 1958, p. 5–8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 16 dez. 1958, p. 5–8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 17 dez. 1958, p. 3; 5–8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 18 dez. 1958, p. 3–4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 19 dez. 1958, p. 3–4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 22 dez. 1958, p. 3.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 23 dez. 1958, p. 2–4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 24 dez. 1958, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 26 dez. 1958, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 27 dez. 1958, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 29 dez. 1958, p. 1.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 30 dez. 1958, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 31 dez. 1958, p. 8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 2 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 3 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 5 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 7 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 8 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 9 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 10 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 13 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 14 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 15 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 16 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 19 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 20 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 21 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 22 jan. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 23 jan. 1959, p. 1.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 24 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 26 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 27 jan. 1959, p. 2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 28 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 29 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 30 jan. 1959, p. 1–2.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 2 fev. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 3 fev. 1959, p. 1; 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 4 fev. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 11 fev. 1959, p. 1.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 14 fev. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 19 fev. 1959, p. 4.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 21 fev. 1959, p. 8.

AMAZONAS. *Diário Oficial* do Estado do Amazonas, Manaus, 23 fev. 1959, p. 4.

JORNAIS

• Jornal A Crítica

A Crítica, Manaus, 5 Outubro. 1958.

A Crítica, Manaus, 6 Outubro. 1958.

A Crítica, Manaus, 14 Outubro. 1958.

A Crítica, Manaus, 15 Outubro. 1958.

A Crítica, Manaus, 16 Outubro. 1958.

A Crítica, Manaus, 24 Outubro. 1958.

A Crítica, Manaus, 31 Outubro. 1958.

A Crítica, Manaus, 1 Novembro. 1958.

A Crítica, Manaus, 19 Novembro. 1958.

A Crítica, Manaus, 25 Novembro. 1958.

A Crítica, Manaus, 3 Dezembro. 1958.

A Crítica, Manaus, 6 Dezembro. 1958.

A Crítica, Manaus, 17 Dezembro. 1958.

A Crítica, Manaus, 24 Dezembro. 1958.

A Crítica, Manaus, 31 Dezembro. 1958.

A Crítica, Manaus, 21 Janeiro. 1959.

A Crítica, Manaus, 10 Fevereiro. 1959.

A Crítica, Manaus, 14 Fevereiro. 1959.

A Crítica, Manaus, 17 Fevereiro. 1959.

• Jornal A Tarde

A Tarde, Manaus, 1 Dezembro. 1958.

A Tarde, Manaus, 2 Dezembro. 1958.

A Tarde, Manaus, 4 Dezembro. 1958.

A Tarde, Manaus, 12 Dezembro. 1958.

A Tarde, Manaus, 13 Dezembro. 1958.

A Tarde, Manaus, 16 Dezembro. 1958.

A Tarde, Manaus, 2 Janeiro. 1959.

A Tarde, Manaus, 5 Janeiro. 1959.

A Tarde, Manaus, 12 Janeiro. 1959.

A Tarde, Manaus, 21 Janeiro. 1959.

A Tarde, Manaus, 26 Janeiro. 1959.

A Tarde, Manaus, 20 Fevereiro. 1959.

• O Jornal

O Jornal, Manaus, 3 Outubro. 1958.

O Jornal, Manaus, 4 Outubro. 1958.

O Jornal, Manaus, 19 Outubro. 1958.

O Jornal, Manaus, 22 Outubro. 1958.

O Jornal, Manaus, 11 Novembro. 1958.

O Jornal, Manaus, 6 Dezembro. 1958.

O Jornal, Manaus, 12 Dezembro. 1958.

O Jornal, Manaus, 23 Dezembro. 1958.

O Jornal, Manaus, 31 Janeiro. 1959.

• Jornal do Brasil

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 9 Janeiro. 1959.

APÊNDICES

Nota Introdutória ao Leitor

Estes apêndices são ferramentas flexíveis para consulta, não leitura obrigatória. Use-os como: referência durante a leitura; introdução ao contexto histórico; material de pesquisa; ou apoio à análise crítica, confrontando as narrativas da Primeira e da Segunda Parte.

Nota sobre linguagem

A linguagem das fontes de 1958-59 é arcaica e rebuscada. Para facilitar a compreensão, incluímos um glossário que explica termos e expressões da época. Este conjunto visa tornar você, leitor, um investigador ativo deste fascinante episódio da história política do Amazonas.

APÊNDICE A: CRONOLOGIA DA CRISE

- 3 de outubro de 1958: Eleições para governador do Amazonas. Resultado apertado entre Gilberto Mestrinho (governo) e Paulo Nery (oposição).
- 4 de dezembro de 1958: Governo publica o Decreto nº 75, que estatiza a publicidade oficial. Imprensa de oposição acusa o governo de censura.
- 5 de dezembro de 1958: Jornais da oposição reagem com editoriais contra o decreto.
- 6 de dezembro de 1958: Jornais da oposição anunciam a formação de um “Pacto de Defesa Mútua”.
- 8 a 12 de dezembro de 1958: Jornais da oposição publicam manifestos de apoio da sociedade civil e denúncias de corrupção contra o governo. Batalha jurídica no TRE se intensifica.
- 13 a 24 de dezembro de 1958: Guerra de propaganda se acirra. Diário Oficial publica ataques virulentos contra a imprensa, que responde com denúncias e defesa da liberdade.
- 2 a 20 de janeiro de 1959: Crise institucional se agrava com a proposta de prorrogação dos mandatos. Diário Oficial intensifica os ataques pessoais.
- 21 de janeiro de 1959: Bomba explode na sala de Umberto Calderaro, diretor de “A Crítica”. Guerra de versões entre governo e oposição.
- 31 de janeiro de 1959: Gilberto Mestrinho toma posse como governador do Amazonas.

APÊNDICE B: A LINHA DO TEMPO DO ESTOPIM

A linha do tempo do estopim (4-6 de dezembro de 1958)

4 de dezembro (quinta-feira)

- **Manhã:** O Diário Oficial publica a NOTA OFICIAL e o DECRETO N° 75, transformando o jornal oficial em um veículo de comunicação política.
- **Tarde:** A notícia da transformação do D.O. circula pela cidade, causando reações mistas.

5 de dezembro (sexta-feira)

- **Manhã:** Primeira edição do D.O. com a “parte noticiosa não oficial”. Publicação dos telegramas do governador às autoridades federais e do editorial “Os VAMPIROS do Pensamento”.
- **Tarde:** A bancada trabalhista da Assembleia Legislativa visita o governador para manifestar solidariedade. Deputados usam a tribuna para atacar a imprensa, usando termos como “ratos e guabirus”.
- **Noite:** Realização de uma “gigantesca concentração” do PTB em frente à sede do partido, em homenagem ao governador Plínio Coelho e ao governador eleito Gilberto Mestrinho.

6 de dezembro (sábado)

- **Manhã:** O D.O. publica o artigo “A história negra de um cartel organizado com o intuito de submeter a liberdade de um povo” (repetição da edição anterior) e o editorial “UM PAÍS A SERVIÇO DA CONFUSÃO”, que estabelece a tese de que “a eleição é do povo e não dos Juízes”.
- **Tarde:** Chegada de jornalistas da “Folha do Norte” de Belém, enviados para cobrir a suposta “crise” em Manaus. O D.O. usa esse episódio para acusar Umberto Calderaro de mentiroso.
- **Noite:** Publicação da notícia de que Aristóphano Antony pediu garantias à Guarnição Federal, alegando estar ameaçado de morte. O D.O. transforma o pedido em mais uma prova de “covardia”.

APÊNDICE C:

Linha do tempo da crise no T.R.E. (5-12 de dezembro de 1958)

5 de dezembro (sexta-feira)

- **Manhã:** O T.R.E. se reúne para julgar recursos da Frente Democrática Popular (FDP) contra seções eleitorais. O tribunal nega provimento a alguns recursos e anula urnas de outras seções, determinando a abertura de inquérito contra o Juiz Eleitoral de Carauari.
- **Tarde:** Sessão secreta do T.R.E. Segundo o Diário Oficial (sem confirmação), o Supremo Tribunal Eleitoral teria negado a dilatação de prazo solicitada pelo T.R.E., e o presidente do tribunal teria tentado renunciar.

6 de dezembro (sábado)

- **Publicação do editorial “Um País a serviço da confusão”**, que estabelece a tese de que “a eleição é do povo e não dos Juízes” e critica a lentidão do processo.

8 de dezembro (segunda-feira)

- **Publicação de moções de solidariedade** ao governador e ao governador eleito, sempre mencionando a necessidade de respeitar o resultado das urnas.

9-12 de dezembro (terça a sexta-feira)

- **Continuação da cobertura do “MOVIMENTO NO T.R.E.”**, com notas sobre sessões, votações e recursos. O tom do Diário Oficial se torna cada vez mais impaciente e crítico em relação à demora do tribunal.

APÊNDICE D: PERSONAGENS

ANTOVILA VIEIRA

Nascido em 6 de dezembro de 1900.

Falecido em 15 de junho de 1963.

Apelidado de Bestalhão. Segundo informações, ele traiu o PTB e apoiou os diretores dos jornais. Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Amazonas em outubro de 1934, exercendo o mandato até novembro de 1937. Entre 1942 e 1944, ocupou o cargo de prefeito de Manaus. Filiado à União Democrática Nacional (UDN), elegeu-se deputado federal pelo Amazonas nas eleições de 1947. Posteriormente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito senador nas eleições de 1954, sendo reeleito para o mesmo cargo em 1962.

ARISTÓPHANO ANTONY

Nascido: em 24 de maio de 1903.

Falecido: em 3 de agosto de 1968.

Aristophano Antony nasceu em Manaus, em 1903. Jornalista por vocação, dedicou-se à profissão ao longo de toda a vida. Trabalhou em diversos jornais de Manaus, como o Jornal do Commercio e O Dia, além de fundar alguns deles, entre os quais *O Jornal*. Em 1937, criou o vespertino A Tarde. Durante 16 anos, presidiu o Atlético Rio Negro Clube. Em 1947, ingressou na Academia Amazonense de Letras e foi membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e da Academia Acreana de Letras. Foi ainda fundador e presidente da Associação Amazonense de Imprensa, cargo que ocupou até o fim da vida.

ÁLVARO MAIA

Nascimento: 19 de fevereiro de 1893.

Falecimento: 4 de maio de 1969.

Apelidado de cabeleira, no DOE. Natural do seringal Goiabal, Álvaro Maia formou-se em Direito em 1917. Sua trajetória política teve início como secretário do superintendente de Guaporé (1920-1922). Eleito deputado federal em 1935, teve o mandato interrompido pelo Estado Novo, mas reassumiu como interventor federal no Amazonas de 1941 a 1945. Como membro do PSD, foi eleito governador do Amazonas (1947-1951) e senador (1951-1959), consolidando-se como uma das principais lideranças políticas do estado no século XX. Paralelamente à carreira política, foi jornalista, poeta laureado e presidiu a Academia Amazonense de Letras (1966-1967).

DJALMA VIEIRA PASSOS

Nascimento: 19 de julho de 1923.

Falecimento: 18 de junho de 1990.

Com trajetória marcada por intensa atuação partidária, elegeu-se vereador de Manaus pelo PSD em 1954 e deputado estadual em 1958. Sua ascensão política culminou com a eleição como deputado federal pelo PL em 1962. Com o estabelecimento do bipartidarismo pelo regime militar, filiou-se ao MDB, mas não obteve sucesso nas campanhas subsequentes de 1966 e 1970. Mesmo após migrar para a ARENA, enfrentou novas derrotas eleitorais em 1974. Durante o governo Enoque Reis, exerceu a Secretaria de Justiça antes de concorrer ao Senado em 1978, obtendo a posição de segundo suplente. Como presidente do diretório estadual do PDS, lançou-se na disputa pelo governo do Amazonas em 1986, encerrando a jornada eleitoral em último lugar.

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

Nascido em 7 de setembro de 1890.

Falecido em 11 de setembro de 1973.

Apelidado de Chico Quiabo Carachuê dos Passarinhos. Iniciou sua trajetória política em Cruzeiro do Sul, onde foi promotor público, auxiliar de juiz de direito e secretário da prefeitura. Em 1920, assumiu o cargo de prefeito de Tarauacá (Acre). Em 1923, transferiu-se para Manaus (Amazonas), onde participou ativamente da Revolta de Julho de 1924. Após a derrota dos rebeldes, foi afastado do cargo e posteriormente preso. Mais tarde, integrou a Aliança Liberal (1929–1930) e teve participação destacada na Revolução de 1930, atuando na tomada do governo do Amazonas em outubro de 1930. Após a vitória do movimento, ocupou o cargo de secretário de Estado.

GILBERTO MESTRINHO

Nascido em 23 de fevereiro de 1928.

Falecido em 19 de julho de 2009.

Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo foi uma das figuras mais influentes e carismáticas da política amazonense, governando o estado por três mandatos. Nascido em Manaus, Mestrinho começou sua vida pública como Prefeito de Manaus (1956–1958) antes de se tornar o Governador mais jovem do Brasil ao vencer a eleição de 1958, aos 30 anos, pelo PTB. Seu primeiro mandato (1959–1963) foi decisivo e moldou seu apelido popular de “Boto”. Foi um dos principais articuladores da Zona Franca de Manaus (ZFM). Após ter seu mandato de Deputado Federal cassado em 1964, ressurgiu na política após a redemocratização, voltando ao governo do Amazonas para mais dois mandatos (1983–1987 e 1991–1995) pelo PMDB. Sua carreira se encerrou como Senador da República (1999–2007).

NEPER ANTONY

Nascimento: 1923.

Falecimento: 20 de fevereiro de 2021.

Foi advogado e jornalista, escrevia para o Jornal do Comércio sua coluna sobre política, educação e assuntos relacionados ao dia a dia na cidade de Manaus. Faleceu aos 98 anos em Manaus, sendo sepultado no Cemitério São João Batista.

PAULO PINTO NERY

Nascido em 27 de dezembro de 1915.

Falecido em 15 de novembro de 1994.

Iniciou sua trajetória política ao ser nomeado delegado-geral de polícia do Amazonas pelo Interventor Federal Sisenio Sarmiento. Em 1947, foi eleito deputado estadual pela UDN. Elegeu-se deputado federal em 1950, sendo reeleito em 1954 pelo PSP. Candidatou-se ao governo do Amazonas, mas foi derrotado por Gilberto Mestrinho em 1958 e por Plínio Coelho em 1962. Em 1963, foi eleito vereador de Manaus pelo PSD, licenciando-se para exercer o cargo de chefe de polícia. Em 24 de novembro de 1965, foi nomeado prefeito de Manaus pelo governador Artur Reis, permanecendo no cargo até 1972. Filiado à ARENA, foi eleito vice-governador do Amazonas em 1978, na chapa de José Lindoso, assumindo o governo do estado em 1982, quando Lindoso renunciou para disputar o Senado.

PLÍNIO RAMOS COELHO

Nascido em 21 de abril de 1920.

Falecido em 5 de agosto de 2001.

Nascido em Humaitá (AM), Plínio Coelho formou-se em Direito e dedicou sua vida à educação, ao jornalismo e, sobretudo, à política. Sua carreira pública teve início em 1947, quando foi eleito deputado estadual constituinte pelo PTB. Em 1950, conquistou uma cadeira como deputado federal. Em 1954, foi eleito governador do Amazonas pelo PTB. Seu governo foi marcado pela eleição de Gilberto Mestrinho como sucessor em 1958, embora ambos tenham rompido politicamente pouco depois. A reconciliação em 1962 permitiu que Plínio Coelho retornasse ao governo em 31 de janeiro de 1963. Seu mandato foi interrompido pelo regime militar de 1964: em 13 de junho, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos pelo AI-1. Em 1982, tentou o retorno ao governo estadual, mas foi derrotado por Gilberto Mestrinho.

UMBERTO CALDERARO FILHO

Nascimento: 28 de março de 1927.

Falecimento: 16 de junho de 1995.

Umberto Calderaro Filho foi o fundador do Jornal A Crítica. Sua trajetória é inseparável da história moderna de Manaus e do Amazonas. Adquiriu experiência como repórter no Rio de Janeiro antes de retornar à sua cidade natal. Em 19 de abril de 1949, ao lado de sua esposa, Ritta de Araújo Calderaro, lançou o Jornal A Crítica. Para competir com os grandes jornais, Calderaro adotou uma estratégia de nicho: o jornal era distribuído diariamente às 11 horas da manhã, ganhando o apelido popular de “onzeorino”. Foi um incansável inovador, constantemente buscando modernizar o parque gráfico. O jornal foi o alicerce para a criação da Rede Calderaro de Comunicação (RCC).

WALDIR BOUHID

Nascimento: 26 de março de 1912.

Falecimento: [não encontrado].

Era superintendente da SPEVEA no período da crise do governo com os diretores dos jornais.

WESELYS WORMS MIRANDA BRAGA

Nascimento: [não encontrado].

Falecimento: 26 de agosto de 1972.

Foi um dos fundadores da Associação Profissional dos Jornalistas. Ocupou diversos cargos na Administração Pública como Diretor da Imprensa Oficial, foi Diretor da Gráfica Rex. Trabalhou no Jornal do Commercio como secretário, trabalhou ainda no A Crítica, na Empresa Difusão S/A que editava os jornais A Gazeta e o Trabalhista.

APÊNDICE E: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DO AMAZONAS-DASPA

O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi um órgão do governo federal brasileiro, criado em 1938 e posteriormente extinto em 1986. O DASP não existe mais, nem a nível federal nem no estado do Amazonas. Foi um marco na administração pública brasileira, criado durante o governo de Getúlio Vargas com o objetivo de modernizar, profissionalizar e centralizar a gestão do serviço público. No âmbito do governo do Estado do Amazonas, as funções que outrora seriam análogas às do DASP são atualmente desempenhadas pela Secretaria de Estado de Administração e Gestão (SEAD).

FRENTE DEMOCRÁTICA POPULAR – FDP

Em Manaus não era um partido político isolado, mas sim uma aliança ou coligação de diversos partidos de oposição que se organizaram para disputar eleições e fazer frente ao grupo político dominante da época, principalmente nos anos 1950 e 1960. Os principais partidos que compunham essa frente incluíram: PSP (Partido Social Progressista), PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional), PDC (Partido Democrata Cristão) e PRP (Partido de Representação Popular). Essa aliança tinha como objetivo combater a hegemonia política de grupos trabalhistas, como o PTB, liderado por figuras como Plínio Ramos Coelho.

APÊNDICE F: GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES

A linguagem utilizada nos jornais e no Diário Oficial de 1958-1959 é rica, rebuscada e muitas vezes arcaica. Palavras e expressões que eram comuns na época podem ser desconhecidas ou pouco familiares para o leitor contemporâneo. Para facilitar a leitura e a compreensão dos textos reproduzidos neste livro, apresentamos um glossário detalhado com os significados de termos e expressões encontrados nas fontes primárias.

Acepipe: Refeição servida antes do prato principal para abrir o apetite; petisco, aperitivo.

Algaravia: Modo de falar dos árabes da Península Ibérica. Confusão de vozes.

Antístite: Pontífice, grande sacerdote, chefe do templo, entre os antigos Pagãos.

Apupo: Vaia; gritos, vozeria, brados de troça.

Arauto: [Figurado] Mensageiro.

Aretino: Que, ou o que usa da pena com fins venais.

Arrivista: Pessoa ambiciosa e que quer ter bom êxito a todo custo.

Atrabiliário: De mau humor; violento, colérico.

Áugure: Título dado às pessoas que na antiga Roma interpretavam sinais para as autoridades do governo.

Biltre: Que se comporta de maneira vil; que gosta de praticar vilezas; canalha.

Catilinária: Acusação violenta.

Caturra: Pessoa teimosa, de opiniões extravagantes, que gosta de contradizer e de discutir.

Chusma: Multidão (de pessoas).

Coestaduano: Que é do mesmo Estado; conterrâneo.

Crocitar: Grasnar, corvejar. Imitar a voz do corvo.

Curul: Dizia-se de uma cadeira de marfim reservada outrora a certos magistrados romanos.

Deblaterar: Gritar ou berrar; expressar-se de modo intenso e crítico em oposição a alguém ou a alguma coisa.

Dejetar: Expelir matérias fecais; defecar, evacuar.

Desairoso: Deselegante; desprovido de elegância; sem bom gosto. Inconveniente; sem decoro.

Desiderato: Aquilo que é objeto de desejo, ambição, vontade, anseio; aspiração.

Dessarte: Dessa maneira; feito desse modo; assim sendo, consequentemente.

Dictério: Dito satírico, troça, motejo, chufa.

Espetar: [Figurado] Pop. Fiar, creditar, ficar devendo (uma despesa).

Exarar: Abrir, gravar, entalhar; desenvolver sinal, letreiro ou inscrição em pedra, mármore, bronze. [Figurado] escrever ou lavrar; registrar alguma coisa por escrito.

Imarcescível: Que não murcha; repleto de vigor. [Figurado] que não tem fim; que nunca se acaba; incorruptível.

Incúria: Falta de cuidado, de atenção; negligência. Desmazelo com os negócios.

Inefável: Que não pode ser nomeado, designado, descrito; indescritível, indizível, inexprimível.

Ingente: Muito grande, desmedido, enorme. Muito forte, intenso.

Invectiva: Expressão violenta e injuriosa; insulto, ofensa.

Jaez: [Figurado] Gênero.

Jeremiada: Queixume, lamentação persistente e importuna.

Jerico: Animal de tração usado para transporte; jegue, jumento. [Figurado] Pessoa estúpida, imbecil, idiota.

Liça: Lugar reservado para combates, torneios etc. Luta, briga, combate.

Mazorca: Perturbação da ordem política ou social; agitação, tumulto.

Mefistofélico: Que age com maldade; cujo comportamento ou ações lembram Mefistófeles; pérfido.

Obsedado: Que ou aquele que está dominado por uma obsessão, uma ideia fixa.

Onagro: Burro, jumento.

Patusco: Amigo de patuscadas; pândego, brincalhão. Cômico, ridículo; extravagante.

Patuleia: Plebe; a classe social economicamente desfavorecida.

Pecha: Imperfeição; falha moral; falta de adequação às conveniências. Deformidade.

Petardo: Engenho portátil destinado a destruir algo por explosão; bomba, máquina infernal.

Piara: Manada de éguas. Vara de porcos. Bando de animais ou multidão de gente.

Plumitivo: [Depreciativo] Jornalista, escritor.

Poltrão Abjeto: Expressão para descrever uma pessoa extremamente desprezível, covarde e de caráter baixo.

Porejar: Verter pelos poros; ressumar, destilar. Sair pelos poros.

Protérvias: (Substituída por “calúnias”).

Pugna: Combate ou luta; conflito entre dois adversários. [Por Extensão] Polêmica; discussão intensa.

Sardônico: Em que há ironia maldosa; que expressa escárnio ou desdém; sarcástico.

Sequaz: Pessoa que segue ou defende os preceitos de uma religião ou as ideias de um filósofo; partidário.

Suelto: Pequeno comentário jornalístico sobre assunto do dia; tópico, vária.

Trêfego: Turbulento, traquinas, irrequieto. Astuto, dissimulado.

Trescalar: Emitir (cheiro forte), cheirar.

Truão: Indivíduo que, sustentado pelos reis, era pago para os entreter com zombarias; bobo da corte.

Tunante: Que, ou o que anda à tuna; vadio, embusteiro, trampolineiro.

APÊNDICE G: PARLAMENTARES DIPLOMADOS

Extraído do *O Jornal* de 31 de janeiro de 1959.

Foram diplomados, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas,
os seguintes parlamentares:

Senador

Partido Trabalhista Brasileiro

- Vivaldo Pama Lima Filho

Suplente de Senador

Partido Trabalhista Brasileiro

- Josué Cláudio de Souza

Deputados Federais

Frente Democrática Popular

- Jaime Araújo
- Pereira da Silva
- Wilson Calmon

Deputados Federais

PST (Partido Social Trabalhista)

- Almino Álvares Afonso

Deputados Federais

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)

- Adalberto Vale
- Arthur Virgílio Filho
- João Veiga

DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS

Lista por Partido

PDC (Partido Democrata Cristão)

- Akel Nicolau Akel

PSB (Partido Socialista Brasileiro)

- Joel Ferreira da Silva

PSD (Partido Social Democrático)

- Augusto Pessoa Montenegro
 - Djalma Passos
 - Dídimio Soares
 - Júlio Belém
- Sérgio Pessoa Neto
- Tercio Araújo da Silva

PSP (Partido Social Progressista)

- João Valério
- Jose Roberto Jansen Pereira
 - Mario Diogo de Melo
- Tupinambá de Paula e Souza

PST (Partido Social Trabalhista)

- Alfredo Campos
- Francisco Queiróz
- Junot Carlos Frederico
- Manoel Almério Mendes
 - Vinicius Conrado

PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)

- Anfremon Monteiro
 - Arlindo Porto
 - Belarmino Lins
 - Darcy Michiles
 - Gama e Silva
 - Jose Mendes
- Josué Cláudio de Souza
- Manuel Alexandre Filho
- Renato de Souza Pinto
 - Stenio Neves

UDN (União Democrática Nacional)

- Adail Garcia de Vasconcelos
 - Raimundo Seixas
- Simão Fares Abinader

... como arma do
... judiciária", já
... do próprio que
... os ladrões e
... para por a boca
... corro...
... Que tenham muita ca...

OS ESPERNEIOS

Imprensa

... imponência verbal da
... ariedade ao presio
... onense de I
... texto

SOBRE O AUTOR



Durango Martins Duarte nasceu em 11 de novembro de 1963, em Cachoeira do Sul/RS, e reside em Manaus desde 1975. É Consultor em marketing político, empresário, publicitário, escritor e pesquisador.

Atualmente, Durango é diretor-presidente do Instituto Durango Duarte, centro dedicado à preservação e difusão do patrimônio histórico amazonense, e CEO da DMD Holding, holding que integra as empresas Perspectiva Mercado e Opinião, e Red Agency. É cofundador da Wit Tecnologia e sócio da Zenie.

Como escritor, é autor de 27 livros que abordam temas como a história da imprensa, efemérides diárias, movimentos sociais, cultura popular, economia regional (como o ciclo da borracha e a Zona Franca de Manaus), além de biografias e guias his-

tóricos e fotográficos da cidade. Suas obras são reconhecidas pela profundidade da pesquisa, reunindo documentos, reportagens, registros de época e relatos que ajudam a contar a trajetória de Manaus e do Amazonas com autenticidade.

Durango tornou-se referência em iniciativas de recuperação cultural e construção de memória coletiva, com uma abordagem que valoriza tanto os grandes marcos históricos quanto os pequenos acontecimentos do cotidiano. Sua produção intelectual serve de fonte para acadêmicos, pesquisadores, jornalistas e entusiastas da história regional.

Ao longo de sua carreira, contribuiu para projetos acadêmicos, publicações, exposições e produções audiovisuais, sempre com o compromisso de valorizar a identidade amazonense e democratizar o acesso à informação histórica. Sua atuação multifacetada — no empreendedorismo, na pesquisa, na comunicação e na cultura — reflete uma missão clara: transformar conhecimento em ferramenta de preservação e desenvolvimento regional.

Quando o
**Diário
Oficial**
virou **guerra**

Em 1958, no Amazonas, as páginas de um burocrático Diário Oficial transformaram-se no epicentro de uma guerra política. Este livro investiga os 50 dias decisivos em que o periódico estadual deixou de ser um mero arquivo de atos administrativos para se tornar a arma retórica principal do governo na crise eleitoral que contestou a vitória de Gilberto Mestrinho.

Através de uma reconstrução narrativa rigorosa, a obra revela uma batalha sem tréguas. De um lado, o Estado utilizou o Diário Oficial como trincheira e tribunal paralelo, empregando insultos e deslegitimação como tática cotidiana para construir a inevitabilidade da posse. Do outro, a imprensa privada respondeu com fogo igual, fragmentando o campo informativo na disputa pelo direito de falar em nome do “povo”.

Esta é a anatomia de um método de propaganda e guerra psicológica, expondo a perigosa experiência de usar o Estado como máquina de persuasão e narrador soberano de um conflito. Estudar essas páginas oferece, com a clareza incômoda dos documentos, um manual sobre como se arma uma trincheira de linguagem e se tenta fixar uma única versão para a história – um passado que insiste em falar ao nosso tempo.



INSTITUTO
DURANGO
DUARTE



ISBN: 978-65-01-98066-9



9 786501 980669